



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR
MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ADALTO RAFAEL NASCIMENTO SILVA

A PROMESSA DO NACIONALISMO: MANUTENÇÃO/RESISTÊNCIA
NO SISTEMA INTERNACIONAL

Salvador

2019

ADALTO RAFAEL NASCIMENTO SILVA

**A PROMESSA DO NACIONALISMO:
REPRODUÇÃO/RESISTÊNCIA NO SISTEMA
INTERNACIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Linha de Pesquisa: Organizações Internacionais e Processos Políticos Contemporâneos

Orientador: Prof. Dr. Marcos Guedes Vaz Sampaio

Salvador

2019

RESUMO

O texto que segue nas próximas páginas trata-se de uma pesquisa científica elaborada no âmbito das Relações Internacionais, e tem por intuito a análise da evolução histórica do conceito de nacionalismo, pressupondo a possibilidade que este conceito tenha sido utilizado para produzir, reforçar ou reproduzir os pilares estruturais de um sistema que permite a construção de assimetrias relacionais que levariam à opressão (formal e informal) de uma parte dos atores partícipes deste mesmo arcabouço. Durante a pesquisa desenvolveu-se um marco teórico do nacionalismo, reforçado por dois pressupostos principais. O primeiro diz respeito à natureza do nacionalismo, que seria caracterizado como uma doutrina política. O segundo trata do momento fundador desta doutrina, tomada aqui como produto da modernidade, e das possíveis consequências de seu surgimento neste período específico. Verificou-se, a partir de revisão bibliográfica e análise comparativa de textos centrais da literatura que trabalha conceitos de nação e nacionalidade, que os movimentos nacionalistas não possuem caráter único, flutuando entre ações revolucionárias ou reacionárias a depender do momento histórico e dos interesses das classes envolvidas. No entanto, o nacionalismo atua, independentemente do lado definido, no sentido de reproduzir uma lógica que permite e legitima relações assimétricas, refinando e sofisticando as estruturas de opressão e violência no sistema internacional.

Palavras-chave: Nacionalismo; nação; emancipação; opressão.

ABSTRACT

The text that follows in the next pages is a scientific research elaborated in the scope of the International Relations discipline, and aims to analyze the historical evolution of nationalism, mainly as a concept, assuming the possibility that it has been used to create, reinforce or reproduce the structural pillars of a system that allows the construction of relational asymmetries that would lead to the oppression (formal and informal) of a part of the participating actors of this same framework. During the research, a theoretical framework of nationalism was developed, reinforced by two main assumptions: nationalism would be a political doctrine, product of modernity. It was verified, from bibliographical review and comparative analysis of central texts of the literature that works concepts of nation and nationality, that the nationalist movements do not have a unique character, fluctuating between revolutionary or reactionary actions depending on the historical moment and the interests of the classes involved. However, nationalism acts, no matter what side, to reproduce a logic that allows and legitimizes asymmetrical relations, refining the structures of oppression and violence in the international system.

Key-words: Nationalism; nation; emancipation; oppression.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. DEBATES E CONCEITOS	12
2.1 O NACIONALISMO E SUA PROBLEMATIZAÇÃO	12
2.1.1 PRIMEIRAS TENTATIVAS: O SURGIMENTO DA DICOTOMIA NACIONALISTA	13
2.1.2 NACIONALISMO: IDEOLOGIA E POLÍTICA	21
3. PRAGMATISMO SENTIMENTAL: PRESSUPOSTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA VISÃO SOBRE NAÇÃO O NACIONALISMO	34
3.1 QUESTÕES FUNDADORAS: O PRIMORDIALISMO	35
3.2 MODERNIDADE E POLÍTICA	43
4. A PROMESSA DO NACIONALISMO	Erro! Indicador não definido.
4.1 O(S) NACIONALISMO(S) E O(S) MUNDO(S).....	69
4.1.1 O MUNDO DO SISTEMA INTERNACIONAL	69
4.1.1.1 NAÇÃO NO MUNDO DO SISTEMA INTERNACIONAL	72
4.1.1.2 O PODER NACIONAL	75
4.1.2 EMANCIPAÇÃO	81
4.1.3 MANUTENÇÃO	91
5. CONCLUSÃO	101
REFERÊNCIAS	108

1. INTRODUÇÃO

O debate acerca dos nacionalismos, apesar de adormecido nos últimos anos, não é novo, mesmo nas Relações Internacionais. O que o traz de volta para o centro dos debates contemporâneos é uma união de dois movimentos: o primeiro, relacionado ao próprio campo das Relações Internacionais; o segundo, a uma conjuntura política específica, de agitação de ânimos e discursos de segregação, muitas vezes pautado nas questões étnica e nacional.

A ascensão de estudos relacionados à importância da identidade nas relações internacionais é sensível após os anos 1990, e o nacionalismo é muito comumente vinculado a questões identitárias. Essa virada é produto das críticas construtivistas à visão de mundo das teorias de base epistemológica positivista. O debate inter-paradigmático (WAEVER, 1996) surge no intuito de incluir novas perspectivas e questionamentos às Relações Internacionais, presas a uma mesma visão de mundo, apesar de composta por teorias diversas (SMITH, 1996; RUGGIE, 1998). Essa preocupação possibilitou que novos caminhos se abrissem, permitindo que mais atenção fosse dada a questões relacionadas à cultura, idiosincrasias e especificidades relacionais. Dentre os diversos elementos identitários passíveis de influenciar as relações internacionais, destaca-se o nacionalismo, por sua intimidade umbilical com o Estado (BREUILLY, 1985; 1996; HOBSBAWN; RANGER, 2008), mas também em função da sua capacidade de delimitação, exclusão e inclusão. Este último ponto se dá em fina sintonia com a conjuntura da política internacional atual.

O segundo ponto traz à tona a discussão acerca do fortalecimento, nos últimos anos, de uma extrema direita nacionalista, de base xenófoba. A defesa da nação se impõe como dever e a auto-percepção identitária aparece como elemento primordial para a garantia do bem-estar social. O cosmopolitismo das tentativas de criação de uma sociedade internacional, defendido como essencial para o correto tratamento a problemas globais (e não apenas internacionais) vêm sendo substituído rapidamente por um movimento de retorno às fronteiras. A primazia do local em detrimento do global. Endossando este discurso, o nacionalismo é vocalizado de maneira agressiva, como escudo contra a invasão bárbara da imigração, miscigenação étnica, multiculturalidade. O discurso nacional é encarado como boia de salvação à maldição da globalização, fechando seus precursores em bolas de bilhar, tal qual desenhadas pelas teorias realistas dos anos 1950 a 1970. Paradoxalmente, a voz desse debate defende que o nacional é

suficiente (ou ao menos o ponto mais importante) para se compreender "identidade", fechando as portas para perguntas que aprofundem o debate e as fronteiras para tudo aquilo que é diferente.

Não são raras as vezes em que grandes esforços tomam lugar a partir de pequenos passos. No caso deste trabalho, assim como de tantos outros, a pergunta norteadora era curta e simples, mas escondia por detrás de si imensa complexidade: o que é *nacionalismo*?

O processo para responder à pergunta foi doloroso e metamórfico, com tantas idas e vindas quanto se pode imaginar. No final, a situação se resume numa decisão quase contraditória de não apenas abandonar a empreitada de responder, definitivamente, o que seria nacionalismo, mas também de desistir de problematizar o termo, caminhos mais conhecidos da pesquisa social.

A escolha pelo abandono destes caminhos se deu justamente em função da complexidade do termo frente à maturidade do pesquisador: uma dissertação de mestrado talvez não comportasse a musculatura necessária para um debate desta profundidade. Além disso, desconstruir de maneira crítica não é simples, mas seria um caminho alternativo ao que de fato se buscava.

E o que *de fato* se buscava não era *explicar* o nacionalismo, mas *entender* sua função no sistema internacional, no mundo ontológico da pesquisa em RI. Os temas referentes à formação do sistema internacional ganham papel de destaque na hierarquia de interesses deste pesquisador, pois parecem ser capazes de formar a maneira pela qual as relações internacionais se tornam possíveis. Em última instância, o jogo da política internacional deve obedecer a determinadas regras, e é o seu entendimento que inicia um processo de aprofundamento na compreensão das ações dos jogadores envolvidos. Questionar não o nacionalismo, mas a estrutura do sistema internacional foi o ponto de partida real desta pesquisa, que finalmente se afastou do campo do senso comum e da dúvida genuína e gradativamente se aproximou da epistemologia das Relações Internacionais.

Como já foi dito, a intenção não é a realização de uma análise meta-teórica do nacionalismo, produzindo uma síntese paradigmática capaz de responder à pergunta posta nas primeiras linhas deste texto. Pelo contrário, aqui se buscará avaliar o nacionalismo como conceito em seu estado atual e real, *in natura*. Sem necessariamente questioná-lo, a pergunta se direcionará para a compreensão de como este conceito foi capaz de moldar o sistema internacional, a partir do pressuposto de que, mesmo nos casos de luta de emancipação, há reprodução de um

sistema intrinsecamente excludente. É importante frisar que aqui não se busca afirmar que o nacionalismo é o único, ou mesmo o mais relevante conceito formador do sistema internacional, mas, sim, um dos mais relevantes.

Essa iniciativa foi facilitada após a decisão de incluir alguns pressupostos na pesquisa, que foi diminuindo seu caráter crítico ao longo das leituras e ganhando um ar mais voltado para a compreensão do conceito de nacionalismo. O primeiro pressuposto é de que o nacionalismo trata-se, acima de tudo, de uma expressão política, que toma a forma de ideologia, doutrina ou movimento. Foi necessário, para se chegar a esse pressuposto, adicionar um marco histórico para o surgimento da nação, já que o nacionalismo seria, em tese, um movimento político pautado neste conceito. Tomando como base a literatura monumental selecionada para o trabalho, chegou-se à conclusão que nação e sentimento nacional só surgem a partir do Estado moderno, ou seja, do século XVII, mas se consolidam como forma de organização social após a Revolução Francesa. Nesse sentido, a lógica construiu o segundo pressuposto, qual seja, o nacionalismo seria um produto da modernidade.

Tomando como base os pressupostos definidos bem como o problema supracitado, partiu-se para a elaboração de algumas hipóteses, visando abarcar grande parte das possibilidades de resposta. As próprias terminologias utilizadas para definir o nacionalismo e a posição temporal das respostas hipotéticas é um indicador do enraizamento dos pressupostos.

Nesse sentido, o esforço não partiu do interesse de construir hipóteses auto-excludentes, mas complementares, já que o problema é amplo e cheio de nuances. A primeira delas trabalha a possibilidade de as lutas nacionalistas alcançarem algum nível de emancipação, mas, apesar do relativo sucesso da maioria delas, a lógica de opressão no sistema internacional se manteria, havendo apenas uma substituição da fonte desta opressão, que passaria das antigas metrópoles para o sistema (leia-se o capitalismo e hegemonia neoliberal).

A segunda hipótese entra num campo mais construtivista, defendendo que a normatização do mundo obrigaria novos atores recentemente emancipados a se conformarem à lógica do sistema internacional. Essas normas seriam criadas no seio de instituições de base ocidental, quando não colonial e, dessa forma, posicionariam novos atores em locais de fala menos privilegiados e perpetuariam relações desiguais. Em outras palavras, a emancipação nacionalista apenas reafirmaria a posição subalterna destes novos atores, contribuindo para que esta posição seja reforçada do ponto de vista da legitimidade normativa do sistema internacional contemporâneo, que não mais comporta relações coloniais formais. O

nacionalismo seria, nesse sentido, uma ferramenta de reprodução e sofisticação do sistema colonial.

A terceira hipótese indica que as lutas de resistência nacionalista possuiriam importância étnica e geográfica essencial para o desenho do sistema internacional, pois é apenas a partir da emancipação do jugo colonial que novos atores surgem para gerar mudanças no tabuleiro político global, uma visão mais otimista dos movimentos nacionalistas.

Seguindo na esteira da última hipótese, a quarta possível resposta à pergunta-problema também tem nuances mais positivas, pois enxerga que a emancipação política com viés nacionalista contribuiria para o surgimento de uma nova visão acerca do sistema internacional que, se não o modificaria imediatamente, certamente o faria de maneira gradativa. Os novos arranjos que nasceriam destas mudanças contribuiriam para que imperialismo e hierarquização colonial fossem, ao menos, suavizados.

A quinta hipótese traz o debate para o campo da contemporaneidade, pois no sistema internacional contemporâneo, as lutas de resistência e emancipação com base nacionalista contribuiriam diretamente para a diminuição das relações de opressão, à medida que posicionariam horizontalmente os novos atores frente a seus antigos opressores. Une-se a isso o papel destacado das instituições internacionais na atual conjuntura, e seu esforço para suavizar relações desiguais.

A sexta e última hipótese é ainda mais otimista que as últimas, e visualiza que qualquer movimento que transforme em ilegítimas relações fundamentalmente desiguais é benéfico para a diminuição da opressão no sistema internacional. As lutas nacionalistas seriam, nesse sentido, centrais para diminuir o peso da opressão entre os povos, e o nacionalismo não possuiria relação direta com as bases hierárquicas do sistema internacional.

Como já deve ter ficado claro, as hipóteses acima não são reducionistas, mas abrem amplas possibilidades de compreensão e resposta à pergunta-problema, criando avenidas conceituais que poderiam ser seguidas. Visando recortar estas possibilidades, os objetivos do trabalho precisavam ser muito bem definidos.

O primeiro problema que surge destas leituras e conjecturas gira em torno da conceituação do que seria nacionalismo. Esse é o objetivo específico mais relevante do trabalho, e que traz consigo a necessidade de também compreender o que seria e como surge a nação. Por mais que estas sejam questões centrais do trabalho, não haveria espaço para um debate abrangente

sem perder o foco, voltado para a explicação de como o nacionalismo molda o sistema internacional. Ou seja, outro objetivo do trabalho é questionar a possibilidade de mudança ou reforma do sistema internacional a partir do nacionalismo e suas expressões políticas, verificando se o nacionalismo possui capacidade emancipatória, se na verdade trabalha no sentido da manutenção das estruturas de dominação, ou se é uma ferramenta de reprodução do sistema internacional, independente do caminho a ser tomado.

Responder a essa questão sem entrar em estudos de caso foi o maior desafio deste estudo, pois seria quase impossível pontuar o poder emancipatório do nacionalismo sem acessar indicadores de emancipação e testá-los em movimentos reais. O caminho escolhido para resolver essa questão e manter a natureza teórica do trabalho foi incluir a bibliografia da Teoria Crítica, e expor o nacionalismo aos seus teoremas. Nesse sentido, compreender emancipação é outro objetivo central desta pesquisa.

Esse esforço seguirá uma estrutura metodológica baseada em dois eixos principais que por sua natureza acabam por se tocar em diversos momentos. O primeiro diz respeito à revisão bibliográfica, onde será construído o alicerce teórico necessário para análises posteriores. Neste ponto será importante identificar textos centrais relacionados à base teórica do trabalho, especialmente aqueles que discutam nação, nacionalismo e criação do Estado. O segundo eixo do trabalho se baseará em metodologias de análise de discurso, conforme trazido no trabalho de Ivan Neumann (2008). Segundo o autor, chama-se de discurso todo um conjunto de ações realizadas por agentes sociais com base em interpretações de realidades únicas. Para tanto, o autor recomenda três passos, que devem ser seguidos nesta pesquisa: 1) delimitar os textos a serem analisados, identificando os *monumentos*, ou textos centrais daquele tópico; 2) mapear quaisquer assimetrias entre representações nestes mesmos textos; e 3) hierarquizar estas representações, sempre levando em consideração a historicidade na qual cada representação se inclui (NEUMANN, 2008).

É neste momento que o cerne metodológico do trabalho vem à tona. A partir da identificação dos textos monumentais, seria possível realizar inferências e comparações acerca das interpretações de nacionalismo na visão destes teóricos centrais ao mesmo tempo em que os faz dialogar com a lógica do nacional no sistema. Ao interpretar e comparar a visão de nacionalismo em cada autor central será possível consolidar uma visão acerca do conceito, baseada principalmente nos pressupostos definidos acima.

Finalmente, se buscará, a partir de revisão bibliográfica e análise de discurso, compreender de que maneira os conceitos de nacionalismo e nacionalidade permeiam a vida política internacional. Para isso, se faz necessário cruzar as informações teóricas e verificar, a partir destas, se a organização do sistema internacional é estruturada a partir de uma "lógica nacional", e quão profundamente este conceito está inserido em suas bases. Com isso, questiona-se se a geometria deste ordenamento está enraizada nestes conceitos, gerando instituições que o tomem como pedra fundamental.

No entanto, buscar-se-á compreender qual o nível de causalidade entre estes conceitos e a construção do sistema, experimentando partir do pressuposto que, mesmo que permeados por questões relacionadas à nacionalidade, não estão automaticamente algemados aos nacionalismos.

Seguindo para o fechamento desta seção, pode-se resumir o raciocínio empreendido na construção deste trabalho da seguinte maneira: o sistema internacional seria construído a partir de uma base nacional, influenciado por conceitos de nacionalidade. Sua disposição, mesmo que informalmente, seria hierarquicamente organizada, o que permitiria e contribuiria para a existência de relações desiguais. A opressão gerada por esta assimetria relacional provocaria a rebelião de certos atores, que se utilizariam muitas vezes de um discurso de base nacional para se emancipar. No entanto, este mesmo caminho poderia ser tomado por movimentos que busquem a manutenção de suas posições privilegiadas, chamando ao nacionalismo quando percebem que suas vantagens comparativas podem estar sob ameaça.

Assim surge o último dos pressupostos do tripé formador desta pesquisa, que dá título ao trabalho: apesar de conter diversas faces, o nacionalismo serviria, em última instância, como ferramenta de reprodução *deste* sistema internacional, levando consigo todas as suas vantagens e desvantagens.

2. Debates e Conceitos

A primeira parte deste trabalho servirá como poço fundamental de onde serão retirados os gatilhos conceituais desenvolvidos em seções posteriores. Para isso, inicia-se a discussão trazendo à tona uma reconstrução histórica do conceito de nacionalismo, elencando de maneira enciclopédica seus principais paradigmas. É certo que neste primeiro momento não será imprescindível cravar o motivo que leva determinados grupos organizados a levantar a bandeira nacional como principal hino de sua luta, muito menos se estas lutas são de emancipação ou reacionárias: para além disso, esse capítulo tentará realizar um apanhado histórico e, na medida do possível, generalista, do nacionalismo.

2.1 Debates e conceitos: o nacionalismo e sua problematização

Existe grande debate na literatura das ciências sociais acerca do período de surgimento do nacionalismo, seja como conceito, ideologia, movimento político. Não cabe a este trabalho responder qual o mais acertado, mas, por questões de parcimônia metodológica, se faz necessária a escolha de um caminho.

Em certa medida, a definição deste momento (surgimento do nacionalismo) depende muito da compreensão do que é nacionalismo. Greenfield (1992) defende que há evidências de que o sentimento nacional ganha força na Inglaterra apenas no século XVI. Certos teóricos enxergam que laços étnico-nacionais já podiam ser observados na Europa no século XV (SMITH, 1995). Hastings (1997) consegue identificar este mesmo sentimento ainda antes, quando pontua o desenvolvimento do sentimento nacional inglês por volta do século XIV. Seguindo numa linha diferente de todos, mas talvez mais condizente com o escopo deste estudo, define-se o século XVIII como marco principal do surgimento do nacionalismo em todas as instâncias trabalhadas no capítulo, inclusive no que diz respeito ao seu estudo conceitual. De maneira geral, os conceitos atualmente tratados como elementos básicos da doutrina nacionalista foram elaborados por pensadores do século XVIII (BENNER, 2013, p. 167).

Essa escolha se dá em função de uma assunção conceitual, defendida principalmente (mas não exclusivamente) por Benedict Anderson, Ernest Gellner e Eric Hobsbawm, que posiciona o nacionalismo como um elemento bastante específico, que só pode ser percebido em sua essência mais completa após a Revolução Francesa (BURKE, 2013, p. 109). Antes disso, é possível perceber elementos da nacionalidade, com o compartilhamento de expressões culturais, identitárias, ou mesmo étnicas, que contribuíam para a coesão social. No entanto, este conjunto de sentimentos não é suficientemente organizado para que possa ser considerado nação em sua acepção moderna, que é o foco deste trabalho.

Ozkirimli (2000) assevera que ainda nesse período não era possível divisar correntes teóricas que promovessem um debate sobre o surgimento do nacionalismo: todas tomavam a nacionalidade como algo dado e inquestionável. A preocupação dos teóricos do período dizia respeito à aplicação destes conceitos e não ao seu questionamento. Estas primeiras tentativas são normalmente vinculadas ao Romantismo Alemão do século XVIII que, por sua vez, é bastante influenciado por teóricos ainda mais antigos, como Immanuel Kant (*Ibid.*). Ou seja, se faltam textos monumentais no estudo do nacionalismo, também não se pode negar a existência da problemática dentro dos trabalhos de grandes autores clássicos.

Tomando este pressuposto como base, seria possível seccionar as primeiras produções epistemológicas aderentes ao estudo do nacionalismo nos séculos XVIII e XIX em duas esferas distintas: os nacionalismos partidários e os críticos (*Ibid.*).

2.1.1 Primeiras tentativas: o surgimento da dicotomia nacionalista

A primeira turma, formada pelos teóricos voltados para o nacionalismo partidário (*Ibid.*), é permeada, em sua maioria, por historiadores. Basicamente, o historiador enquanto cientista, é capaz, se assim entender, de criar mitos no passado. Por mais paradoxal que a afirmação possa parecer, existe certa lógica em sua concepção: uma vez identificado certo fato histórico, o mesmo pode ser ressignificado dentro de uma teia de ações e reações que reverbere nos tempos atuais. O historiador estaria, dessa forma, trabalhando no sentido de dobrar a verdade, aproximando-a de um ideal não necessariamente factual (HOBSBAWN; RANGER, 2008). Além da capacidade de literalmente reescrever a História, os historiadores teriam, segundo

Anthony Smith (1996), a capacidade de hierarquizar elementos, dentre eles movimentos sociais. Essa ação geraria o reposicionamento da relevância de determinadas pautas em função de outras, sendo o sentimento e ligação nacional apenas um exemplo.

Para além dos historiadores, boa parte da primeira leva de teóricos do nacionalismo partidário possuíam uma visão essencialmente ambígua, se aproximando da crítica em vários momentos. Para este grupo de autores, formando por filósofos como Rousseau, Herder, Kant, Fichte, Hegel, Mill (alguns desses serão analisados com maior profundidade nas seções subsequentes), a formação nacional e seu casamento com as estruturas políticas era um movimento necessário, mas nunca totalmente livre de problemas (BENNER, 2013, p. 168).

O próprio surgimento do nacionalismo (ou do debate sobre o nacional) diz respeito às condições da evolução do pensamento filosófico do Iluminismo Europeu. Kant, por exemplo, produz uma contribuição no sentido de pontuar a relevância do livre arbítrio, posicionado em sua teoria como a forma ótima de liberdade: “[t]he end of man was to determine himself as a free being, self-ruling and self-moved, and religion, rightly understood, was the perpetual quest for perfection” (KEDOURIE, 1961, p. 25-6). Esse raciocínio leva Kedourie a pontuar a inseparabilidade da nacionalidade e política, partindo do princípio de que a legitimidade é essencial para a governabilidade de um povo. Em suma, o único tipo de governo legítimo seria um formado nas bases nacionais (KEDOURIE, 1961, p. 9). A Revolução Francesa é a reificação deste sentimento, a realização factual do programa proposto pelo Iluminismo Europeu. É como fica explícito na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, quando define que a soberania reside essencialmente na nação (*Ibid.* p. 12).

As contribuições de Kant, por sua vez, podem ter sido influenciadas pelo trabalho de Rousseau, responsável por dar mais espaço ao debate nacional dentro da filosofia política. O argumento moral em torno da autodeterminação e soberania só ganham centralidade nos debates sobre nacionalidade e legitimidade após as intervenções rousseunianas. O próprio conceito de nação passa, em Rousseau, pelo voluntarismo e capacidade de autogerência: a única ligação necessária dentro de uma comunidade é o acordo em torno da forma de governo e respeito à autoridade; laços históricos e culturais podem ser relevantes, mas não são superiores aos primeiros, e serviriam apenas para dar maior sustentação à legitimidade gerada pelo respeito às instituições (BENNER, 2013, p. 170).

A visão de Rousseau traz consigo uma carga de originalidade, propondo uma diferenciação dos nacionalismos focados nas semelhanças biológicas, mas não se afasta totalmente deste

argumento. O autor chama a atenção, no entanto, para as agências individuais e para a precedência das escolhas políticas em relação a quaisquer outras questões. O nacionalismo voluntarista, pautado na cidadania pós-Revolução Francesa, seria tão racional quanto um nacionalismo xenofóbico, pautado no ideal de defesa contra invasões. É por esse motivo que Rousseau apoia as causas de corsegos e poloneses, defendendo que, em um determinado momento, não seria irracional se estes se pautassem em elementos étnicos. Por fim, o que Rousseau pontua é que ambas as visões estão baseadas no mesmo princípio, qual seja, o desejo de autodeterminação.

O último clássico escalado para esta sessão é Johann Gottfried von Herder, teórico de importância capital para o desenvolvimento da filosofia alemã, seja em função da qualidade de seu produto intelectual, seja pela sua larga influência em outros autores de peso atemporal, como Hegel, Schleiermacher, Nietzsche, Dilthey ou mesmo Mill, que bebeu na fonte de Herder em busca da consolidação de sua filosofia política (FORSTER, 2018). Sua importância fica clara quando se entra em contato com o extrato abaixo:

Herder's fame rests on the fact that he is the father of the related notions of nationalism, historicism and the Volkgeist, one of the leaders of the Romantic revolt against classicism, rationalism and faith in the omnipotence of scientific method – in short, the most formidable of the adversaries of the French philosophes and their German disciples (BERLIN, 2013, p. 208).

Assim como Kant, Herder também acessou os trabalhos de Rousseau para construir seu pensamento, mas aparentemente os encarou de um ponto de vista mais crítico, se afastando de seus mestres em quase todo o percurso. Destarte algumas afinidades, como a aceitação dos nacionalismos partidários e sua importância para a sobrevivência dos Estados mais fracos perante às pelejas entre as potências europeias, o nacionalismo em Herder (e a construção da nação de uma forma geral) não se parece em nada com os trabalhos de Kant ou Rousseau. Seu trabalho tem raízes numa aversão visceral contra o racionalismo, muito provavelmente em função da natureza teorizadora e generalista desta corrente. Essa posição abre espaço para que Herder questione diversos tipos de generalização, não apenas no sentido acadêmico e teórico, mas também social, permitindo que sua atenção fosse cooptada pelos particularismos do mundo que o cercava.

Basicamente, a visão do autor prussiano se cristaliza nas especificidades nacionais, fazendo frente às tentativas universalizantes de seus predecessores. Mas busca, com esse movimento, o mesmo fim: a garantia da autodeterminação dos povos. Como pressuposto principal da formação nacional estariam os laços linguísticos, capazes de desenhar as teias de significado necessárias para consolidar a legitimidade tão discutida por Kant ou Rousseau (BENNER, 2013, p. 173). Em outras palavras, a nacionalidade não seria tão voluntarista quanto disse Rousseau, ou tão racional quanto disse Kant, mas quase natural, fincada em princípios mais próximos às subjetividades do indivíduo. Indo além, a universalização em si não deveria ser encarada como algo positivo, pois abriria espaço para legitimar movimentos dominantes por parte das potências europeias. *“Echoing Martin Luther, he suggested that vernacular languages (...) were closer to nature and God’s truth than the ‘dead’ Latin of priests, or the stilled French favoured in many German courts” (Ibid.).*

Herder foi capaz de analisar, de uma forma bastante sofisticada, as relações internacionais de seu período, e a organicidade de seu pensamento, focado na defesa do nacionalismo, era totalmente justificável frente à sua visão de mundo. Suas asserções sobre o nacionalismo se afastam um pouco da esfera política e entram mais na cultural, inaugurando um novo momento no estudo deste conceito. Principalmente, Herder elabora uma nova fronteira para a legitimidade nacional: nenhum outro filósofo tinha, até aquele momento, identificado a linguagem como fonte primordial da legitimidade de comunidades políticas.

Essa afirmação gera uma inspiração ambígua nos movimentos nacionalistas do século XVIII, mas que mantém seus ecos em situações mais atuais. Seja visando um multiculturalismo pacífico, seja defendendo o nacionalismo étnico, questões culturais serão trazidas à tona com certa frequência. Herder evidentemente não será introduzido na íntegra em todos os movimentos nacionalistas, mas algumas partes do seu trabalho certamente corroboram a tese de separação e exclusividade de determinados povos. Por mais que o filósofo compreendesse a importância da multiculturalidade e até rechaçasse as tentativas de criação de estados monoglotas, muitas interpretações de seu trabalho darão voz a movimentos racistas e violentos. De modo geral, o que Herder buscava chamar a atenção é de como o idioma e a linguagem podem servir como elemento de união nacional, assim como o podem ser instrumentalizados para facilitar a dominação de povos mais fracos (HERDER, 1913, p. 65-8 *apud* BENNER, 2013, p. 174). Outrossim, sua tese não fora criada com intenções a servir como panfleto justificante para a violência nacionalista, mas sim como elemento de reflexão acerca da necessidade de se respeitar a multiculturalidade e promover a coexistência nacional.

Numa época em que impérios multiétnicos eram regra na Europa, os escritos de Herder podem ter adquirido carácter explosivo, pois evidenciavam a violência da dominação linguística.

Partidário, Herder tentou esclarecer de que maneira a influência francesa, cultura preponderante na Europa, poderia criar um universalismo nocivo, em especial à cultura germânica. Provavelmente referindo-se à capilaridade da Revolução Francesa e à potência militar da França Napoleônica, Herder urge seus correligionários à resistência através do fortalecimento de instituições essencialmente germânicas¹. O mesmo esforço é encapando por um contemporâneo, Johann Gottliebe Fichte, que apesar de concordar com Herder no que tange à importância capital do idioma para a formação nacional, se afasta do último ao adotar uma postura de guerrilha. No texto *Addresses to the German Nation*, elaborado em 1808, Fichte não se interessa mais pelas posições iniciais dos seus trabalhos filosóficos, e ataca a invasão napoleônica. Seu texto era um chamado à população germânica, que deveria lutar pela manutenção de sua cultura e realidade específica (MOORE, 2009). Heirich von Treitschke escreve um pouco depois de Herder e Fichte, mas parece se valer do mesmo partidarismo de seus compatriotas.

Para von Treitschke, o Estado era o fim último da organização social, e este deveria se organizar com base na nacionalidade da sua população (OZKIRIMLI, 2000, p. 23). No entanto, sua contribuição é carregada de certa originalidade, pois confere ao Estado a capacidade de unificar uma população a partir de determinados elementos culturais, como o idioma, por exemplo. É justamente por atribuir uma carga mais dinâmica ao nacionalismo, que von Treitschke prefere atribuir valor às questões biológicas, como laços de sangue, por exemplo. Sua visão o leva a defender a unificação da Alemanha sob liderança prussiana, justamente em função do argumento étnico-cultural que envolvia este pleito à época.

O nacionalismo e a preocupação em compreender os processos de formação nacional podem não estar no cerne do pensamento destes autores, mas Benner (2013) consegue identificar padrões nestes escritos, principalmente no que diz respeito à relevância da nacionalidade para a consolidação da unidade interna, baseada na legitimidade; e na defesa contra invasores externos, baseada no princípio da autodeterminação. De maneira similar, já neste período

¹ Esse movimento é interessante, pois os princípios de autodeterminação nacional surgem das cinzas da Casa Bourbon; ao tentar se afastar do domínio cultural francês, Herder acaba por se apropriar das ferramentas criadas no seio da Revolução. É um paradoxo bastante comum entre cientistas sociais, e de fato não invalida o trabalho do autor prussiano; mas é um fato interessante o suficiente para ser trazido à tona, inclusive em função da sua proximidade com as hipóteses básicas deste trabalho.

algumas questões referentes à universalização de preceitos frente ao interesse nacional são possíveis de ser extraídas, questões estas que se refletem na contemporaneidade (*Ibid.*). O que os diferencia pode ter sido importante para delimitar os caminhos dos paradigmas e visões que buscam compreender o nacionalismo, já que se falou de autores que buscam identificar no voluntarismo, leis e moral a legitimidade necessária para coesão nacional, enquanto outros se preocupam em posicionar as características culturais como superiores a todas as outras. Como síntese do debate elaborado acima, pode-se dizer que enquanto Rousseau e Kant entendem que a legitimidade parte das leis e instituições, e que a liberdade depende da evolução moral, Herder adentra um terreno mais sociológico, pautado na coexistência pacífica de culturas definidas a partir de princípios linguísticos.

É evidente que cada visão carrega suas verdades, que por sua vez podem ser criticadas e desconstruídas ao limite. No entanto, para facilitar o salto conceitual que se segue, seria interessante elaborar um pouco mais a crítica à visão de Herder, de acordo com o que Benner (2013, p. 177-8) chama a atenção. Em suma, por mais que a identificação cultural seja um fator relevante para coesão social e, por conseguinte, para geração de legitimidade, há uma dificuldade fundamental em posicioná-la acima das vontades políticas. Num primeiro momento, já seria complicado pré-definir estes grupos, pois dificilmente existiu (principalmente na Europa) uma divisão territorial coesa baseada apenas em princípios linguísticos. Avançando um pouco mais, mesmo se outras características culturais ou mesmo fenotípicas fossem adicionadas ao julgamento, ainda assim seria quase impossível trabalhar no sentido de separar estas populações apenas com base nestas escolhas. Enfim, a legitimidade e coesão social dependem de escolhas, e estas quase sempre estarão vinculadas a interesses e lutas políticas extremamente complexas, que podem perpassar questões étnico-culturais, mas que não necessariamente serão direcionadas por elas. É com base nesta visão que o segundo grupo de teóricos mais proeminentes no século XIX trouxe à tona características mais críticas ao estudo do nacionalismo, seja em função de um posicionamento cosmopolita (e por isso crítico ao nacionalismo do ponto de vista idealista) ou marxista (que já trabalha uma crítica mais pragmática, percebendo nas estruturas nacionais a possibilidade de aprofundamento das distâncias entre classes).

Inicialmente, pode-se recorrer aos trabalhos de Lord Acton, mais especificamente o artigo trazido no tomo *Mapping the Nation*, organizado por Gopal Balakrishnam. Nesse texto, Acton defende a multiculturalidade, pregando a necessidade e as vantagens das organizações sociais multiétnicas. A nacionalidade e o nacionalismo seriam, nesse sentido, um passo retrógrado na

História (ACTON, 1996), pois forçam o estacionamento das relações sociais à medida em que freiam a possibilidade de construção de uma nova lógica relacional, que vá além da nacionalidade. É importante ressaltar que, apesar de ser posicionado aqui no campo crítico, Acton é um pensador de viés liberal, e por esse motivo defende que a união nacional, em função da sua natureza constritora, levaria, invariavelmente, à revolução.

Apesar da relevância deste tipo de interpretação crítica mais cosmopolita do nacionalismo, talvez as contribuições de maior peso partam de autores de base marxista. O problema dos marxistas com o nacionalismo poderia ser encarado de duas formas: o primeiro, muito vinculada à sua raiz metodológica; o segundo, de caráter mais aplicado, serviria como impedimento para a consolidação de seu ideal maior, qual seja, o internacionalismo revolucionário.

Em função do seu enraizamento no racionalismo iluminista, os teóricos marxistas criticam o nacionalismo pelo simples fato de o mesmo não ser capaz de produzir mais vantagens individuais do que as estruturas de classe. O nacionalismo não seria, seguindo este ponto de vista, uma escolha racional, pois o mundo se organiza com base em relações essencialmente materiais, dando importância muito menor a questões subjetivas. No cálculo de custo-benefício, o indivíduo preferiria, frente às dificuldades da vida cotidiana, abrir mão da convivência com base na identificação cultural em função de uma possibilidade de melhoria na qualidade de vida. E identificação de classe seria muito mais forte do que a identificação nacional: na visão marxista, o operário da Alemanha não é tão diferente daquele da Inglaterra. Na verdade, um operário inglês se identifica mais facilmente com um trabalhador alemão, o que com os lordes da corte londrina.

Os marxistas seriam muito cautelosos ao analisar a possibilidade de o nacionalismo produzir paixão suficiente para pagar os abismos entre as classes sociais (KITCHING, 1985), mas não mede esforços para desmistificar suas origens. Se não se afastam totalmente da possibilidade de encarar os elementos identitários elencados no romantismo alemão, certamente a visão crítica marxista enxerga a possibilidade de instrumentalização destes estímulos, visando a um interesse político mais intrincado. O nacionalismo passa a ser encarado como uma projeção ideológica, irracional e emotiva (*Ibid.*) utilizada pelas classes dominantes como ferramenta de opressão. Etnia, cultura, idioma, seriam apenas elementos retóricos utilizados pelas classes dominantes visando manter afastadas as classes oprimidas. E é nesse ponto que a crítica marxista evidencia suas nuances mais orgânicas.

Para além do falseamento racional, a visão crítica de base marxista entende o nacionalismo como um entrave à aplicação prática da sua ideologia. Diante da visão de que seria necessário derrubar as barreiras nacionais e unir o proletariado de todo o mundo, o nacionalismo seria um elemento refreador do internacionalismo marxista, seja em função da instrumentalização encampada pelas camadas mais abastadas da sociedade, seja pela simples sugestão de que o mundo precisaria ser organizado com base na nacionalidade e não em quaisquer outros elementos de exclusividade.

Ozкимli (2000) encampa numa crítica acerca de possíveis inconsistências em *O Manifesto do Partido Comunista*, defendendo que o texto abre mão de levar o nacionalismo em conta quando sugere a união do proletariado internacional. O que Ozкимli (2000) deixa passar, no entanto, é que Marx e Engels não apenas estavam cientes da relevância do nacionalismo como sugerem ativamente que o mesmo seja *superado* em primeira instância. A consistência da crítica marxista se faz perceber exatamente neste momento, pois em ambos os casos, o foco principal se dá na capacidade de as classes dominantes se apropriarem da retórica nacionalista para dificultar a identificação de classes. Ao trabalhar no sentido de impulsionar, ou simplesmente trazer à tona, questões étnicas e culturais, o nacionalismo trabalharia no sentido oposto à luta do proletariado, que vê a necessidade de superação destas diferenças para que finalmente a emancipação possa se concretizar².

Obviamente a visão marxista leva em consideração um período em que a luta de classes de fato se consolida por toda a Europa, não se preocupando em criticar com tanta precisão algum tipo de manifestação nacional anterior à Revolução Industrial. O modelo de Estado-nação que se formava no período era a expressão última da vitória do modo de produção capitalista sobre o feudalismo (NIMNI, 1991), o extrato mais refinado da era da modernidade. Em outras palavras, apesar do teor crítico, os marxistas se mantêm afastados de uma questão central para este trabalho, qual seja, a narrativa de *construção* do nacionalismo. Ao relegá-lo à posição de

² Uma visão marxista bastante influente pode ser extraída dos trabalhos de Otto Bauer, que se debruçou sobre os conflitos entre tchecos e alemães pelo domínio da região da Boêmia. Bauer admite que tanto as diferenças de classes quanto as nacionais são realidades objetivas. Nesse ponto estaria se distanciando um pouco dos marxistas de uma forma geral, mas só num primeiro momento: sua hipótese principal mantém o foco na luta de classes e sustenta a sugestão que, uma vez apagadas as distâncias entre as classes sociais, as diferenças nacionais seriam motivo de cooperação e não de conflito. Olhando esta imagem com mais atenção, é possível até mesmo fazer uma ligação com Herder, que também via nas sociedades multinacionais uma forma de progresso cooperativo e não de atraso conflitivo.

A principal crítica ao trabalho de Bauer aponta que o mesmo cai no clássico erro marxista: reducionismo referente à luta de classes. Aceitar a visão de Bauer seria como retornar ao terreno da cegueira onde tudo diz respeito à batalha entre classes dominantes e oprimidas (BREUILLY, 1985).

inferioridade quando comparado à luta de classes, o nacionalismo passa a ser encarado como um conceito pouco caro aos marxistas, que são criticados por esse reducionismo excessivo, como já trazido há pouco.

2.1.2 Nacionalismo: ideologia e política

Por mais que a cisão entre nacionalismos partidários e críticos seja positiva do ponto de vista didático, é importante frisar que, de maneira alguma, ela é abrangente o suficiente para elucubrar todos os debates produzidos entre os séculos XVIII e XIX. Certamente, ela não daria conta de produzir um ponto sólido o suficiente para que o salto temporal até o século XX se faça de maneira satisfatória. É por esse motivo que alguns dos autores abaixo precisaram ser retirados desta primeira seção, e trazidos para uma problematização mais intensa neste momento.

Ozkirimli (2000) dá grande importância aos trabalhos nacionalistas do século XX, subdividindo o século em três períodos principais. O primeiro se iniciaria ao final da Primeira Guerra Mundial, se estendendo até o início da Segunda Guerra Mundial; o segundo momento acontece justamente entre 1945 e 1980, enquanto o terceiro compreenderia os trabalhos do pós-Guerra Fria até o final do século. Por mais que o mesmo recorte não seja trazido neste momento, ele será muito útil para categorizações mais generalistas, assim como para a identificação dos principais textos de cada período. De uma maneira geral, o que se buscará demonstrar aqui é a evolução conceitual do nacionalismo, que se torna um objeto de estudo das ciências sociais, abrindo espaço para questionamentos interdisciplinares, principalmente tocados pelas Ciências Políticas (inclusive as Relações Internacionais) e Sociologia.

O material encontrado para cimentar a ponte entre o século XIX e o século XX é fornecido pelos produtos dos estudos do filósofo e historiador francês Ernst Renan. Influenciado por Kant e Hegel, Renan vive o final de uma era, e já experiencia os primeiros sinais da queda dos impérios do mundo do século XIX. Num esforço de consolidação do entendimento do nacionalismo como expressão política, característica que começa a se consolidar neste período, Renan (2000) se volta à questão básica de “o que de fato dá forma uma nação”.

But what is a nation? Why is Holland a nation, when Hanover, or the Grand Duchy of Parma, are not? How is that France continues to be a nation, when the principle which created it has disappeared? How is

that Switzerland, which has three languages, two religions, and three or four races, is a nation, when Tuscany, which is so homogeneous, is not one? Why is Austria a state and not a nation? In what ways does the principle of nationality differ from that of races? (*Ibid.* p. 12)

A ideia por trás do pensamento de Renan é enriquecedora e debate com pressupostos já levantados neste texto. Segundo o autor, a nação não é perene, mas uma expressão temporal, não necessariamente vinculada a questões étnicas ou culturais. A nação teria um início assim como um potencial fim, e a identidade necessária para sua sustentação existencial estaria ligada a um passado glorioso, um mito fundador fantástico, uma vitória antológica sobre os inimigos externos. A nação seria formada por um espírito único, o *Volksgeist* dos alemães (como Herder, mas também para Renan), responsável por nortear a nação no sentido do seu destino e missão, mas também servir como memória do seu passado (SMITH, 2001, p. 38). O que se percebe até o momento é o afastamento das leituras mais naturalistas promovidas pelo romantismo alemão e uma reaproximação do racionalismo kantiano, ou mesmo rousseauiano. Renan abre mão das visões objetivistas, que definem a nação simplesmente em função de características fenotípicas ou mesmo culturais. É por esse motivo que Ozkirimli (2000, p. 23) assevera que os trabalhos de Renan representam o esforço mais sofisticado para a compreensão do nacionalismo do seu período.

Para Renan, uma característica muito relevante para a construção de uma nação é a sua capacidade de *esquecer*. Não o esquecimento ativo como trazido na clássica obra de George Orwell (2009), ou a história anacrônica construída pelos historiadores partidários: Renan (2000) menciona a passiva capacidade de permitir que certas verdades se tornem tácitas, depois fantasmagóricas e, por fim, inexistentes. Esta seria uma habilidade passiva e inerente ao ser humano, um elemento constitutivo da nação e a constante na fórmula social do nacionalismo. Por esse motivo, Renan é visto como o mais eminente promulgador da ideia do nacionalismo voluntarista, ou subjetivo, sendo inclusive posicionado no espectro dos nacionalistas partidários (OZKIRIMLI, 2000). Seria possível resumir essa afirmação em torno da ideia de produção voluntária (mas não necessariamente autônoma ou racional) de um sentimento agregado, constantemente validado pelo indivíduo (BREUILLY, 1985, p. 8; BLOOM, 1993, p. 23; SMITH, 2001, p. 36-8, 49).

Essa afirmação abre largo espaço para o debate acerca da atemporalidade da nação, promovido por alguns dos autores já citados até o momento e revisitada com maior força nas visões paradigmáticas subsequentes. Um dos mais famosos teoremas criados por Renan

(2000) diz respeito à metáfora de sobrevivência da nação vinculada a um plebiscito tácito e contínuo, apresentado à população, nos níveis da subconsciência, vinte e quatro horas por dia. Ou seja, a perenidade da nação não estaria vinculada apenas a questões externas ao indivíduo (como o pertencimento étnico ou linguístico) mas por ações que trabalhem no sentido de reafirmar sua existência contínua e ativamente. As ações podem até não parecer automaticamente vinculadas ao reforço da nacionalidade, mas assim o são. Em outras palavras, a sobrevivência da nação depende destes movimentos de reafirmação incutidos em cada movimento individual. Quem forma e significa a nação são os indivíduos: uma vez que os indivíduos param de se compreender como membros de uma nação, a mesma deixa de existir. O nacionalismo estaria, portanto, no dia-a-dia e não apenas num movimento distante e formalmente organizado. A nação estaria menos ligada a questões de identificação natural e automática, para não dizer totalmente desligada destas marcações; e totalmente vinculada à decisão e vontade individual. Se faz quase desnecessário salientar o claro retorno às visões voluntaristas de Rousseau e Kant, e o abandono do nacionalismo do romantismo alemão. Em uma palavra, esta visão voluntarista posiciona o nacionalismo no campo das liberdades e dá ao indivíduo o poder de construir e constituir a nação.

Ao analisar as contribuições de Renan, John Breuilly (1985) evita as simplificações exageradas e busca trazer à luz elementos que certamente nortearam o seu próprio trabalho (que será avaliado nos próximos capítulos). Para o autor britânico, não é como se ao defender que as liberdades de escolha e formação nacionais, Renan simplesmente abrisse mão dos níveis de organicidade necessários para que um movimento subjetivo ganhe força. Na verdade, o trabalho de Renan adiciona um nível analítico que contribui para maior problematização do nacionalismo: neste momento atinge-se um ponto em que se aceita a mutabilidade, questionamento e entendimento da nacionalidade como uma expressão e não como um objeto antológico. As nações são, inclusive, formadas por motivos diferentes e emanam de fontes diferentes, dificultando sua conceituação como um grupo único (RENAN, 2000). Este movimento de teorização excessiva foi produzido até mesmo por autores como Herder, que tentaram ativamente se afastar das generalizações, e por isso que os trabalhos de Renan são caros para Breuilly.

O século XX significa uma guinada para tentativas de relacionar o nacionalismo com as ciências políticas (GELLNER, 1987; OZKIRIMLI, 2000). Como deve ter ficado evidente, a progressão do pensamento nacionalista passa por batalhas epistemológicas que hora

posicionam características biológicas acima das nuances políticas da sociedade, hora tomam a forma inversa.

Neste século bastante movimentado para todas as ciências sociais, as principais contribuições da sua primeira metade dizem respeito à tipificação dos nacionalismos, mais encarados como movimentos políticos do que como conceitos problematizáveis. Nesse sentido, é possível perceber grande influência da História além das Ciências Políticas na tentativa de diminuição do buraco conceitual que já vinha sendo sentido há anos (JAMES, 1996, p. 182).

Ozkirimli (2000) pontua o início desta progressão do estudo do nacionalismo nos anos 1920, a partir dos estudos de Hayes e Hans Kohn: eles definiram o nacionalismo como objeto de investigação; entendem o nacionalismo mais como fato positivo, do que como norma; entendem que o nacionalismo é, em certa medida, um desenvolvimento histórico; utilizam análises comparativas; e normalmente evitam análises biológicas do nacionalismo. Seria como dizer que, a partir de 1920, inicia-se um movimento de abandono dos nacionalismos apaixonados dos séculos XIX (exclusive os trabalhos de Renan) ao mesmo tempo que se ensaia uma aproximação mais sociológica do conceito. É também em função disso que o presente estudo deverá se debruçar com mais atenção nesse recorte histórico, e trabalhará com foco especial, em dois momentos distintos, com diversos autores que escreveram nesse período, visando relacionar estas teorias com aquelas das Relações Internacionais advindas da mesma motivação fundamental sociológica.

Hayes pode ter sido o primeiro a tomar uma postura mais asséptica quanto ao nacionalismo. O autor pregava a existência de uma forte empatia quanto à cidade, comunidade, líder, império, mas não necessariamente vinculada à nação. Essa ligação nacional não é tão antiga quanto algumas correntes pregam, e só se tornaria amplamente sensível no século XVIII (HAYES, 1955, p.10).

Hayes trabalha no sentido de produzir uma tipificação do nacionalismo, visando facilitar uma compreensão mais generalista acerca do tema. A verdade é que, a partir deste tipo de esforço, os autores buscavam construir uma espécie de mapa, que abrisse os caminhos para a compreensão dos nacionalismos a partir da identificação de padrões do passado. A enumeração de Hayes prevê seis tipos principais de nacionalismo, que serão explicitados de maneira genérica. Seriam eles: nacionalismo humanitário, que encara a nação como evolução natural da sociedade (1); nacionalismo jacobino, visão mais extrema do nacionalismo humanitário, que traz consigo um forte zelo missionário e intolerância às dissidências (2);

nacionalismo tradicional, mais vinculado às aristocracias conservadoras, que trabalha de forma reacionária, diferente dos dois exemplos trazidos acima (3); nacionalismo liberal, de inspiração kantiana, via no nacionalismo como forma última de autodeterminação dos povos (4); nacionalismo integral, que pregava que a nação deveria ser vista como um fim em si mesmo, e sua manutenção e progresso eram mais importantes do que as liberdades e desejos individuais (5); e o nacionalismo econômico, expressão mais moderna do nacionalismo, trata o interesse nacional a partir de uma visão essencialmente materialista, posicionando cada nação numa raia elaborando, metaforicamente, uma espécie de corrida internacional por matérias-primas e mercados (6) (HAYES, 1955, p. 13-287).

A visão de Hayes gerou críticas por se tratar de uma tipologia essencialmente europeia (SNYDER, 1968) ou mesmo anglo-francesa (SMITH, 1983), o que seria difícil de negar já que a própria aceção de nação detém forte base europeia. Tipificar nações e nacionalismos significaria, quase sempre, analisar o que acontece na política europeia. Saindo desta ceara, avaliar o nacionalismo para fora da Europa dependeria, no máximo, da aplicação de signos identificados inicialmente em nações europeias. Em seguida à primeira crítica, Smith (1983) pontua que seria muito complicado tipificar o nacionalismo em função da sua base essencialmente ideológica e multifacetada: o mesmo nacionalismo pode ser visto em movimentos totalmente separados entre si. A tipologia de Hans Kohn poderia, então, ser considerada mais completa e foi amplamente utilizada por diversos autores da História e Sociologia: o teórico estava muito mais preocupado em compreender as diferenças morais dos nacionalismos do que simplesmente estabelecer uma tipologia fria, movimento que mitiga o risco de cair no mesmo eurocentrismo presente no esforço de Hayes (OZKIRIMLI, 2000, p. 41-2).

Em *A Era do Nacionalismo*, Hans Kohn escreve que o nacionalismo sofreu uma evolução histórica iniciada no século XVIII pelos países do norte da Europa e suas colônias, e se consolida como movimento essencialmente europeu já no século seguinte. A “era do nacionalismo” evidenciou as diferenças entre os seres humanos e sociedades, basicamente separados entre ocidente e oriente. Não obstante, sua tipologia segue essa lógica: os nacionalismos ocidentais estavam muito conectados com questões de classe, divisão do trabalho e expansão das liberdades individuais; os nacionalismos orientais surgem somente após a formação dos Estados, têm forte conexão com mitos e conexão histórica e são utilizados como ferramenta de emancipação da dominação externa (KOHN, 1963).

Segundo Kohn (1963), os nacionalismos ocidentais diziam respeito à manutenção das liberdades e direitos de uma classe média europeia, enquanto os nacionalismos orientais seguiam uma linha de luta de resistência e emancipação. Enquanto no primeiro pode-se dar mais relevância a questões econômicas, luta de classes, ou mesmo dever civilizatório, no segundo fica quase impossível não trazer à tona os mitos e as questões subjetivas que vinham sendo abandonadas ao longo de décadas de estudo do conceito. Os nacionalismos ocidentais buscavam manter o estado de coisas enquanto os orientais se preocupavam em questionar este mesmo estado, sem necessariamente fugir à sua lógica básica. Já em Kohn é possível perceber a mistura entre as visões sobre o nacionalismo trabalhadas até o momento, e um certo pudor em estabelecer leis imutáveis para todas as nações. A nação criada à imagem e semelhança da Revolução Francesa não é refutada por estes autores, mas é certamente questionada, abrindo espaço para as problematizações dos anos vindouros.

A tipologia de Hans Kohn (1963) acaba abarcando a de Hayes (1955), pois trata de maneira mais geral as questões referentes à aplicação do nacionalismo como ferramenta política. Ao invés de separar os movimentos em pequenas peças, Kohn parece fazer um trabalho mais complexo e desafiador: *unir* as peças complexas que formam os movimentos nacionais, buscando encontrar padrões mínimos em sua aplicação no terreno político real.

Essa visão pode ser agrupada à visão de Snyder (1954) que tipifica o nacionalismo de maneira um pouco mais simplória, mas ainda assim muito útil a esse estudo. Seu trabalho divide os nacionalismos em integrativo, disruptivo, agressivo e contemporâneo (*Ibid.*). Suas principais características seriam autoexplicativas. No entanto, por mais importante que seja, o esforço de Snyder acaba perdendo força quando comparado ao de Hans Kohn, principalmente porque o primeiro autor cai num vício de tentar posicionar as manifestações nacionalistas de sua tipologia em momentos históricos precisos. Ou seja, enquanto os nacionalismos integrativos ficam presos entre as décadas de 1810 e 1870, os agressivos representam os momentos que precedem e antecedem a Primeira e Segunda Guerras Mundiais (SNYDER, 1954). Não que não exista certa verdade nesta concepção, mas o reducionismo desta tipologia a aprisiona e impede que a mesma análise seja realizada fora da Europa, por exemplo. Em outras palavras, não é porque os nacionalismos verificados na Europa durante as primeiras décadas do século XVII são de natureza integrativa que os identificados no mesmo período em outros lugares do mundo poderão ser interpretados como possuidores da mesma natureza. Indo além, não seria possível afirmar que exista uma progressão lógica e imutável para o desenvolvimento dos nacionalismos.

Tentando se afastar desse problema, Snyder (1968) tenta, em outra obra, trabalhar uma nova tipificação, dessa vez com enfoque regional, analisando os movimentos nacionalistas nascidos na Europa, África, Oriente Médio, Ásia, América Latina e Estados Unidos, além da União Soviética. Cada região recebeu um selo, capaz de compreender as principais características dos movimentos empregados. Smith (1996) defende que o esforço de Snyder é válido para afastar o fantasma do eurocentrismo, mas não se pode abrir mão de criticar o reducionismo novamente trabalhado pelo autor: se em sua primeira tipificação Snyder (1954) exagera na prisão temporal, na segunda (SNYDER, 1968) estabelece fronteiras regionais quase intransponíveis. Uma vez mais, há problematização acerca das especificidades dos nacionalismos temporais e regionais, mas não necessariamente um questionamento sobre o nacionalismo ou a nação em si. Dizer que os nacionalismos europeus são diferentes dos africanos é quase um truísmo, mas ao mesmo tempo é o reforço de uma doutrina que posiciona a nação como forma universal de organização social.

Por fim, se faz mostrar a tipificação elaborada pelo historiador e clássico teórico das Relações Internacionais, Edward Carr (1968). Seu princípio é que o nacionalismo é totalmente questionável: não é imutável, não é atemporal, não é natural. É histórico. Questionar o nacionalismo não é apenas possível, mas recomendável. Pode-se, segundo Carr, dividir a moderna história das relações internacionais em três períodos principais, cada qual entendendo a nação de maneira muito específica e distinta.

O primeiro diz respeito à dissolução dos impérios no imediato pós-Revolução Francesa (CARR, 1968, p. 2- 6). Até esse momento a nação era reduzida à figura do soberano: o povo se unia e se identificava em torno da liderança institucional absoluta. Tomando como exemplo o mercantilismo, Carr defende que o interesse nacional de enriquecer explorando as colônias de além-mar nada tinha que ver com a garantia do bem comum ou interesse nacional conforme se pensa nos dias atuais, e sim com o *enriquecimento* do Estado e da coroa. Ou seja, interesse nacional era, na verdade, o interesse de uma classe aristocrática muito diminuta, conquistado através da utilização de uma base de súditos que não tinham direito ou não estavam automaticamente incluídos na divisão de seus espólios.

O segundo momento (*Ibid.* p. 6 – 17) compreende o fim das Guerras Napoleônicas até 1914. Nesse período foi possível perceber uma relação mais íntima entre nacionalismo e internacionalismo, já que os ideais da Revolução Francesa falavam de liberdade, inclusive nacional, de maneira universal. Na introdução de *Nationalism and the State*, Breuilly (1983) trabalha essas divergências de maneira muito precisa.

O cataclismo que significou a Primeira Guerra Mundial põe fim ao desenvolvimento desta agenda liberal (CERVO, 2007) e abre espaço para o terceiro momento (CARR, 1968, p. 17 – 26), que tem fim no ano de 1939. Aqui percebe-se um retorno do nacionalismo em detrimento do internacionalismo, com o fortalecimento de discursos agressivos. O interesse nacional volta a se posicionar como principal fator de atuação internacional dos Estados e por isso há uma tendência ao conflito em detrimento da cooperação na política europeia.

A tipologia de Carr (1968) pode até finalizar no ano de 1939, mas o que interessa de verdade é a sua natureza histórica conferida ao conceito. A partir desta tipificação, percebe-se o nacionalismo como um movimento pendular e metamórfico, que adquire características específicas de acordo com a roupagem histórica que lhe é imposta, visão muito similar a desenhada por Adam Watson (2002) em *The Evolution of International Society*.

É este o gancho que abre espaço para o último período histórico trabalhado nesta seção: a segunda metade do século XX. Esse período pode ser considerado como o ponto de ebulição do estudo do nacionalismo, muito em função dos movimentos emancipatórios na África e na Ásia (OZKIRIMLI, 2000). Ainda seguindo o vácuo produtivo das décadas passadas, a maioria dos autores se ateu em tentar precisar, através do recurso da tipificação, os nacionalismos existentes, mas não ficaram presos a esses modelos. O ponto de partida foi a diferenciação entre sociedades tradicionais e modernas, que abre espaço para toda uma veia paradigmática que será analisada mais à frente.

Dentre outras contribuições, esta primeira separação colabora no sentido de diminuir o peso dado às experiências nacionais europeias, abrindo o espectro de discussão para outros locais do planeta. Esse movimento, no entanto, ainda está vinculado a um divisor de águas essencialmente europeu, qual seja, a industrialização e surgimento da sociedade moderna como um todo.

As visões deste período trazem consigo um certo apego a questões relacionadas ao desenvolvimento, se preocupando mais com o último do que com o nacionalismo em si. A preocupação destes estudiosos era compreender como uma série de preceitos pode ser definitivo para confirmar o ponto de evolução social de uma dada comunidade. Nesse sentido, seria possível dividir a evolução das sociedades em três momentos: a tradição, momento mais primordial, onde as leis ainda encontram-se incipientes e o mito vale mais que a moral; a transição, que é quando ideais mais avançados começam a se entranhar nas camadas internas as instituições tradicionais; e finalmente a modernização, estágio final de desenvolvimento

das sociedades, quando se quebra totalmente com a ordem tradicional e novas regras são instituídas no seio da sociedade (SMITH, 1983, p. 49-50; OZKIRIMLI, 2000, p. 48). O nacionalismo teria uma *função* nessa modernização, motivando o povo na direção de mudanças, criando identidade em momentos de crise ou motivando a união em momentos de glória. Esse papel modernizador do nacionalismo permitiria que o mesmo fosse instrumentalizado e utilizado para direcionar massas de indivíduos na direção de um movimento específico. A relação entre essas características será revisitada com maior precisão no segundo capítulo deste trabalho e por isso não se relegará tanto tempo à sua explanação neste momento.

Avançando nesta linha do tempo, esbarra-se nos trabalhos de Karl Deutsch, autor que retoma a tese central do romantismo alemão e reinsere a comunicação como elemento principal da identificação coletiva. Mas está um passo à frente de Herder e Fichte: em Deutsch, a nação seria formada essencialmente por indivíduos capazes de compartilhar e cooperar através da comunicação social, que iria além do idioma comum. Basicamente, essa visão abre um espaço para uma interpretação mais funcionalista do nacionalismo, já que o mesmo dependeria de ações voluntárias e involuntárias produzidas no seio das relações sociais para que se considerasse vivo. Os processos de construção nacional partiriam muito mais de processos sociodemográficos (como a urbanização) do que por quaisquer outros elementos naturais. O fato de a comunicação social ganhar a abrangência que ganhou nos anos pós-industrialização apenas servem para fortalecer o argumento de Deutsch.

Outros autores vieram na esteira destes teoremas, consolidando as visões modernistas como *mainstream* no que tange ao estudo do nacionalismo até os anos 1980. Elie Kedourie inicia *Nationalism* (1961) conceituando nacionalismo como uma doutrina política criada na Europa ao final do século XIX com o intuito de facilitar a organização populacional em torno de um território legitimamente governado. Sua visão modernizadora, porém crítica, aponta que o nacionalismo é o responsável por resignificar a nação: “(...) *the very word nation has been endowed by nationalism with a meaning and a resonance which until the end of the eighteenth century it was far from having*” (KEDOURIE, 1961, p. 9). Em última instância, Kedourie traça o surgimento do nacionalismo e o entrelaça ao desenvolvimento do pensamento romântico alemão, assim como foi feito há pouco, mas elabora o pensamento no sentido de pontuar os aspectos científicos, mas também sociais do surgimento desta doutrina. De um lado, o nacionalismo deve ser visto como uma doutrina elaborada por Fichte e Herder

(principalmente) significando uma coletivização dos ideais de autonomia kantiana, aplicados em grupos culturais, étnicos e, sobretudo, linguísticos.

Por outro lado, o nacionalismo seria uma doutrina subversiva, essencialmente revolucionária e perigosa, criada por intelectuais que se sentiam cada vez mais afastados da tradição e pouco reconhecidos em função da sua superioridade educacional (SMITH, 2000, p. 63). É como se o nacionalismo fosse um espasmo raivoso dos intelectuais alemães, que viam na tradição um impedimento à sua merecida ascensão social. A micronização nacional poderia enfraquecer os poderes imperiais tradicionais e reorganizar as camadas sociais de maneira mais proveitosa. Smith (2000, p. 23;31) reforça as características críticas da visão de Kedourie, que vê no nacionalismo uma ideologia perigosa, capaz de gerar a paixão irracional responsável pelos maiores atos de terror presenciados pela humanidade.

O outro trabalho seminal do período partiu dos esforços de Ernest Gellner que, juntamente com Kedourie, cimentaram o paradigma modernista do estudo do nacionalismo. Seu texto duro e direto expõe uma visão crítica bastante agressiva, que ataca os estudos nacionalistas sem exceção, sejam eles críticos ou partidários. Para Gellner, a psicologia rasa e utilitarista do século XIX, seja em sua variação cínica ou na sua forma hedonística, não conseguiram explicar a potência do nacionalismo (1978, p. 148). “*Man is, instead, the prey of his Dark Gods*” (*Ibid.* p. 149), sendo estes deuses obscuros uma representação metafórica da lealdade étnica e territorial que, segundo Gellner, retomam uma posição de centralidade no século XX.

A crítica de Gellner o leva a elaborar uma espécie de tipificação paradigmática dos nacionalismos, elencando apenas três tipos principais de corrente de pensamento. É bem verdade que Gellner prefere chamar esse exercício de separação de componentes, o que abre espaço para uma interpretação de que o nacionalismo poderia ser explicado e/ou compreendido através de uma equação constante. O primeiro componente comum às doutrinas nacionalistas seria produto da filosofia e antropologia, mais voltado para uma defesa da naturalidade da nacionalidade; o segundo, traria consigo argumentos advindos da psicologia, pois se preocuparia em compreender as vontades humanas e explicar porque os nacionais preferem viver em comunidade; a terceira via (ou componente), mais voltada para o estudo da ética e legitimidade nacionais, serviria quase como um apoio, ou estaria quase sempre vinculada à segunda visão, pois se voltaria para as explicações avaliativas acerca da razão por trás da escolha nacional.

Essa tipificação é extremamente interessante, pois adiciona um nível de originalidade inédito ao estudo do nacionalismo. Buscando falsear o racionalismo kantiano ao mesmo tempo em que se afasta do naturalismo excessivo dos primeiros teoremas nacionalistas, Gellner (1978) estabelece que, apesar de não poder ser biologicamente defensável, o nacionalismo seria, sim, um elemento constitutivo do ser humano. O que parece ser contraditório é justamente o que confere esta originalidade aos seus estudos: Gellner elabora o argumento em torno da modernidade e, a partir desta visão temporal limitada, seria possível defender que o nacionalismo seria uma condição necessária para o sucesso das organizações políticas (1978, p. 151). O nacionalismo não seria algo inventado, mas uma condição real do desenvolvimento humano (puxado pela locomotiva da modernização), uma necessidade sociológica (SMITH, 2000, p. 64).

Anthony Smith (2000), elabora um debate entre Gellner e Kedourie (debate este promovido pelo próprio Gellner no sétimo capítulo de *Thought and Change*) que será retomado neste momento em função da sua capacidade sintetizadora.

A primeira desvanença entre os dois autores aparece na posição do pensamento kantiano dentro de suas visões sobre o nacionalismo. Gellner rechaça o argumento de que Kant seria o “pai do nacionalismo” ao afirmar que a boa vontade kantiana teria forças, no máximo, para atuar no nível individual (GELNNER, 1978, p. 151; SMITH, 2000, p. 63; OZKIRIMLI, 2000, p. 54). Gellner também não entendia o nacionalismo como um elemento tão pernicioso da vida social, mas como um instrumento poderoso que poderia ser utilizado no sentido do desenvolvimento humano. Essa visão não é, no entanto, totalmente positiva, como já trazido acima. Isso se faz perceber quando Gellner (1978) posiciona a classe intelectual como líder do nacionalismo, mas que não poderia levar à cabo suas ideias não fosse a força social do proletariado (ou das classes sociais menos favorecidas, extrapolando o argumento para níveis mais generalistas).

Nesse ponto, o pensamento de Gellner é endossado por Tom Nairn em *The Break up of Britain* (1977), que aponta o desenvolvimento desigual (promovido mais pelas ondas assimétricas de expansão do capitalismo do que pela modernização industrial, no entanto) como maior responsável pelo recrudescimento dos nacionalismos no mundo colonial. Seguindo essa realidade, tudo que as populações coloniais tinham era a si mesmas, em comparação às armas e tecnologias das metrópoles. Nesse sentido, a mobilização popular passava a ser encarada como elemento de sobrevivência: linguagem e cultura eram

canalizadas através dos sentimentos de massa, nacionais, transformados em movimentos de resistência.

A última fronteira deste debate recai sobre a própria natureza ideológica do nacionalismo. “*For Gellner, in particular, ideology – nationalist ideology – is largely irrelevant, and erroneous*” (SMITH, 2000, p. 66). Volta-se ao argumento da naturalidade, onde Gellner defende que o nacionalismo cria nações, e é a modernidade que impõe a necessidade de dar ao nacionalismo tendências de naturalidade. O nacionalismo serviria como mediador da modernidade, facilitado pelo processo de canalização dos ideais através da cultura.

Finalmente, o debate é brilhantemente resumido por Smith (2000) da seguinte maneira: Kedourie vê o nacionalismo como uma doutrina da vontade humana, enquanto Gellner o encara como uma expressão cultural do industrialismo. Enquanto Kedourie relega uma força original ao nacionalismo, Gellner não aceita que as ideias promovidas pelo nacionalismo raramente seriam mais fortes do a industrialização e modernidade no sentido de unir e separar indivíduos.

O debate destes dois textos monumentais marca o fim da produção intelectual dos anos 1980, marcada pela visão do nacionalismo como um produto da modernidade. Este paradigma se mantém forte até os dias atuais, com leves alterações em suas asserções mais gerais. Para Ozkirimli (2000, p. 56) as teorias nacionalistas que surgem a partir dos anos 1980 bebem nessa fonte, mas tentam se afastar desta questão (modernização) para se concentrar em uma problematização de base mais meta-teórica. Nesse sentido, estas novas visões buscam identificar os fatores que levam à contínua produção e reprodução do nacionalismo como elemento discursivo essencial das comunidades modernas e contemporâneas (CALHOUN, 1997, p. 123; BILLIG, 1995 *apud* OZKIRIMLI, 2000, p. 56).

O presente estudo se apoia na abertura destas novas possibilidades e busca justamente acessar este questionamento mais central acerca da natureza binária do nacionalismo no mundo atual. A preocupação não estaria voltada à análise do surgimento do nacionalismo como elemento emocional dos seres humanos, ou mesmo de sua tipificação, trabalho realizado por diversos autores conforme trazidos nesta seção. O esforço empreendido aqui diz respeito a uma espécie de desconstrução e questionamento do nacionalismo com base em alguns pressupostos.

Nesse sentido, o próximo capítulo se voltará para a consolidação destes pressupostos, visando garantir a musculatura conceitual necessária para sua aplicação e crítica no capítulo final deste texto. O primeiro destes pressupostos segue na esteira do paradigma modernista (que será

trabalhado e problematizado). Essa assunção leva a crer que o nacionalismo não é um sentimento perene, e abre espaço para duas interpretações complementares: nações possuem uma data de nascimento (para este estudo, o final do século XVIII e início do XIX); e uma possível data de superação (para não dizer fim). O segundo pressuposto diz respeito ao falseamento do nacionalismo como produto da natureza, um sentimento puro, espasmódico, uma implosão incontrolável que direciona a ação dos indivíduos, mas muito mais como uma ideologia política poderosa e instrumentalizável.

3. Pragmatismo Sentimental: Pressupostos para a Construção de uma Visão Sobre Nação e Nacionalismo

Uma vez realizada a exposição da evolução histórica do nacionalismo como objeto de estudo, abre-se espaço para uma discussão mais localizada. A análise do desenvolvimento do conceito de nacionalismo ao longo dos anos será utilizada neste momento para evitar anacronismos epistemológicos, mas também para extrair padrões e exemplos que contribuam para possíveis conclusões.

Este capítulo tem por função realizar uma apresentação crítica dos pressupostos do trabalho. Em outras palavras, os conceitos básicos para o início dessa pesquisa serão expostos a teste quando colocados em perspectiva em relação aos principais textos de estudiosos do nacionalismo. É importante frisar, no entanto, que a construção de um conceito único ou uma teoria geral do nacionalismo *não* é o objetivo deste trabalho. Com isso se quer dizer que, de maneira alguma, os pressupostos confirmados ou questionados nessa seção, bem como o resultado desse exercício, devem ser encarados como uma resposta última aos problemas relacionados à compreensão do nacionalismo.

Nesse sentido, vale lembrar os principais pressupostos do trabalho sendo o primeiro deles a natureza moderna do nacionalismo. A primeira verificação a ser realizada é se, de fato, o nacionalismo pode ser considerado como uma expressão da modernidade a partir do ponto de vista dos autores trabalhados na seção ou se o mesmo já se fazia presente no mundo pré-moderno. Evidentemente essa seção se preocupará em conceituar modernidade e diferenciar nacionalidade, identidade e nacionalismo. O segundo pressuposto diz respeito à natureza do nacionalismo, que deve ser encarado por esse trabalho inicialmente como uma ideologia política. Neste ponto será necessário reacender o debate acerca da naturalidade do nacionalismo e da nação *versus* sua instrumentalidade.

Para a elaboração de ambos os pressupostos se partirá de uma análise introdutória do primeiro paradigma do nacionalismo, de onde serão retiradas as questões necessárias à problematização dos conceitos.

Em suma, as próximas sessões devem trabalhar uma evolução menos linear do pensamento nacionalista, focada no surgimento de paradigmas para o estudo do conceito. Esse movimento

foi necessário, pois grande parte do esforço de problematização do nacionalismo se concentra no século XX, mas muito do que se produziu em momentos anteriores precisou ser revisitado para que determinados preceitos pudessem se consolidar. De uma maneira geral, os recortes paradigmáticos selecionados contribuirão no sentido de acender o debate necessário para a consolidação de dois dos três pressupostos deste trabalho, quais sejam, que nacionalismo é uma expressão da modernidade, flexível e suficiente para ser instrumentalizada como elemento retórico.

3.1 Questões fundadoras: o primordialismo

A compreensão do nacionalismo parte de um triplo questionamento, comum a quase todos os estudos que se voltaram para esta questão. Num primeiro momento, se faz necessário precisar *quando* o nacionalismo surge. Logo após esse esforço, normalmente os estudos posicionam seu Norte para a compreensão *do que* é nação e nacionalismo. Normalmente, o último momento é dedicado à explicação (ou defesa) do que *para que* serve o nacionalismo ou o *como* é utilizado. Como bem define Ozkirimli (2000) poucos são os trabalhos que buscam, de fato, atingir a última pergunta.

Sem nenhuma intenção de fugir à regra, é exatamente assim que se organizará esta seção. É nesse sentido que se faz necessário estabelecer, antes de mais nada, o *quando*, o momento fundador da nação e do nacionalismo. Se no capítulo anterior se buscou comprovar que o surgimento do nacionalismo como objeto de estudos se dá por volta do século XVII, neste momento a preocupação gira em torno da comprovação de que houve uma confluência temporal no que tange ao surgimento do nacionalismo também como fato social.

O marco desta nova forma de organização social se dá quando da Revolução Francesa. É neste período que o Abade de Siéyès escreve “*Qu’est-ce que le Tiers État?*” de onde se extraiu a citação que segue abaixo:

The Nation exists before all things and is the origin of all. Its will is always legal, it is the law itself (...). The exercise of their will is free and independent of all civil forms. Existing only in the natural order, their will, to have its full effect, only needs to possess the natural characteristics of a will (apud. Smith, 2001, p. 43).

Da análise da conceituação do Abade de Siéyès é possível perceber uma máxima: a nação sempre existiu. Ou seja, a nação como forma de identidade coletiva não emana da modernidade, mas sim de questões compartilhadas pelos indivíduos desde o início de sua existência. Independentemente de ter sido formalmente concebida a partir dos escombros da França dos Bourbon, suas principais características são intrínsecas às sociedades humanas desde tempos imemoriais até o presente (seja ele o século XVIII ou o XXI). A nação possuiria, portanto, especificidades naturais que lhe confeririam um caráter espontâneo, atemporal, anterior ao próprio indivíduo. É como interpreta Smith (2001, p. 51): nações possuiriam atributos divinos de existência antes de todas as coisas, e seriam responsáveis por gerar um sem número de outras coisas. Nações seriam *primordiais*. Este é o conceito que dá corpo ao primeiro paradigma voltado para o estudo do nacionalismo, o primordialismo.

De maneira geral, pode-se afirmar que o primordialismo é o primeiro paradigma do nacionalismo e, por incrível que pareça, ainda é a corrente mais verbalizada nos debates acerca do verbete (BREUILLY, 1996; OZKIRIMLI, 2000; SMITH, 2001, 2003). Como o próprio nome já leva a crer, as tentativas teóricas que compreendem esta corrente tratam a nacionalidade como algo natural, inerente ao ser humano, primordial. O conjunto de fatores que cria o que se entende por nação faz parte de um agrupamento de características naturais, como o idioma, por exemplo. A relação do indivíduo com a família se dá num contexto muito parecido: a proximidade entre os entes desta comunidade não se dá necessariamente em função da convivência, mas por um sentimento quase etéreo, advindo de laços de sangue ou de fontes que parecem já nascer no subconsciente (SHILS, 1957, p. 142). Nesse sentido, o primordialismo interpreta a nação como uma espécie de grande família, unida por laços étnicos, mas também por essa essência comum, que vai além das características fenotípicas mais imediatas.

Quando se fala de um conjunto paradigmático certamente leva-se em consideração que o mesmo não se trata de um monólito, mas de um conjunto de peças relativamente ordenadas. Os primordialistas compõem um paradigma com visões que se aproximam no que tange à naturalidade e ancestralidade que acompanham a formação nacional, mas possuem divergências sensíveis em determinados campos³. A complexidade da identificação e agrupamento dos primordialistas se dá principalmente pelo imenso debate em torno do

³ “To begin with, primordialism is an approach, not a theory. Is an ‘umbrella’ term used to describe scholars who hold that nationality is a ‘natural’ part of human beings, as natural as speech, sight or smell, and that nations have existed since time immemorial” (OZKIRIMLI, 2000, p. 64).

sentido da naturalidade, ou sobre o que pode ser considerado intrínseco e o que pode ser agregado ao indivíduo em momentos posteriores da sua vida. Um conjunto de teóricos tenta chegar ao limite desta questão, se aproximando da biologia para definir a nacionalidade como algo tão natural quanto uma parte do corpo humano. É a partir desta percepção que se corta o primeiro veio neste paradigma, encapsulando a corrente *naturalista* (SMITH, 1983; 2001).

Estes teóricos possuem uma visão extrema da nacionalidade, e são os principais responsáveis pela hierarquização deste sentido de essência que se dá à nação. Por mais que um órgão vital seja imprescindível para a sobrevivência do indivíduo, o mesmo poderia ser retirado; a consequência seria a morte, ou no mínimo uma seqüela gravíssima para o funcionamento do corpo, mas a possibilidade existe. Porém, quando se trata de nacionalidade essa opção não existe: por estar instalada na essência do indivíduo, seria impossível separá-la do mesmo. Grosso modo, para os defensores desta visão, a nacionalidade é tão independente da vontade humana quanto qualquer outra característica comportamental que nos acompanha desde o nascimento.

Há uma visão crítica que posiciona os primordialistas como míopes às alterações da nação, bem como às suas aplicações políticas, pois relegam relevância exagerada às questões identitárias que envolvem a nacionalidade. Tentar compreender *o que é* a nação poderia impedir os teóricos deste grupo de fazer perguntas mais voltadas para a compreensão do *como* o nacionalismo é utilizado. Smith (2000, p. 46) tenta diminuir o peso desta crítica abrindo espaço para alguns caminhos alternativos dentro do próprio paradigma, chamando atenção para as visões mais atuais do primordialismo. De maneira geral, essa escola de pensamento chama a atenção para a relevância dos laços étnicos para a definição da nação, mas não perde de vista que nacionais carregam um modo de vida distinto, possuem apego à sua terra natal além de um desejo de autonomia política (HUNTCHINSON, 1994, p. 3). A chave para compreender o sentimento nacional está no correto alinhamento destes interesses, e é por isso que estas afirmações precisam ser avaliadas em separado.

O “modo de vida distinto” diz respeito às características culturais específicas, não necessariamente únicas se analisadas de maneira isolada, mas que certamente adquirem natureza diferenciada quando avaliadas em seu conjunto. Uma sociedade religiosa não é algo raro de se ver; mas quando se especifica mais o fenômeno (uma com religiões baseadas num profeta específico, que tenham maior ou menor nível de interferência em questões políticas etc.) essa diferenciação fica mais clara. Mesmo as sociedades que acreditam nos mesmos mitos religiosos podem conter diferenças culturais enormes se analisadas com uma lente mais

aproximada. Além deste ponto, esse “modo de vida distinto” é responsável por criar uma ideia geral do que seria parte e do que seria alheio a essa comunidade.

É justamente esse desenho geográfico da comunidade baseada nos preceitos únicos do seu estilo de vida que criam as separações territoriais. Normalmente, essa comunidade possui um “apego à sua terra natal” o que a imbui de uma série de mitos únicos. A construção desta ideia serve de reforço para a tese de que a nacionalidade é natural e depende de características fenotípicas, local de nascimento, exposição cultural. Essa visão é reforçada por Steven Grosby (1991), que realiza uma análise comparativa de civilizações da antiguidade evidenciando a importância do sentimento de pertencimento àquela terra, muitas vezes tida como prometida e/ou exclusivamente separada para aquele povo pelo seu panteão particular. Grosby defende que esse comportamento se repete entre egípcios e judeus, edomitas e gregos. Seguindo nesse sentido, a sociedade primordial egípcia é um excelente exemplo deste apego à terra natal, conforme explicitado por Siliotti:

Os antigos egípcios chamavam seu país *kemet*, ‘a terra negra’, para diferenciá-lo do deserto ou *deshret*, ‘a terra vermelha’ que o rodeava, e chamavam a si próprios de *remet-em-kemet*, ‘o povo da terra negra’ (2006, p. 16).

Caso tivesse oportunidade de entrar em contato com o trecho acima, Anthony Smith provavelmente concordaria. Para o autor, o povo egípcio demonstra uma ligação fortíssima com sua terra (em especial com as ricas várzeas das margens do Nilo), acreditando piamente no mito de que o Egito pertence, de maneira inquestionável e exclusiva, aos egípcios (SMITH, 2001, p. 105). Esse processo se desenvolve num nível muito mais intrincado quando se pensa que ao se auto-intitular “povo da terra negra”, ao mesmo tempo em que define o que é “terra negra” os egípcios criam uma barreira geográfica para seu grupo étnico/cultural/religioso. O terceiro ponto deriva justamente da sofisticação deste processo de separação, quando a comunidade inicia o desenvolvimento de regras e consolidação de instituições capazes de organizar as relações entre seus indivíduos.

Algumas destas questões serão levantadas novamente para questionar o momento de surgimento da nação, mas o argumento naturalista traz algo de diferente, que entende a nação como este conjunto de identidades compartilhadas desde tempos imemoriais, e não necessariamente como a expressão organizada do pós-Revolução Francesa.

A evolução do pensamento primordialista vai, aos poucos, o afastando das visões de essência naturalista, incluindo aos poucos os trabalhos de autores que entendiam que um conjunto de fatores sociais primordiais é o que de fato formava as nações. Peter Burke, por exemplo, realizou um esforço intelectual formidável quando engloba a evolução do nacionalismo como objeto de estudo entre os anos de 1500 e 1800, elaborando uma clara relação entre o mesmo e as línguas vernaculares. É nesse sentido que Smith desenha a linha do nacionalismo *socio-biológico* (2001, p. 52).

Pierre van den Berghe (*apud* SMITH, 2001), principal teórico desta corrente, desenvolve o conceito de *kin selection* (uma visão claramente inspirada no darwinismo social), perfeito para compreensão da maneira de pensar quase paradoxal desta teoria do nacionalismo. Em suma, seria necessário separar elementos naturais dos sociais, mas a sua união é que daria força suficiente para que um determinado grupo social pudesse se manter unido. O conceito se baseia na ideia de que haveria uma espécie de seleção natural entre entes similares, e esta mesma relação seria responsável por fortalecer todo tipo de laço étnico, biológico e cultural. De maneira resumida, na visão do autor, o comportamento de preservação do material genético é comum no reino animal, mesmo entre seres humanos. Evidentemente, essa seleção é mais sofisticada em humanos do que em outras espécies, mas essa percepção só é possível caso se extrapole o conceito de entes familiares para uma esfera menos pautada em similaridades morfológicas. Mais uma vez é possível perceber a natureza passiva que a corrente primordialista dá ao nacionalismo, postulando que essa essência poderia apenas ser sentida, e que seleção nacional estaria além da capacidade de escolha dos indivíduos.

Ao analisar o trabalho supracitado, Smith (2001) aponta que as estratégias usadas para a formação da rede social mencionada em Van den Berghe possuem caráter cultural, e é justamente isso que permite ao indivíduo se perceber inserido numa rede familiar mais ampla (*wider kin network*). O mesmo raciocínio é elaborado por Pierre Renouvin (2000) em *Introducción a la historia de las relaciones internacionales*. Neste trabalho, o autor francês desenvolve a íntima relação entre família e nação, defendendo que o início da última se dá na primeira, argumento que se parece muito com a teoria de *wider kin network* e que ainda se mantém dentro do escopo mais abrangente do paradigma primordialista. Tanto Van den Berghe (*apud* SMITH, 2001) quanto Renouvin (2000) entendem que a família vai além das características fenotípicas, corroborando o pensamento de Shils (1957, p. 130) que, dentre outras questões, postula a relevância da família e da nação como elementos formadores da ação individual muito em função da proximidade que estas instituições detêm do indivíduo.

Ou seja, nação e família possuiriam algo para além do sentimento de auto-identificação exterior, um misto de características biológicas e culturais.

Como já deve ter ficado claro, Van den Berghe significa um avanço nas teorias primordialistas, no sentido do afastamento da esfera estritamente biológica. O autor relega mais importância a fatores culturais, diminuindo a potência da natureza na definição da nacionalidade, mas sem abandoná-la totalmente. As estratégias de seleção possuem um certo grau de racionalidade e justamente por isso não poderiam ser simplesmente encaradas como naturais. As características supracitadas seriam utilizadas como marcadores culturais estando o sucesso da nação (em termos de sobrevivência) atrelado à sua capacidade diferenciadora. Esses simbolismos e aderências é que expõem a comunidade entre os entes de um povo, e comumente se traduz em nação. *“That is why people who are not directly related are prepared to treat unknown co-ethnics as ‘kin’”* (SMITH, 2001, p. 52, aspas no original). Ou seja, não são os laços *per se*, sejam eles biológicos ou culturais, que promovem a coesão necessária para a criação da nação, mas a interpretação e significação ativamente promovidas pelo indivíduo a estes mesmos estímulos e signos. Indo além *“(...) we, as individuals and members of collectivities, feel and believe in the primordiality of our ethnies and nations”* (SMITH, 2001, p. 54, itálico no original).

A visão de Van den Berghe promove uma união analítica que permite a progressão do estudo, justamente por sugerir que a natureza não seria, por si só, a principal fonte da nação. Tomando esse ponto como base, infere-se que os significados dados aos símbolos são mais importantes do que os próprios símbolos. Essa asserção deriva-se dos trabalhos de Edward Shils (1957) e Clifford Geertz (1973) que, segundo Smith (2000) e Ozkirimli (2000), são expoentes do chamado primordialismo cultural, uma visão que se apoia nas teias de significado (no sentido weberiano) tecidas pelos próprios indivíduos que as compõem (*Ibid.* p. 73).

In other words, primordial attachments rest on perception, cognition, and belief. It is individual members who assume that these cultural features are givens, who attribute overwhelming importance to these ties, who feel an overpowering sense of coerciveness, and so on (SMITH, 2000, p. 47-8).

Seguindo nessa linha, os trabalhos do filósofo prussiano Johann Gottfried von Herder, muito anterior à maioria dos autores citados até o momento, merecem uma releitura. No que tange ao estudo do nacionalismo, Herder defende a comunicação como ferramenta primordial para a

definição dos laços identitários necessários para a consolidação da nacionalidade. Seria como afirmar que o ser humano só pode ser assim entendido após o advento da capacidade de comunicação, mais especificamente, da linguagem. O que Herder entende é que a capacidade cognitiva estaria ligada à linguagem; isso define o ser humano mais do que o contrato social ou o convívio social organizado (segundo a visão rousseauiana). Essa visão é compartilhada com outros teóricos contemporâneos a Herder, ou mesmo *policy makers* que entendiam a importância de um idioma comum para gerar o sentimento de comunidade necessário à sua regência (BURKE, 2013).

O que posiciona Herder de maneira um tanto diferenciada é sua percepção de que o pensamento é essencialmente dependente da linguagem: alguém só pode pensar se este alguém domina as facetas da linguagem; e este mesmo alguém só consegue pensar naquilo que é capaz de expressar linguisticamente (HERDER, 2002). A comunicação estaria, portanto, acima de qualquer outra expressão ou relação social, sendo capaz de definir a maneira pela qual um agrupamento social “pensa”. Para Herder, linguagem e pensamento são indissociáveis: literalmente, pessoas que se comunicam em idiomas diferentes *pensam* de maneira diferente (*Ibid.*; BERLIN, 2013; FORSTER, 2018). Ou seja, a *Nationalsprache* (BURKE, 2013, p. 110) não seria apenas um instrumento, mas um elemento constitutivo da nação.

Herder concordava com a visão mais ou menos aceita em seu tempo de que poetas e artistas literários no geral se conformavam como uma importante fonte para compreensão de um povo, pois suas palavras significavam a emanção da essência deste conjunto social (BERLIN, 2013, p. 211), o que é mais ou menos o argumento que Burke (2013) constrói em *Nationalism and the Vernaculars*. A literatura teria, inclusive, um papel destacado para a compreensão de uma determinada sociedade em função da sua capacidade de expressar o pensamento e sentimento, enquanto a História e as Ciências Políticas iriam tão longe quanto fosse possível no relato técnico dos governos e governantes (SMITH, 2000, p. 50). A contribuição fina de teoria de Herder para o desenvolvimento do conceito de nacionalismo está pautada justamente na capacidade que a linguagem/comunicação possuem na criação de *significados* e, por este motivo, se alinha à visão do primordialismo cultural recortado por Smith (2000) e Ozkirimli (2000). O conjunto de características culturais que tornam um determinado grupo como único estaria pautado, nesse sentido, em sua capacidade linguística e comunicativa, pois apenas assim seria possível desenvolver mitos fundadores próprios, crenças e regras únicas e comuns apenas àqueles pertencentes ao grupo em questão,

à nação. Tomando esse argumento como base, entende-se que Herder de fato hierarquiza os pressupostos de alinhamento social, mas não exclui a importância de outras fontes fundamentais, inclusive as biológicas.

Em suma, a corrente primordialista defende a relação intrínseca entre o sentimento nacional e o ser humano. A grande contribuição da corrente primordialista diz respeito justamente à atenção dada às questões étnicas, mantendo abertas as vias analíticas que buscam compreender o papel dos símbolos e do sagrado dentro dos movimentos nacionalistas. De maneira geral, mesmo levando em consideração as diferenças existentes no interior desse paradigma, a nação seria um elemento atemporal, sendo no máximo identificável, quando não totalmente perceptível, dentro de realidade históricas pré-modernas. É como postula Smith (2000):

It is exactly the so-called organic and primordial features of nations and nationalisms, which Rousseau, Herder, and the Romantics first highlighted, that we need to recall: the role of “sacred ethnicity” in the rituals and ideals of the French Revolution and the elements of pan-Turkist historicism in secular Turkish nationalism, of Russian national fervor in Stalin’s Soviet Union, of mystical naturalism in early socialist Zionism and liberal Indian nationalism (...) (p. 54).

Todavia, o que se busca provar aqui é que o nacionalismo não se trata de uma expressão atemporal, mas produto de um período específico. Não que estes signos não sejam verdadeiramente sentidos pelas populações nacionais, ou que expressões muito similares à nação tenham existido num período pré-moderno. Na verdade, o que se busca caracterizar é que estas expressões identitárias emanam de outras fontes, que mais tarde servirão no sentido de contribuir para a geração da nação. A própria etnicidade, talvez o mais natural dos signos nacionais, não pode ser assim visto, como defende Joshua Fishman (*apud* SMITH, 2000, p. 50-4): a própria etnicidade estaria vinculada a questões imateriais, em determinados momentos até mesmo alheia à materialidade fenotípica. Etnicidade iria além do compartilhamento sanguíneo: “(...) *demands from members authentic activities and behavior that seek to preserve and augment the heritage of ancestors, and it requires genuine ethnic responses and wisdom, preferably in an authentic linguistic medium*” (SMITH, 2000, p. 51). Com isso se defende que a etnicidade não é estanque, mas que possui um dinamismo hereditário que depende da atividade do grupamento social.

Nesse sentido, parte-se para uma das questões centrais deste estudo, que busca desconstruir essa visão atemporal do nacionalismo, posicionando-o como expressão da modernidade e um conceito instrumentalizável, normalmente utilizado como ferramenta política.

3.2 Modernidade e política

Seguindo o fio lógico desvelado ao início deste texto, abre-se a via de análise do nacionalismo como ferramenta de pressão social, posta em prática através de movimentos políticos. Buscando dar mais corpo ao que se chamará, a partir desse momento, de *movimento nacionalista*, se faz emergir, como ponto de partida, a visão de Wallerstein (2004), que conceitua esse verbete como sendo:

(...) movements whose objective is to defend a “nation” which its adherents argue is being oppressed by another nation, either because the other nation has colonized them, or because their “national” (often meaning linguistic) rights are being ignored within the state, or because persons of the particular ethnic group that is asserting “nationhood” have been assigned to inferior social and economic positions within the state. National movements often seek formal independence of the oppressed nation, that is, separation from the state said to be the oppressor (p. 96).

Essa visão traz alguns problemas, que devem ser mencionados e ajustados para que, quando utilizado, o verbete possa refletir com fidelidade o que se propõe neste trabalho. Em primeiro lugar, Wallerstein (2004) aparenta tratar todos os movimentos nacionalistas como posicionados no sentido da resistência à opressão de outros grupos. Viotti e Kauppi (1998, p. 487) parecem concordar com essa visão, principalmente no que tange à sensação de automatismo causal criada em torno da resistência política. Nesse sentido, parece que ambos os textos definem o nacionalismo como uma expressão revolucionária, consonante com interesses fortemente baseados na percepção de identidade. Por mais que tenha certa relação com a realidade, essa velocidade em vincular o nacionalismo a apenas um tipo de pressão política acaba por reduzir o espectro destes movimentos.

Em segundo lugar, o autor se preocupa em generalizar as características identitárias como sendo “quase sempre linguísticas” o que é prejudicial para sua própria análise. Se se defende que grupos nacionalistas buscam trabalhar no sentido de diminuir a desigualdade em relação a outros grupos sociais, qual seria o sentido do separatismo quebequense, onde a sobrevivência

da língua francesa é assegurada por lei (KALANT, 2005)? Em suma, não há como negar que o idioma seja uma característica identitária importante, como já foi mostrado a partir dos trabalhos de Herder (2002). Porém, não se pode, de forma similar, reduzir os interesses de movimentos nacionalistas à segurança de direitos linguísticos.

Por fim, a última crítica a Wallerstein se dirige a quando este afirma que, normalmente, movimentos nacionalistas buscam o separatismo. Essa afirmação tem uma série de problemas, o primeiro deles conceitual: assumindo que existem movimentos nacionais com características opressoras, sua intenção certamente não seria a separação para um novo Estado, mas o afastamento do grupo étnico visto como estranho. De maneira estrita, haveria separação, mas não separatismo, já que o núcleo nacional permaneceria estanque, apenas excluindo aqueles elementos indesejados. Como exemplo, pode-se citar o caso dos movimentos nacionalistas poloneses no século XIX, que tinham interesses distintos, porém baseados no mesmo princípio de nacionalidade (SMITH, 1998).

A partir das críticas acima, tentou-se mostrar que 1) movimentos nacionalistas não possuem características gerais no que tange aos seus objetivos; 2) nem sempre estão vinculados à luta contra a opressão e/ou separatismo; 3) são quase sempre baseados em similaridades étnicas, mas não necessariamente linguísticas. É nesse sentido que o estudo faz uma curva epistemológica buscando aproximar-se do que Ozkirimli (2000) chama de corrente instrumentalista. É a partir desta visão que se buscará fortalecer o pressuposto de que o nacionalismo é mais uma ferramenta político-ideológica instrumentalizável do que um sentimento identitário genuíno e natural, como defendiam os primordialistas. A partir deste movimento será possível verificar tanto a natureza temporal quanto conceitual do nacionalismo.

De maneira geral, a corrente instrumentalista entende, assim como os primordialistas, que a nacionalidade é uma questão mais envolvida com a etnicidade do que com qualquer outro elemento identitário. Surgida entre os anos 1960 e 1970, seus principais questionamentos se voltavam para a análise da flexibilidade de conceitos fenotípicos, notadamente nos Estados que Jason McDonald (2007) chama de *crisóis de raças*. O diferencial destes estudos reside na sugestão de que, mesmo em locais desta natureza, a homogeneidade cultural poderia ser evocada ao bel prazer do indivíduo, abrindo espaço para interpretações acerca da sua naturalidade, perenidade e rigidez. Esse recorte evidencia a clara distinção entre a corrente instrumentalista e as visões mais focadas nas características naturais das teorias primordialistas: mesmo que ambas tratem as questões étnicas como relevantes, a última

entende que estes elementos identitários não podem ser desvinculados do indivíduo ou grupo analisado, enquanto os primeiros adotam uma postura mais cética, compreendendo a sua importância, mas adicionando mais racionalidade ao processo analítico.

Essa interpretação abre precedente para debates sobre como esses grupos étnicos deveriam ser vistos e que tipo de fenômeno social seriam capazes de gerar. É certo que seus interesses e capacidades de pressão deveriam ser levados em consideração; a questão é até que ponto. A instrumentalidade ficaria evidenciada justamente quando etnia/similaridade identitária fossem aplicadas ao discurso político como ferramenta retórica. Líderes utilizariam estes argumentos para facilitar o controle de massas e aumentar suas chances de acesso a poder e recursos. Smith (2001, p. 55) chega a dizer que esse tipo de grupo via em sua argumentação questões mais fortes até mesmo do que as relacionadas às lutas de classe, o que deixaria claro o poder destes argumentos, já que esta temática e o discurso em seu entorno marcam boa parte dos anos de industrialização e consolidação do capitalismo.

Seguindo neste ponto e tomando a liberdade de tangenciar o debate antes de encarar a questão da instrumentalidade de frente, a relação nem sempre amigável entre nacionalismo e marxismo pode ser um indicativo de como o primeiro se posiciona do ponto de vista ideológico. Wallerstein (2007, p. 71-3), por exemplo, elabora uma rica comparação acerca da tratativa de movimentos sociais frente ao nacionalismo, primordialmente encarado pelo autor como uma emanção de grupos étnicos. Nessa análise, fica evidente que existe um mínimo de ceticismo quando se trata da questão étnica. Quando se compara essa afirmativa à visão do que seria nacionalismo para o mesmo autor, rapidamente se percebe que há uma hierarquização de fatores sociais, onde a identidade e sentimento de pertencimento perdem quando em conflito com questões mais práticas como emprego e renda. Na maioria das vezes, ao expor essas demandas sociais a uma estrutura de classes, as análises marxistas categorizam os interesses nacionais como menos importantes, distantes ou mesmo *contrários* aos interesses de classe. Certamente Wallerstein (2007) bate o martelo acerca dessa questão baseado no que disseram Marx e Engels (*apud* SMITH, 1998), quando defendem que, se deixados livres para escolher, os trabalhadores sempre preferirão a solidariedade de classe frente à nacional.

Questionar a historicidade da afirmação de Marx e Engels (*apud* SMITH, 1998) abre espaço para uma discussão mais profunda sobre a expressividade e mudança dos movimentos nacionalistas ao longo dos anos, assim como já faz surgir questionamentos sobre a relevância de determinados assuntos em tempos específicos. Uma vez mais, confirmar que interesses de

classe estarão *sempre* acima de quaisquer outros, é tomar como exemplo um período histórico muito específico, em que o proletariado se entendia como classe, a mobilidade social era ainda menor do que nos dias de hoje e as próprias barreiras nacionais eram mais rígidas no sentido territorial. Quando se transporta esse questionamento para a contemporaneidade se percebe o surgimento do que Marx e Engels poderiam entender como um paradoxo: o interesse de classe está *vinculado* ao interesse nacional. O internacionalismo marxista adormece. Alemães e britânicos levantam suas bandeiras e pedem o fim da aceitação de imigrantes justamente porque entendem que seus postos de trabalho estão sendo solapados por trabalhadores mais baratos e, não raro, mais competentes. Mas a afirmação de Wallerstein (2007) é mais madura e sofisticada do que isso. O interesse de determinados movimentos nacionalistas poderia mudar no sentido de facilitar a entrada dessa mão-de-obra mais barata, precarizando relações de trabalho dentro do seu próprio território. O mesmo não acontece quando a competição internacional chega a níveis incontroláveis, e as elites industriais se veem sem saída. Seria nesse momento de crise que o nacionalismo voltaria à caixa de ferramentas dos mais influentes.

Ao diminuir a importância do nacionalismo frente às questões de classe, é possível perceber sua natureza instrumentalizável, defendendo que, com o advento da modernidade, determinadas questões subjetivas vão perdendo espaço para um pragmatismo social mais evidente. Esse mesmo pragmatismo pode, no entanto, se apropriar do discurso nacional, evocando questões mais relacionadas à identidade étnico-cultural ou simplesmente diminuí-lo na comparação com outras questões.

Esse debate é posicionado de forma a demonstrar a lógica de exploração (muitas vezes de base colonial) na qual o nacionalismo se apoia. Como já foi trazido na seção anterior, a crítica marxista ao nacionalismo (como ideologia) tem grande parte de sua inspiração advinda da tese que o construto nacional é, na verdade, uma expressão de uma elite burguesa, não automaticamente preocupada em fazer avançar pautas sociais ou mesmo trabalhar a igualdade entre os indivíduos pertencentes àquele grupo.

Within countries, the workers' movements saw ethnic movements of any kind as mechanisms through which to divide the working classes. (...) the antagonism was even stronger when it was a question for the worker/social movements of relating to a full-fledged nationalist movement, seeking secession from the state within which the workers movement was formed. (...) Basically, the worker/social movements charged such nationalist movements (...) with being essentially

*bourgeois (...). In any case, socialist parties tended to insist that all bourgeois states were alike and that the only important question was whether the working class would be able to come to power in one state or the other. Hence, **nationalism was a delusion and a diversion** (WALLERSTEIN, 2007, p. 70-3, grifo nosso).*

Esse ceticismo, presente no trecho evidenciado dentro do recorte acima, de fato faz emergir a maneira pela qual o nacionalismo pode ser utilizado por elites para garantir vantagens em relação a grupos “não nacionais”, seja através da separação ou anexação; seja para acumular benefícios, abrir possibilidades para novos, ou mesmo assegurar aqueles que já estão presentes. A promiscuidade dessa ideologia a tornaria, portanto, instrumentalizável: o nacionalismo pode ser *utilizado* para atingir determinados fins. É tomando essa afirmação como gancho, que novamente o texto se vira para o debate central deste tópico.

Como já mencionado em outros locais, a questão-problema deste trabalho diz respeito à dupla função do nacionalismo, partindo do pressuposto que, mesmo quando utilizado no sentido revolucionário, o mesmo contribui para a manutenção de uma lógica de dominação desigual. É evidente que há influência da visão marxista para a construção deste pressuposto, porém sua precisão e foco em questões econômicas (além de uma tendência à hierarquização de interesses sociais) é visto como excessivamente reducionista. Por mais que o nacionalismo responda a uma lógica de dominação específica, ela não estaria necessariamente vinculada a um interesse de classe. Portanto, mantendo o trilho analítico que vinha sendo montado pelos marxistas, mas adotando uma postura menos reducionista, recorre-se aos trabalhos de Paul Brass, “(...) *the ‘quintessential’ illustration of the instrumentalist position*” (OZKIRIMLI, 2000, p. 110), um texto de proporções arrebatadoras para o estudo do nacionalismo.

O grande movimento que Brass (1991) toma para distanciar sua visão do nacionalismo das teorias primordialistas é assumir que a mudança étnica é possível, algo próximo ao que Joshua Fishman (*apud* SMITH, 2000, p. 50-4), defendia. O foco que os primordialistas impõem na história é na verdade voltado para a história *daquela* nação ou grupo étnico, e não nas diferenças geradas com o passar dos anos. A história dessa nação remontaria a tempos áureos, onde existiam heróis, grandeza e riqueza (BREUILLY, 1996), e não ao presente caótico que se busca superar. Não é o que acontece com o instrumentalismo de Brass (1991), que levanta o ponto de que o foco na história precisa mudar para evidenciar que a mesma nação ou grupo étnico sofreu alterações, sem necessariamente perder sua essência. Ou seja, a construção da identidade nacional faria parte de um processo histórico, dependente de variáveis quase

sempre únicas, mas que, ao invés de simplesmente estancarem um grupo étnico num determinado ponto, o moldariam, sem necessariamente destituí-los de características identitárias únicas. Talvez a grande discussão presente em seu trabalho seja a relevância dada a questões mais ideacionais, principalmente relacionadas à cultura e similaridade identitária frente às de natureza mais pragmática, como a influência de elementos políticos e vantagens econômicas na construção da identidade. A competição por estes recursos limitados, quase sempre traduzidos em termos de poder, geraria rugas entre grupos de elite. A natureza dessa competição poderia, segundo Brass (1979; 1991), contribuir para o posicionamento destes grupos na hierarquia social, evidenciando sua relevância em detrimento de outros grupos e possibilitando a construção de discursos étnicos.

Com isso se busca dizer que estes símbolos poderiam facilitar a criação de uma identidade política e gerar o suporte necessário para o atingimento das metas da elite em questão. Logo, os significados destes símbolos estariam intimamente ligados às circunstâncias políticas, inclusive abrindo precedentes para questionar a possibilidade de retração do discurso nacionalista. A adoção desse posicionamento leva em consideração a possibilidade de ação da elite analisada, qual seja, a partir do momento em que o cálculo demonstrar que a aproximação deste grupo com questões nacionalistas não trará benefícios, as mesmas serão abandonadas (BRASS, 1991, p. 13-6). Essa afirmação estabelece uma clara rota de colisão com o conceito de Wallerstein (2004), que define movimentos nacionalistas como sempre vinculados à resistência.

É importante ressaltar que, mesmo ao adotar essa postura em relação à identidade nacional, Brass não constrói sua teoria totalmente afastada da importância destes elementos. É como fica evidente nas concessões feitas à Robinson no (já considerado) clássico debate acerca da criação dos Estados da Índia e Paquistão. Brass (1979; 1991) entende a relevância das tradições, principalmente se leva-se em consideração a maneira pela qual a sociedade indiana é organizada, através de uma rica herança cultural entranhada em sua estrutura institucional (SMITH, 2001, p. 55). No entanto, sua posição primordial é mantida quando se percebe que seu texto não abre mão da hierarquização das influências, sempre posicionando os signos culturais como secundários ou mesmo subordinados a questões de natureza mais pragmática. A cultura e identidade seriam relevantes, mas não suficientes para iniciar um processo de transformação. Em outras palavras, se Brass aumenta o escopo analítico marxista ao definir que nem sempre o nacionalismo está vinculado às elites econômicas, o faz sem abrir mão da necessidade de hierarquizar interesses sociais, sugerindo que questões ideacionais estariam,

em sua maioria, subordinadas àquelas de natureza mais prática. Logo, Brass não abre mão da importância dos signos e símbolos que formam uma identidade coletiva, apenas aceita que os mesmos são mutáveis e podem ser trabalhados para se adequar aos interesses de certas elites. Indo um pouco além na interpretação, Brass (1991) defende que, posta a oportunidade, esses signos serão manipulados⁴. No fim, nem tudo irá se resumir apenas à competição entre etnias por vantagens econômicas ou poder burocrático. Mesmo se fosse esse o caso, o sucesso de um grupo ou outro estaria sempre ligado a fatores políticos, segmentados em três grupos principais.

O primeiro deles diz respeito à existência e natureza de grupos políticos organizados. Para Brass o nacionalismo é, por natureza, um movimento político e, por isso, necessita de recursos, um discurso bem formado, boas lideranças. Só assim seria capaz de atingir sucesso em quaisquer que sejam suas empreitadas. Para comprovar essa questão elenca cinco pressupostos que corroborariam diretamente para o sucesso dos pleitos de um determinado movimento nacionalista (1991, 48-9).

Em primeiro lugar, organizações que controlam recursos comunitários tendem a ser mais efetivas. A relação destas organizações com a comunidade também precisa ser levada em consideração, no sentido de que, quanto maior a conexão entre a organização e o meio onde atua maiores serão suas chances de sucesso. É necessário que a organização seja capaz de se identificar com a comunidade como um todo e não somente com algumas partes dela (*Ibid.*).

O terceiro argumento importante e intimamente ligado ao anterior evidencia a capacidade de produzir (e reproduzir) discurso. Esse ponto está em total sintonia com a visão instrumentalista de Brass e resolveria o problema da falta de identidade evidenciada há pouco. Uma vez que o movimento nacionalista se mostra capaz de salientar aquilo que considera mais importante, já não importa mais se fala-se de interesse geral ou localizado: aquele interesse passa a ser traduzido como a vontade da comunidade.

O quarto ponto também se relaciona com os anteriores, já que Brass infere que quanto maior a resistência à mudança de lideranças, maiores as chances de sucesso de um dado movimento. É possível interpretar essa informação como uma maneira de defender que o ideal do grupo precisa estar acima dos indivíduos que o controlam. Ou seja, os dois últimos pontos trabalham no sentido de consolidar a visão de que, se o objetivo tiver aderência às necessidades da

⁴ Esse debate também deve ser reacendido no próximo capítulo, a partir e em função de provocações e contribuições da corrente construtivista das Relações Internacionais.

comunidade e tiver sido construído em termos de discurso de maneira satisfatória, é muito provável que alcance aquilo que deseja, pois as mudanças em sua liderança podem afetar sua forma de trabalho ou pressão, mas nunca aquilo que se busca como fim (*Ibid.*).

O último ponto trabalhado por Brass no que diz respeito às organizações políticas se refere à capacidade combativa dos movimentos. Ou seja, a preparação realizada nos quatro pontos anteriores de nada adiantaria se os interesses da comunidade não puderem ser atendidos satisfatoriamente, ou se outra organização consiga atingir aqueles mesmos objetivos com maior velocidade ou qualidade (*Ibid.*).

Essa questão evidencia, uma vez mais, o caráter instrumental do nacionalismo, ou mesmo a possibilidade de hierarquização de interesses de indivíduos em uma comunidade. A disputa pelo acesso a melhores condições de vida pode ou não estar ligado ao discurso nacionalista. Existem situações onde o crescimento econômico se relaciona com o neoliberalismo, enquanto em outros momentos históricos as elites econômicas preferirão aderir a uma lógica protecionista (normalmente em períodos de crise econômica). Essa comparação deixa claro que as mesmas elites que buscam gozar de um posicionamento estratégico privilegiado podem levar em consideração fatores diferentes quando da construção de seus discursos, e posicionar o nacionalismo como benéfico ou pernicioso.

Seguindo nesse sentido o próximo fator político relevante para o sucesso destes interesses é a natureza do governo em situação e sua aderência ao discurso de um determinado grupo nacionalista. Ou seja, a diferenciação situacional exposta acima pode muito bem significar uma mudança no discurso de um determinado governo, o que significa maior ou menor fôlego a uma questão social específica. No caso do nacionalismo, a defesa dos interesses de determinados grupos étnicos poderia ou não fazer parte do foco de atuação daquele determinado governo, mudando totalmente a possibilidade de sucesso e mesmo de sobrevivência de alguns movimentos. Essa questão é atacada por governos das formas mais diversas, seja através de assassinatos em massa visando ao extermínio de uma determinada etnia ou mesmo, de maneira oposta, assimilando o grupo através da educação, transformando-o aos poucos através dos processos de aculturação. Zizek (2014, p. 23-7) não seria tão veloz em sugerir esse contraste, evidenciando claramente que ambas as formas se tratam de violência.

Para ilustrar as práticas citadas acima, se faz necessário, novamente, um pequeno corte na progressão do trabalho. No que diz respeito ao processo de extermínio sistemático de uma

nação, poder-se-ia recorrer ao horror do holocausto, ou à guerra civil de Ruanda, ocorrida na segunda metade da década de 1990, ambos responsáveis pela morte de milhões de pessoas. Ainda assim, talvez buscando trazer uma visão um pouco distinta acerca do assunto, mas certamente pela contribuição analítica para o estudo destas questões, se faz menção ao esforço empreendido por Heather Rae (2002) na análise da violência presente no processo de separação da Iugoslávia, momento em que o termo “limpeza étnica” passa a ser utilizado com maior frequência. Esse caso é emblemático pois o processo seguido dá início à construção de um Estado-nação a partir do extermínio de minorias (HAYDEN, 1996 *apud* RAE, 2002). Ou seja, a constatação de que um determinado grupo étnico poderia causar problemas do ponto de vista do atingimento de determinados objetivos, ou mesmo empecilho para o alcance de benefícios, motiva atores sociais na promoção de ações de violência objetiva no sentido de impedir que a competição atinja níveis incontroláveis. O discurso promovido quando do extermínio, no entanto, foi formado a partir da ideia de homogeneização nacional.

These policies were implemented through a number of means, including systematic mass murder, the systematic rape and impregnation of women and girls, torture and the mass deportation of civilians. It also included the systematic destruction of sites of cultural, historical and religious significance in an attempt to obliterate the past which did not accord with history as nationalists were intent on rewriting it (Ibid. p. 165).

O estudo segue avaliando o desenvolvimento histórico da Iugoslávia em suas duas principais formações nos períodos pós-Primeira Guerra Mundial e Segunda Guerra Mundial, respectivamente, objetivando a construção de uma linha do tempo que permita analisar o contexto que o país enfrentava nos anos 1990. Para a análise que se faz aqui, vale a pena focar apenas na construção do que Rae chama de “nacionalismo virulento” (2002, p. 166). O mais interessante é que a professora da Universidade de Queensland evidencia nessa análise o caráter racional e cínico do discurso promovido pelo governo de Slobodan Milosevic, capaz de identificar e exacerbar diferenças étnicas visando diminuir o peso de outras questões sociais (como a emergência da democracia). Ao elevar a formação de um Estado-nação etnicamente homogêneo acima de quaisquer outros interesses, a elite governamental situacional elabora um discurso hierarquizante capaz de trazer à tona questões não automaticamente percebidas, garantindo legitimidade a uma série de atrocidades.

Em suma, o caso da Iugoslávia se encaixa com certa facilidade em todos os pressupostos elencados por Brass (1991). Visto de maneira positiva ou negativa, a questão é que estas

estratégias representam formas de lidar com a pressão que determinados grupos étnicos exercem sobre a máquina pública, em especial quando essa pressão não se relaciona com os interesses da elite que detém o poder naquele momento (*Ibid.*, p. 50).

Por fim, o terceiro grupo de fatores determinantes para o sucesso dos movimentos nacionalistas é formado pela conjuntura política. Ao analisar esse ponto na teoria de Brass (1991) é possível adotar uma postura mais crítica, e vincular essa conjuntura a já mencionada propensão do governo e elites dominantes em aceitar o discurso nacionalista. Brass (1991) tenta defender a necessidade de abrir um espaço específico para discussão da conjuntura dividindo-o em mais três subitens, sendo eles

(...) the possibilities for realignment of political and social forces and organizations the willingness of elites from dominant ethnic groups to share power with aspirant ethnic group leaders, and the potential availability of alternative political arenas (p. 55).

A sofisticação da teoria de Brass vai muito além do que foi exposto até o momento, mas seria suficiente apontar para a importância dada pelo autor a questões relacionadas à competição entre elites por recursos econômicos e posições de poder na burocracia estatal, questões essas que seriam fortes o suficiente para que a autopercepção identitária pudesse ser relativizada e, em última instância, instrumentalizada. Essa interpretação está na natureza do instrumentalismo, mas também desta seção: é a partir deste ponto que se assumirá que o nacionalismo possui uma característica político-ideológica, produzida a partir do advento da modernidade. É tomando essa máxima como verdadeira que o estudo segue, agora visando relacionar ainda mais os elementos identitários à burocracia política nascida do modernismo. Para isso, deve-se retomar os trabalhos do professor John Breuilly, marco conceitual desta interpretação.

A contribuição desse autor inicia uma nova etapa analítica, agora mais madura em função de suas recomendações. Diversas perspectivas teóricas (e históricas) trabalharam o conceito de nacionalismo tentando identificar características formadoras, fazendo referência ao compartilhamento de ideias, classe e seus interesses, modernização econômica, cultura. O incômodo de Breuilly, no entanto, diz respeito à incapacidade destes aspectos de contribuir de maneira generalista para a compreensão do nacionalismo. Este incômodo significa apenas que diversas questões podem influenciar certos movimentos, mas de fato não seriam onipresentes, dificultando o processo de criação de uma teoria geral do nacionalismo. Ozkirimli faz uma leitura muito similar do mesmo problema, asseverando que todos estes pontos deixariam a

desejar no sentido de não tomarem como referência a natureza política do nacionalismo, e que toda política seria primordialmente subordinada ao poder (2000, p. 105). Como exemplo, pode-se retornar ao texto de Bloom (1993, p. 132), que menciona a força da identificação, mas parece sugerir que essa potência só é relevante quando se desenvolve no sentido da aplicação política.

[Breuilly] “(...) argumentaria, entretanto, que os historiadores costumam considerar importante o tema do nacionalismo quando há um movimento nacionalista significativo. Poucos se dispõem a estudar o trabalho de intelectuais que elaboram doutrinas nacionalistas e os mitos que as sustentam, se estes não fossem usados de um modo politicamente significativo. Quanto aos sentimentos nacionais, eles são tão difusos e variados que, normalmente, os historiadores só os selecionam como tema de estudo quando geram movimentos políticos (BREUILLY, 1996, p. 157).

Em seu clássico, Breuilly estabelece uma tipologia do nacionalismo muito próxima aos pontos elencados nessa seção como relevantes. Partindo diretamente para as palavras do autor:

The term ‘nationalism’ is used to political movements seeking or exercising state power and justifying such actions with nationalist arguments. A nationalist argument is a political doctrine built upon three basic assertions: a) There exists a nation with an explicit and peculiar character. b) The interests and values of this nation takes priority over all other interests and values. c) The nation must be as independent as possible. This usually requires at least the attainment of political sovereignty (BREUILLY, 1985, p. 3).

Adentremos na análise pontual desta conceituação. Em primeiro lugar, Breuilly define nacionalismo como um movimento político, corroborando diretamente um dos pressupostos trabalhados nesta seção. A partir deste movimento, Breuilly estabeleceria um repelente conceitual forte o suficiente para afastar os perigos da imprecisão e exageros de abrangência, fazendo claros os tons instrumentalizáveis do nacionalismo (SMITH, 2003) e, em menor instância, sua característica moderna. Por mais que não seja automática, essa última interpretação é explicada pelo próprio autor, quando diz que seu “(...) interesse concerne ao

nacionalismo como política. (...) Os movimentos políticos que fazem essas afirmações são modernos, essencialmente movimentos dos dois últimos séculos” (BREUILLY, 1996, XXX).

A construção do que Breuilly chama de *argumentos nacionais* também se relaciona intimamente com o que já foi exposto até então. Para ser considerado relevante, este argumento (ou discurso) precisa ter como base uma nação; esta nação precisa ter seus interesses entendidos como mais importantes do que quaisquer outros, sejam próprios ou alheios a si, finalizando com a indicação da necessidade de independência e autodeterminação nacional. Não seria exagero interpretar esta afirmação como reducionista, mas que faz sentido dentro da sua teoria, que leva em consideração o desejo nacional por separação e, por conseguinte, formação de um Estado-nação próprio. Esse é um ponto estrutural na teoria de Breuilly, e se relaciona à já mencionada aceção de que nacionalismo está ligado ao acesso ao poder que, no mundo moderno, significa controle do aparato do Estado (1985, p. 11).

Ou seja, ao expor os pressupostos do nacionalismo ao tempo, Breuilly (1985; 1996) identifica que suas nuances naturais podem ser percebidas em diversos momentos, mas que fatalmente serão melhor explicadas por teorias antropológicas mais voltadas à identificação de características culturais comuns. A própria etnia poderia ser problematizada, partindo deste ponto de vista, e comparada ao nacionalismo na base de seus argumentos. Dizer que um agrupamento social é nacional simplesmente porque carrega características fenotípicas comuns é pouco: pode-se dizer, apenas, que se trata de uma etnia. Essa afirmação não depende de nenhum outro argumento para se manter.

No entanto, quando se fala de nação, outros elementos precisam ser unidos para dar sustentação ao argumento, e a autodeterminação política talvez seja o mais forte deles. A organização do mundo a partir do signo da nacionalidade é fruto do esforço destes movimentos; e os mesmos só acontecem após o advento do Estado, se consolidando após a Revolução Francesa (BREUILLY, 1996).

O peso dado à relação entre movimento político e Estado gera uma classificação intrincada e original, trabalhada de forma a separar os movimentos nacionalistas em três tipos específicos de acordo com sua motivação: separação, reforma ou unificação. Todos os verbos mencionados requerem auxílio de um objeto direto sobre o qual incidirá a ação mencionada, ou seja, cada tipo de nacionalismo deve agir sobre uma estrutura política, seja essa uma

“nação sem Estado”⁵ ou Estado-nação (BREUILLY, 1985, p. 12). Sua empreitada ousada segue no sentido da criação de uma tipologia generalista, mas ao mesmo tempo precisa, que o municaria com a tranquilidade necessária para trabalhar sua análise histórica dentro de uma metodologia pré-determinada, já que o autor estabelece muito cedo em seu trabalho sua aversão às tentativas de se criar uma teoria geral do nacionalismo (*Ibid.*). Tudo que foi trabalhado até agora pode ser trazido à tona através das palavras do próprio autor, conforme fragmento abaixo retirado do seu texto:

(...) *nationalism is best understood as an especially appropriate form of political behavior in the context of modern state and the modern state system. (...) To focus upon culture, ideology, identity, class or modernization is to neglect the fundamental point that nationalism is, above and beyond all else, about politics and that politics is about power. [For that] I do not develop a general theory and then apply it to cases: I am skeptical about the use of such a procedure in historical investigation* (BREUILLY, 1985, p. 1-2).

Como já deve ter ficado evidente, Breuilly se preocupa em analisar dois aspectos do movimento nacional, sendo o primeiro a sua relação com o Estado ao qual se opõe ou controla. Essa relação evidenciaria a necessidade principal da elite nacional a ser estudada, uma vez que os interesses mudariam estruturalmente caso a mesma elite se encontrasse num Estado-nação considerado “próprio”. É esclarecedor quando se percebe que essa sensação só seria possível uma vez que esta instituição política (ou ao menos boa parte de sua capacidade operativa) fosse objetivamente controlada por essa elite nacional, evidenciando as pontas que serão responsáveis por atar o nó teórico que posiciona o nacionalismo como primordial para azeitar a relação entre Estado e sociedade. A contribuição desta afirmação para o presente trabalho é magistral, uma vez que facilita em grande medida o esforço necessário para demonstrar de que maneira o nacionalismo foi utilizado ao longo dos anos para atingir este objetivo único, capaz de unir em apenas uma luta, todos os interesses esparsos trabalhados ao longo de séculos de estudo histórico⁶.

Em outras palavras, o método que Breuilly desenvolve em *Nationalism and the State* não admite variações, partindo sempre da construção de uma tipologia básica que só pode ser aplicada após um levantamento catalográfico de movimentos nacionalistas (ou de

⁵ *Non-nation states* no original (BREUILLY, 1985, p. 12). O próprio autor abre uma nota para mostrar sua insatisfação com o termo ao mesmo tempo em que admite não ter encontrado uma conceituação mais apropriada.

⁶ Concordando com a citação trazida há pouco, isso não significa uma teoria geral do nacionalismo, apenas o entendimento de um padrão recorrente ao longo dos séculos que compreendem sua existência.

nacionalismos). Por fim, estes movimentos seriam postos em perspectiva para serem analisados de maneira comparativa, através da sobreposição de seu desenvolvimento histórico. É uma tipologia focada essencialmente na face política do nacionalismo e sua floração moderna.

O outro ponto capital no desenvolvimento da teoria de John Breuilly está associado com a transformação histórica das relações sociais, primordialmente na divisão do trabalho, e isso reabre a questão entre modernidade e nacionalismo. Esse assunto é tratado por Breuilly a partir de três vertentes diferentes. A primeira trata a questão a partir do ponto de vista das transformações da consciência e aceitação das ideias nacionais. Breuilly sugere uma análise mais próxima da obra *Comunidades Imaginadas*.

Basicamente, Benedict Anderson empodera o subconsciente humano, elevando a capacidade de extrapolação para a criação subjetiva de mundos, ou comunidades. Assim como quaisquer outras comunidades, também a nação é imaginada, e só existe porque assim o é. A nação é, portanto, uma comunidade limitada e exclusiva, soberana e digna de sacrifício, normalmente organizada a partir de pressupostos identitários gerais. Breuilly (1996) relaciona essa visão à modernidade, e busca compreender por que esse tipo de imaginação tão particular é capaz de gerar tamanha aceitação e submissão. Esse movimento se assenta no fato de que Anderson elabora uma clara relação entre a imaginação destas comunidades nacionais e o avanço do capitalismo a partir de sua faceta imperialista. Em suma, Anderson buscaria elaborar um raciocínio para o desenvolvimento histórico do sentimento nacional, passando sempre do inconsciente para a realidade: primeiro se inicia um processo de criação de comunidades imaginadas, reificadas a partir dos movimentos políticos que representariam este conjunto de ideias, culminando na aceitação coletiva dos sentimentos de uma comunidade inteira. “Entretanto, (...) há problemas nessa teoria dos estágios. Por exemplo, existem casos em que uma visão nacionalista elaborada tem que ser desenvolvida *depois* da formação de um movimento político nacionalista, ou tem que ser importada do exterior” (BREUILLY, 1996, p. 169, *itálico no original*).

O segundo grupo analítico relaciona nacionalismo e modernidade a partir do ponto de vista das transformações societárias ocorridas com a industrialização. “Anderson refere-se à difusão do capitalismo, mas ela constitui apenas um pano de fundo para sua exposição principal” (BREUILLY, 1996, 170). Para isso se apoia em Hroch e Gellner, visando evidenciar a natureza moderna e altamente difundida da cultura nacional padronizada. Num

primeiro momento, seria importante pontuar a ligação entre a formação das sociedades industriais e a educação de massa, aspecto que também será trabalhado por Eric Hobsbawm.

A educação e escolarização das sociedades modernas foi moldada a partir de uma estrutura de cima para baixo, onde os indivíduos são burocraticamente moldados de maneira a atender às necessidades da sociedade no que tange, principalmente, à oferta de mão-de-obra. As transições sociais ocorreriam a partir de zonas culturais definidas primordialmente pela oferta de escolarização. Para Breuilly (1996), essa visão pode ser falseada simplesmente porque não existe nexos causal completo entre o industrialismo, a educação de massa e o nacionalismo. Em suma, é possível verificar movimentos nacionalistas em sociedades que ainda não atingiram o estágio da educação em massa, ou mesmo que não possuem características industriais claras, apesar de estarem certamente incluídas na lógica da modernidade. Existem meios de difundir uma cultura nacional em sociedades não industrializadas, assim como exemplos de movimentos politicamente relevantes e sociedades do mesmo tipo, e nenhuma destas expressões estaria totalmente ligada ao advento da educação de massa. Portanto, a relação entre nacionalismo e industrialização não é tão estanque quanto faz parecer a teoria de Ernst Gellner (*Ibid.*).

A preferência pessoal de John Breuilly assenta-se na terceira vertente dos estudos modernistas do nacionalismo, aquela que o trata diretamente como doutrina política moderna. Como este assunto já foi abordado anteriormente, buscar-se-á desenvolver a visão do autor em aspectos pontuais e originais ao texto.

Tomando o nacionalismo como um elemento modernizador, seria possível vincular a etapa da evolução histórica que forma o Estado moderno e compará-la com situações pré-nacionais. Para Breuilly, a diferença básica estaria na natureza da burocracia presente naquele determinado momento histórico, traduzida na instituição do Estado-nação. Em outras palavras, a transformação das relações de trabalho seriam um ponto bastante relevante para a compreensão dos processos de acesso ao poder institucional, já que a natureza destas relações seria originalmente conflituosa. Mais uma vez se faz presente a questão da competição de elites, classes, grupos de interesse/pressão, pelo acesso a recursos escassos, traduzidos por Breuilly como *recursos de poder estatal*. Esse movimento era muito menos fluído antes do advento do Estado-nação e, portanto, antes da modernidade.

Para entender essa relação se faz necessário adentrar na questão da transformação e desenvolvimento do Estado-nação, que para Breuilly (1996) acontece com base em preceitos

liberais: concentrou poderes públicos em instituições estatais especializadas, deixando as questões de natureza privada sob o jugo de instituições não políticas, como os mercados e as famílias, por exemplo. As mudanças históricas ocorridas no sentido de estabelecer os limites da ação pública e privada são determinantes para essa questão, e a construção do Estado-nação serve como lanterna para esclarecer essas diferenças.

O primeiro movimento neste sentido vem na esteira da Paz de Vestfália, que garante todos os poderes coercitivos à instituição moderna da soberania que, apesar de ainda não estar totalmente desenhada a partir do ponto de vista nacional, já estava totalmente vinculada ao Estado. Pode-se retomar o texto de Anderson (2006) para pontuar o reducionismo subjetivo da criação de comunidades imaginadas pura e simplesmente, e comparar à teoria mais robusta e pragmática que Breuilly (1985; 1996) tenta desenhar. Enquanto o primeiro preocupa-se em compreender o processo de criação do sentimento nacional e sua extrapolação para o mundo real, o segundo trata de identificar os pressupostos lastradores desta extrapolação, sendo a delimitação territorial precisa e segura o primeiro deles. As ideias claras e distintas do Estado como única fonte de soberania são marcos da modernidade (BREUILLY, 1985; 1996).

A separação das esferas pública e privada de maneira mais clara e até mesmo o transplante de certas questões de um conjunto para o outro, é desencadeada fundamentalmente junto à modernidade, que permitiu o recrudescimento das estruturas políticas, segregadas a esse campo, e a delimitação do que diz respeito à sociedade civil. Os processos de separação entre os dois âmbitos supracitados acabam por dificultar o estabelecimento de uma conexão entre o Estado e a sociedade. Aqui percebe-se a abertura de um vale, que teve seu terreno perpassado com correntes ideológicas tentativas que, ao fim, tiveram pouco ou nenhum sucesso em unir extremos. Esse elo perdido poderia, segundo Breuilly (1985), ser resolvido através do nacionalismo, num processo batizado por Smith (2003) como “*bridging the gulf*”:

(...) nationalism offered a pseudo-solution, by holding up a vision of the community defined simultaneously as the cultural and the political ‘nation’ of a theoretically equal citizens. (...) nationalism sets out to tackle a real problem: the split between state and society which modernity opens up (p. 84-7, aspas no original).

Essa afirmação se desdobra em três outros caminhos. Em primeiro lugar, vale a pena adentrar um pouco mais na complexidade do significado por trás da afirmação de que o nacionalismo não existe fora da modernidade. Adotando um misto das visões apresentadas até então, mas focando um pouco mais em Breuilly e Herder, já se tem conteúdo suficiente para se afirmar

que, em seu estado “natural”, cada povo teria idiossincrasias suficientes para transformá-los em conjuntos civilizacionais totalmente diferenciados. Tomando a linguagem como uma expressão cultural multifacetada é possível avançar para a crítica etnosimbolista e defender o ponto de que, em sua essência, qualquer luta nacional buscará reacender o espírito primordial de um povo, solapado pela modernidade. A virada neste ponto se dá quando se admite o que foi dito há pouco sem perder de vista a necessidade da organização política para atingir este fim. Ou seja, para que a modernidade seja afastada e a nação original seja restaurada, se faz necessário que o movimento nacionalista adote uma postura pragmática, aceitando que sua identidade cultural é também nacional, e que essa nacionalidade precisa ser politizada, movimento similar ao que já foi dito acerca do trabalho de Bloom (1993). Apenas com a reconexão entre nação, território e Estado, é possível garantir a diferenciação básica que constitui o desejo de todo movimento nacionalista ao longo da História, seja essa diferenciação necessária para unificar povos separados; separar povos com características nacionais distintas; ou reformar, com vias a garantir mais representatividade a certas elites étnicas, uma estrutura institucional.

O segundo deles se relaciona com o marco histórico do desenvolvimento da cidadania, um diferenciador poderoso da autoimagem projetada pelo indivíduo e sua sensação de pertencimento a um determinado agrupamento social (BREUILLY, 1985; 1996; HOBSBAWM, 1994; WATSON, 2002; SARAIVA, 2007). Tomando como base o que escreve Anthony Smith (2000, p. 20), nação diria respeito a um conjunto humano que compartilha um território, valores e mitos; possui cultura e economia comuns; e é regido por um sistema de leis comum a todos. Antes do Estado-nação a verdade é que cidadãos não existiam, sendo muito mais comum encontrar indivíduos que se viam como súditos ou, no máximo, ligados à terra e a questões culturais (WATSON, 2002). E é justamente em função deste último ponto que se pode inferir que a nação só passa a existir como conceito largamente difundido após a Revolução Francesa, pois apenas neste momento a sociedade passa a ser organizada em torno da cidadania, e não mais da figura régia, da religião ou mesmo do território comum. No entanto, o debate se abre e torna-se tão complexo porque muitas das características elencadas por Smith (2000) podem ser percebidas em outras realidades históricas, ao menos em parte, quando não em sua totalidade. O movimento contrário é quase sempre verdadeiro: sociedades que são reconhecidas como nações contemporâneas, mas que possuem apenas alguns dos pressupostos supracitados.

Essa diferenciação abre um ponto para um possível debate acerca da existência de “nações pré-modernas”, já que este sentimento de pertencimento, muitas vezes traduzido como sendo nacional, já deveria existir antes do século XVI. Traduzido ou entendido, simplesmente porque o desenho conceitual da nação depende de outras questões que não apenas a auto-identificação coletiva. Bloom (1993) discorre acerca da relevância das teorias de identificação, fortemente lastreadas na ontologia da psicologia, para compreender a relação entre o indivíduo e sua identidade, sugerindo uma certa naturalidade por essa busca de identificação coletiva. Para Breuilly, antes de tomar essa necessidade como um fato, é mandatório realizar um movimento no sentido de historicizar o fato analisado, pois a necessidade de auto-identificação não é automática e os movimentos e interesses nacionalistas são historicamente intermitentes. Essa visão o leva a crer que o indivíduo não convive com essa necessidade com tanta frequência quanto sugerem as perspectivas psicológicas, ou mesmo primordialistas, representadas aqui pelo plebiscito tácito e contínuo de Ernst Renan (2000). Uma vez analisado este debate, fica claro que, para as visões modernistas, a necessidade de afirmação cultural é uma constante apenas após o marco da modernidade, pois revela a cultura como degrau necessário no caminho para o atingimento de outros objetivos. Em suma, por mais que essa visão acerca do nacionalismo abra espaço para que a identidade e cultura sejam levadas à sério (BREUILLY, 1985, p. 35), não seria o mesmo que dizer que questões identitárias seriam características primordiais do nacionalismo.

Breuilly (1996) critica determinados teóricos que, de maneira proposital ou não, acabam por tratar o nacionalismo como uma ferramenta promotora da modernidade, e não como seu produto. Ou seja, esses teóricos concordariam acerca da instrumentalidade do nacionalismo, até mesmo da sua faceta política, mas não necessariamente sobre o marco temporal de seu surgimento. Breuilly (1985, 1996) trata essa afirmação com cautela, admitindo que isso aconteceu em determinados momentos, mas também o contrário é perceptível. Para fechar a questão o autor diz que o nacionalismo surge como aspecto de uma modernidade intencional, e que apenas após sua consolidação é que é possível adotar uma postura funcionalista e reposicionar a interdependência dos dois fenômenos. Quando se volta para as leituras marxistas, por exemplo, Breuilly sugere que a burguesia poderia ter se apropriado de outras expressões ideológicas, ou mesmo da religião, para manter o controle das populações oprimidas, mas escolheu, em determinados momentos, se valer do nacionalismo para combater o internacionalismo proletário. Para Breuilly, as características exclusivas do tempo em que se passa essa luta explicam essa escolha, seja a ela diferença entre os poderes

econômico e político, seja a relevância das instituições nacionais, como o Estado-nação, por exemplo.

É possível perceber que o cuidado de Breuilly não está relacionado ao que chama de *funcionalidade* do nacionalismo, e sim a um aparente descuido de certos teóricos que, simplesmente consideram seu funcionalismo sem prestar atenção nos elementos estruturais que o cercam e/ou permitem sua existência. Em maior ou menor grau, nenhuma das funções do nacionalismo seria percebida da maneira que é atualmente não houvesse uma clara ligação entre o fato social e seu momento histórico. Em outras palavras, a modernidade seria condição *sine qua non* do nacionalismo.

Finalmente, há uma relação muito mais íntima entre cidadania e nacionalismo do que entre etnia/identidade e este mesmo nacionalismo. O objetivo máximo do nacionalismo seria a instituição de um organismo político representativo, que levasse em consideração os interesses de determinados grupos, étnicos ou não, já que as características identitárias, por mais objetivas que sejam, podem ser manipuladas pelo discurso e instrumentalizadas para facilitar a mobilização da massa social numa determinada direção. Por fim, os movimentos nacionalistas são constituídos de fatores objetivos e tangíveis, e não fazem referência (apenas) ao caráter ideacional e metafísico do mito nacional. A autoimagem do cidadão é reificada através do advento do Estado e, consigo, da cidadania, garantindo a tangibilidade que, quando em falta, enfraquece a aderência das ideologias.

Muito mais interessado nos nacionalismos com relevância política do que no estudo metacrítico das ideologias *per se* (SMITH, 2003, p. 85), Breuilly (1985) estabelece um elo entre o instrumentalismo livre de Brass e o ceticismo dos marxistas, ao dar relevância central ao papel das elites *intelectuais* no nacionalismo, que deverá ser um pouco aprofundado nesse momento. O nacionalismo não seria, automaticamente, a política dos intelectuais não podendo ser entendido como um produto de suas divagações. Não seria paradoxal, seguindo o mesmo raciocínio, cravar a impossibilidade dessa afirmação. É se aproveitando desta abertura que o papel da *intelligentsia* será debatido, crucial para compreender o nacionalismo como doutrina política moderna.

A elite intelectual seria muito mais plural do que as elites econômicas ou políticas, porque não se limitariam apenas a interesses econômicos ou a representatividade política dentro de uma esfera social, pelo menos não de maneira automática. Seriam, em tese, naturalmente mais influentes no nível das ideias, pois sua capacidade de produção de conhecimento de fato

transforma a realidade à sua volta através da construção de um discurso mobilizador. A versão teórica de Gellner leva isso em consideração, principalmente quando se preocupa em analisar o potencial homogeneizador da escolarização no industrialismo. Um dos mais poderosos recursos desta elite reside no fato de que seu conhecimento e discurso são muito comumente tomados como “puros” e não ideológicos, sendo, portanto, mais confiáveis na visão do indivíduo comum. A capacidade de persuasão dessa elite intelectual reside não apenas em seu potencial retórico, mas numa (muitas vezes autoproclamada) tendência à assepsia técnica. Números, dados e fatos históricos fariam por si só, e agiriam de maneira devastadora na construção de mitos e verdades necessárias para a mobilização social de massas⁷.

É possível ilustrar essa questão quando se retoma o trabalho de Heather Rae (2003) acerca da separação da Iugoslávia. Em uma passagem, a autora se refere ao preciso texto de Sells (1996) acerca do mesmo período histórico, onde são trazidas evidências históricas sobre o processo de destruição de templos muçulmanos. O autor relata que, por vezes seguidas, o processo iniciado com a desintegração física seguia através da solvência de suas evidências históricas, fazendo avançar o discurso de que “nunca existiram mesquitas nessa localidade” em troca do “mesquitas não existem *mais* nessa localidade”. O mito construtor da pureza étnica e nacional recaí num esforço de natureza posterior ao fato, mudando uma verdade material através da palavra escrita e do poder institucional da burocracia. Outra questão determinante diz respeito à mudança de atitude dos intelectuais que contribuíram de maneira direta para a consolidação dessa ideia através da publicação de estudos e pareceres que comprovavam abusos e desmandos operados pelas minorias étnicas, que precisavam ser suprimidas para permitir o respiro da unificação (RAE, 2003). Essa mesma mudança na natureza dos intelectuais envolvidos pode ser sentida em diversos momentos históricos não tão distantes, principalmente quando se diz respeito à complementaridade entre o discurso nacionalista e o desenvolvimento econômico.

Essa mudança de ritmo é brilhantemente trabalhada por Bresser-Pereira (2018) num recente artigo intitulado *Nacionalismo Econômico e Desenvolvimento*. Dentre outras questões trazidas em seu texto, Bresser-Pereira evidencia o papel das elites econômicas e intelectuais na construção da política econômica de um Estado, e como o nacionalismo seria uma ideologia

⁷ Seria possível abrir um debate acerca da construção destas ideologias anti-ideológicas, para utilizar um termo de István Mészáros (2004), ou mesmo do papel dos esforços civilizatórios de algumas iniciativas metodológicas, mas essa divagação custaria muito caro do ponto de vista estrutural, relegando esta pesquisa um papel de confrontadora e questionadora de todas as coisas. Aqui busca-se apenas a contestação, no sentido da crítica acadêmica, do nacionalismo e sua utilização como ferramenta política nas relações internacionais.

subordinada ao interesse particular destas elites. Em momentos em que o Estado-nação garante parte satisfatória do excedente de capital para as elites em questão, a defesa da nacionalidade não se faz relevante, já que o mercado aparentemente joga em favor do empresariado local. O mesmo não pode ser dito em momentos de crise, que costumam inflamar a necessidade de proteger o capital “nacional” (aqui leia-se “das elites nacionais”)⁸ a todo custo; é nesse momento que as elites econômicas trabalhariam no sentido de instrumentalizar um discurso vitimista, elaborado no sentido de fazer valer as similaridades dos cidadãos nacionais, frente à opressão externa causada pelo subdesenvolvimento e dependência (BRESSER-PEREIRA, 2018). Alguns casos são emblemáticos, outros soam quase como contraditórios; mas todos trazem, como característica comum, a volatilidade de suas opiniões e flexibilidade conceitual. Ser nacional pode significar coisas diametralmente opostas num intervalo temporal ínfimo.

Encaminhando para o fechamento do raciocínio de Breuilly no que tange a instrumentalização de conceitos identitários visando à construção de um ideário com potencial mobilizador, chega-se na máxima de que a modernidade trouxe consigo a necessidade de criar linguagens políticas mais universalistas, capazes de adentrar interesses de classes distintas e garantir o acesso à esferas de poder estatal (BREUILLY, 1985). Essa característica deu ao nacionalismo um ponto de diferenciação com relação ao liberalismo, que para Breuilly (1996, p. XXX) é a primeira grande ideologia do século XX. Retomando o conceito de *bridging the gulf* (SMITH, 2003, p. 84-7), Breuilly (1985; 1996) escreve que o liberalismo teve dificuldade em estabelecer um diálogo saudável entre interesses coletivos e comunitários. Essa separação ficaria ainda mais clara quando determinados grupos comparassem sua situação real com as promessas contidas nos direitos formais do mundo liberal em formação. Estes grupos poderiam sentir atração pela linguagem nacional, capaz de dialogar com uma vasta gama de grupos heterogêneos no sentido social. A sociedade moderna conviveria com um eterno debate entre a organização com base na cidadania ou na coletividade cultural, e o nacionalismo serviria como um passe de mágica ideológico que procura aproximar estes dois polos (*Ibid.*).

Smith sintetiza o pensamento de Breuilly nesse sentido da seguinte forma:

⁸ É importante problematizar esse ponto. Quando se fala de “proteger o capital nacional”, a ideia de patriotismo pode vir à tona, e não é esse o caso apresentado por Bresser-Pereira (2018). O “capital nacional” aqui seria algo como o “meu capital”. A diferença importante de ser salientada é que, ao invés de defender o interesse da coletividade, essa elite visa defender seus interesses próprios, usando para isso um discurso mobilizador.

Broadly speaking, nationalism is able to seize power in the state because it can generate mass support, bring different social groups together and provide an underlying rationale for their separate social interests. Because it performs the functions of social mobilization, political coordination and ideological legitimation so effectively, nationalism has spread across the globe, drawn in a variety of social groups and remained a powerful force for the last two centuries (2003, p. 85).

Por fim, o terceiro trabalho relevante na construção deste pressuposto é o de Hobsbawm, principalmente em *Nations and Nationalism Since 1780*, mas também ao longo de toda sua extensa obra. Hobsbawm se debruça sobre o nacionalismo como parte imprescindível de sua obra, que visa, basicamente, reconstruir a história da modernidade (OZKIRIMLI, 2000, p. 116), e trabalha de maneira diferente de Breuilly, mas não totalmente oposta. Para Hobsbawm, o Estado-nação também deve ser o centro da análise. Portanto, o nacionalismo seria, acima de tudo, uma expressão política e um produto da modernidade.

De maneira geral, Hobsbawm estabelece a última fronteira em termos de originalidade do pensamento modernista, que posiciona o nacionalismo no campo da política. Seguindo um caminho ligeiramente diferente daquele pavimentado nas páginas deste texto, Hobsbawm trata a nação como um *produto* do nacionalismo, e não o contrário. Quem mais se aproximaria desta afirmação seria Benedict Anderson (2006) que, assim como Hobsbawm, parte de um referencial marxista, mas vai além da economia política e adentra no campo das análises culturais, evidenciando a natureza moderna do nacionalismo assim como a necessidade de desconstrução desta máxima (SMITH, 2003, p. 117).

Smith (2003, p. 1) escreve nas linhas iniciais de *Nationalism and Modernism*, que o nacionalismo é a linha vermelha que separa o mundo moderno dos outros períodos históricos. Nesse belíssimo parágrafo, sua conceituação deixa muito claro que o nacionalismo se trata de uma ideologia e movimento político essencialmente moderno, surgido na Europa ocidental e América por volta do século XVIII. A visão de Hobsbawm seria, nesse sentido, um passo adiante no pragmatismo dos instrumentalistas e diversas visões modernistas do nacionalismo, à medida em que o autor abre mão quase que totalmente das características subjetivas, dando ao nacionalismo um tom essencialmente prático e objetivo.

Para Hobsbawm, o historiador é o produtor da matéria prima do nacionalismo. Jamais abrindo mão do lirismo, o lendário historiador inglês defende que o que faz uma nação é o seu passado; e o historiador é o responsável por produzir este passado (HOBSBAWM, 1996, p.

255). Nesta bela passagem, não é recomendável se perder na superioridade estilística do autor, e assumir que a metáfora aparece apenas como forma de enriquecer seu texto. Em verdade, os verbos empregados por Hobsbawm tem tanta precisão quanto beleza. Assumir que a nação é algo passível de ser *criado* é um claro indicativo desta visão prática. Definir o historiador como alguém capaz de *produzir* aquilo que analisa, ou seja, o passado, é ácido, ousado, crítico. No entanto, ao mesmo tempo em que chega a estas conclusões, Hobsbawm mantém-se sereno e sóbrio, garantindo a inseparabilidade da costura entre História e nação, uma trama que fica muito mais evidente quando se analisa sua obra.

A relação vem às claras na obra *The Invention of Traditions*, um esforço crítico conjunto com Terence Ranger, que visa questionar o naturalismo dos costumes, culturas e tradições sociais em várias partes do globo. O primeiro passo desse trabalho diz respeito à conceituação de tradição e seu papel na consolidação do nacionalismo. Basicamente:

“Invented tradition” is taken to mean a set of practices, normally governed by overtly or tacitly accepted rules and of a ritual or symbolic nature, which seek to inculcate certain values and norms of behaviour by repetition, which automatically implies continuity with the past. In fact, where possible, they normally attempt to establish continuity with a suitable historic past (HOBSBAWM; RANGER, 2013, p.1, aspas no original).

Novamente, se faz necessário um trabalho de separação sintática para compreender a relevância desta passagem. A repetição de normas tácitas ou abertamente aceitas cria um padrão, que se estica do presente ao passado. Para tal, é necessário recorrer ao passado, mas não *qualquer* passado: muitas vezes trata-se de um recorte específico, um mito particular; outras tantas trata-se de um passado escolhido, modificado ou mesmo inventado. A continuidade é fabricada do presente para o passado, e não o contrário: trabalha-se no sentido de identificar o passado que mais se adequa ao interesse do grupo presente.

A História é usada como ferramenta legitimadora da ação do grupo, muitas vezes como cimento da coesão social necessária para fazer avançar sua agenda. A capacidade de se utilizar da tradição a torna um instrumento nas mãos das elites políticas, que podem se apegar a tradições antigas ou simplesmente desenhar novas. Tudo dependerá de suas intenções presentes. O nacionalismo pode ser encaixado no discurso da tradição, e já se provou capaz de garantir a “unidade nacional” nos mais diversos momentos. Seja para unir um povo na direção da libertação, seja para impedir a mudança ou “invasão cultural estrangeira”, o nacionalismo

se interliga com as tradições e mitos do passado e se metamorfoseia num elo poderoso, que mostra sua força real entre 1870 e 1914 (OZKIRIMLI, 2000; HOBBSAWM; RANGER, 2013). Num momento de massificação política, que coincide justamente com o advento da modernidade, o controle da população e garantia da coesão social ficam mais difíceis de alcançar. Novas tradições são criadas com base em costumes ou eventos passados. Esse conjunto de tradições inventadas formaria a nação, sendo impossível estudar o último sem ter total atenção ao fenômeno que envolve o primeiro (HOBBSAWM; RANGER, 2013, p. 14).

Se aproximando de Gellner, Hobsbawm faz um movimento de encapsulamento conceitual, defendendo que o nacionalismo moderno pode (e deve) ser separado de outras expressões de organização nacional pré-modernas. O nível de demanda e coesão social necessárias no nacionalismo moderno (doravante apenas tratado por *nacionalismo*, levando em consideração que já se mencionou o pressuposto da modernidade em outras partes deste trabalho) são inéditas até então. A impressão da nação na vida do indivíduo se dá em função da sua relação com as formas de organização políticas da modernidade:

Like most serious students, I do not regard the 'nation' as a primary nor as an unchanging social entity. It belongs exclusively to a particular, and historically recent, period. It is a social entity only insofar as it relates to a certain kind of modern territorial state, the 'nation-state', and it is pointless to discuss nation and nationality except insofar as both relate to it. Moreover, with Gellner I would stress the element of artifact, invention and social engineering which enters into the making of nations. 'Nations as a natural, God-given way of classifying men, as an inherent ... political destiny, are a myth; nationalism, which sometimes takes preexisting cultures and turns them into nations, sometimes invents them, and often obliterates preexisting cultures: that is a reality.' In short, for the purposes of analysis nationalism comes before nations. Nations do not make states and nationalisms but the other way round (HOBBSAWM; RANGER, 2013, p. 9-10).

Em suma, o motivo mais pujante para o surgimento do nacionalismo, seu objetivo máximo, seria a construção de um organismo político capaz de definir a maneira pela qual as relações sociais se organizam, proteger os indivíduos (idealmente nacionais) etc. Apenas após a criação e consolidação deste organismo, poder-se-ia falar de nacionalismo; nunca o inverso. Ou seja, o nacionalismo cria a modernidade, pois, assim como disse Smith (2003), ele se torna a linha vermelha que separa os períodos históricos onde a organização social primordial é a nação daqueles que não o eram. Para manter o equilíbrio social, o nacionalismo apropria-se de um discurso metamórfico, e faz emergir questões do passado, quando não criando-as

totalmente. O processo de criação das tradições evidencia a tendência instrumentalizável desta doutrina política.

Para dar substância à essa afirmação, Hobsbawm trabalha com uma série de estudos de caso, como a relativamente recente criação da cultura das *highlands* escocesas, a redescoberta da cultura galesa, a cerimônia de coroação britânica, as invenções das tradições da África colonial, além da efervescência de tradições de massa criadas no seio da Europa do século XIX (*apud* SMITH, 2003, p. 120). No entanto, todas essas tradições, assim como inúmeras outras, estão ligadas ao Estado, pois são necessárias para garantir o controle populacional pelas elites políticas dominantes, ou para incitar a revolta nas classes sociais oprimidas.

Essa dualidade finaliza esta seção e abre espaço para o último capítulo deste trabalho. Nesse sentido, visando reforçar os pressupostos que foram trazidos até o momento, bem como para servir como uma espécie de resultado de toda a problematização conceitual empreendida até agora, é válido pontuar, de maneira mais precisa, o que seria nação e, por conseguinte, nacionalismo para efeitos desta pesquisa.

A conceituação de nação se aproximará muito daquela trazida por Anthony Smith em *The Nation in History*: nação é o termo utilizado para definir um conjunto populacional composto por seres humanos, normalmente (mas não necessariamente) ocupantes de um território comum, compartilhantes de mitos, cultura de massa, economia e um sistema normativo de direitos e deveres.

Já o conceito de nacionalismo trará um pouco mais dos pressupostos citados até aqui, visando, principalmente, o afastamento da visão de sentimento nacional e aproximação de uma interpretação mais pragmática. Nacionalismo seria, portanto, o termo utilizado para designar uma doutrina política de autoafirmação nacional, pautada na assunção da existência de unidade de interesses entre um determinado conjunto populacional, normalmente baseada em similaridades fenotípicas, étnicas, históricas e/ou culturais. Seu objetivo seria traduzido na afirmação do interesse nacional e desejo de autodeterminação, que seria alcançado através da criação de uma estrutura político organizacional formal, o Estado-nação.

4. A Promessa do Nacionalismo

Até o presente momento, a maior preocupação deste trabalho foi expor, analisar e criticar teóricos e conceitos que contribuam para a apreensão do nacionalismo e sua atuação nas relações internacionais. Grande tempo e esforço foram empreendidos para tentar elucidar certos pontos, bem como testar os pressupostos hipoteticamente levantados no início do estudo. Com os dados e referências deste esforço em mãos, é possível adentrar num terreno menos pavimentado, mas exatamente por esse motivo, muito mais rico.

Os mistérios deste capítulo são os mistérios deste estudo. Este é o momento para que dúvidas sejam trazidas à tona. Se estas não forem respondidas imediatamente a partir do retorno a momentos anteriores do texto, é porque devem ser deixadas em aberto, como reflexão crítica inerente à natureza teórico-conceitual desta pesquisa.

A pergunta basilar para o início desta investigação se refere à capacidade construtiva do nacionalismo, ou seja, até que ponto esse conceito teria condições de influenciar a disposição hierárquica do sistema internacional. Todas as hipóteses levam em consideração uma mesma verdade, qual seja, a de que o nacionalismo seria capaz de construir realidades. Seu poder iria além do presente, se estendendo ao passado, pois os mitos fundadores da nação e combustíveis do sentimento nacional nem sempre são reais, como bem observaram Hobsbawm (2013) e Anderson (2006).

O nacionalismo se mostrou de diversas maneiras ao longo dos anos: vezes como discurso, vezes como ferramenta política, vezes como ideologia. Seu objetivo mudou e moldou as realidades que o envolviam ao mesmo tempo em que foi mudado e moldado por essa mesma realidade. Esse duplo movimento invariavelmente impele o estudo aos escritos construtivistas, principalmente ao trabalho de Onuf (2013), que será acessado neste primeiro momento e revisitado sempre que necessário.

Mas também ao futuro. Se nos capítulos anteriores todo o esforço foi empreendido no sentido de conceituar e escavar as bases históricas do nacionalismo, a energia que resta deve ser empregada na análise da capacidade deste mesmo conceito em construir realidades no futuro,

seja através da ruptura, seja através da manutenção de um estado de coisas interessante para determinadas camadas sociais⁹.

4.1 O(s) nacionalismo(s) e o(s) mundo(s)

O que mantém o mundo funcionando, se pergunta John Ruggie em seu artigo de 1998. Mundo, mundos... todos vivem em mundos próprios, mas também compartilhados; essa relação culmina na criação de apenas um mundo, único apesar de heterodoxo (ONUF, 2002, p. 21). As palavras de Onuf, admitidamente inspiradas em suas leituras da teoria kantiana, soam paradoxais até para o próprio autor, mas a verdade é que não são: viver no mundo significa agir no mundo, e não apenas atuar, em sua constituição e construção.

Mesmo que ainda muito embrionário, este será o argumento base para uma discussão acerca do sistema internacional. Importante para posicionar o teste conceitual da atuação do nacionalismo como ferramenta dupla, esse debate servirá para trazer à tona algumas nuances deste sistema, principalmente no que diz respeito ao seu material constitutivo: o mundo das relações internacionais é mundo em si (*Ibid.*), e sua capacidade de adequação de conceitos bem como transformação dos mesmos em realidade objetiva, confere um distinto grau de *elasticidade*, muito importante para a compreensão do argumento proposto até aqui.

A este momento se segue uma bifurcação, direcionada, por um lado, à avaliação do nacionalismo como ferramenta de mudança/emancipação; e do outro, para o acesso à sua capacidade de manter estáticas as bases sociais. A intenção é que estes caminhos se cruzem em alguns momentos, e finalmente se encontrem para o fechamento do capítulo.

4.1.1 O Mundo do Sistema Internacional

⁹ A escolha do verbo “construir” realidades foi pensada especialmente visando dar ao leitor a ideia de que o nacionalismo se ampara na capacidade de gerar mudança, mesmo quando esta mudança significa a morte do elemento novo. O que se busca dizer com isso é: mesmo quando se fala em manutenção do estado de coisas, fala-se de uma construção de realidade, que depende de um embate de forças sociais. A vitória ou derrota do nacionalismo não estaria, portanto, automaticamente ligada à emancipação ou manutenção, mas sim ao seu objetivo.

Como desenhar, mesmo que virtualmente, os mundos das relações internacionais e do sistema internacional? Como não cair numa falha interpretativa, e utilizar a teoria de Onuf contra suas próprias bases, ao sugerir que *existe* um mundo e que a nação é seu fundamento principal? Para inaugurar essa nova etapa, recorre-se novamente à Nicholas Onuf e às palavras iniciais de um dos seus mais famosos trabalhos:

All of us experience the world actively. Living in a world means acting on the world, and not just acting in it. We are agents, not actors—agents of change, bulwarks against change—in worlds that are always changing and always resistant to change. Together we have made the world what it is now, and we go on making the world what it shall become. As we make the world, it makes us individually what we are and it makes our worlds uniquely what they are. (2002, p. 21)

Em primeiro lugar é importante ressaltar que Onuf (1998; 2002) não abre mão da materialidade do mundo físico, e admite a sua existência. Em alguns momentos, chega mesmo a sugerir a possibilidade de distanciamento entre analista e objeto, virando as costas para o radicalismo pós-moderno. No entanto, é central em sua teoria a afirmação de que este movimento é apenas momentâneo, e muito menos perfeito do que defendem os positivistas. Não seria plausível defender que há *uma* realidade material existindo para além do alcance do analista, e, por isso, passível de ser compreendida a partir da observação, mas que existe um mundo real, composto por vários mundos. O mundo da pesquisa aceita este distanciamento, mas o objeto pesquisado invariavelmente sofrerá deformidades interpretativas, quando não alterações diretas a partir da interferência do cientista.

Tomando esse raciocínio como base, é possível apontar certos conceitos e instituições buscando verificar seu papel na construção de uma determinada realidade. Essa construção pode tomar as bases de outra pré-existente, destruí-la completamente ou mesmo se defender contra invasões conceituais alienígenas. Dentro dos mundos do sistema internacional, vários destes conceitos se chocam, misturam e sobrepõem, dentre eles a nação. Nesse sentido, o que interessa filtrar desta correlação é que a nação ajuda a compreender bem como formar *este* mundo e *esta* realidade, mesmo que não seja totalmente responsável pela sua constituição.

Como já foi discutido em seções anteriores, o nacionalismo é um movimento baseado nos conceitos de nação, e como a última se conforma como epifenômeno da modernidade, também pode-se considerar que o primeiro o seja. No mundo moderno, as instituições

combinam o poder estatal, duro, firme, positivo, com a leveza e paixão da ideologia nacionalista, criando uma combinação irresistível. Essa fórmula é pesada pelas balanças das escolhas pessoais e quase sempre enfrenta pouca ou nenhuma resistência, pois conversa com as necessidades humanas nos mais diversos níveis. Se o ser humano é de fato um *zoon politikón* (FRATESCHI, 2008), a diferença entre realidade física e realidade ideacional é muito tênue: os extremos do mundo ordinário e real, onde as coisas *realmente* acontecem, e do mundo dos acadêmicos, preocupados em analisar a ordem das coisas, estão mais próximos do que pensa Onuf (2002), pelo menos no que diz respeito a um conceito altamente instrumentalizável, como é o caso do nacionalismo. Por mais que conceitos não alterem a lógica física das relações internacionais, o mesmo se faz em nível ideacional. Mas o mundo onde atuam estes conceitos interfere na maneira pela qual se dão as relações sociais no mundo material. Dessa forma, abre-se espaço para a *metaforização* do mundo real, que toma forma a partir de uma *dégradée* de materialidade e ideia.

Obviamente ideias solitárias não conseguiriam se materializar, e a agência humana é o meio pelo qual essa transformação ocorre. Talvez a agência que Onuf relega ao indivíduo seja exagerada, mas o ponto que se busca levantar é a capacidade humana de inventar e reinventar realidades. Em outras palavras, seria possível afirmar que há capacidade nos seres humanos de gerar realidades a partir de ideias. Mais ainda: há capacidade de instrumentalizar conceitos em prol da construção de uma determinada realidade, seja ela dependente de uma ruptura social, seja um produto da manutenção de uma série de pressupostos.

Os últimos degraus desta escalada conceitual para a construção do mundo do sistema internacional atingem um zênite teórico dentro do raciocínio construtivista de Onuf, que diz respeito à importância das regras para a formação de instituições. Onuf (1998; 2012) adiciona um novo nível à já evidenciada ideia de que os seres humanos teriam capacidade de alterar realidades a partir da aplicação de conceitos antes relegados ao mundo das ideias: “(...) *people make society, and society makes people. This is a continuous, two-way process*” (1998. p, 4). Balança de poder, anarquia e soberania estão entre as mais importantes instituições (ou regimes, termo popularizado por Stephen Krasner, mas também utilizado por Onuf). Mas aqui, pontua-se *nação* como o conceito-chave para compreender o mundo do sistema internacional, bem como para defender que, por carregar signos e instituições próprias, o sistema internacional se constitui num mundo.

4.1.1.1 Nação no Mundo do Sistema Internacional

Se na antiguidade, as relações entre povos e civilizações poderiam acontecer numa esfera quase pessoal, focada na *royal personae* dos agentes (WATSON, 2002; ONUF, 2002, p. 24), na identidade do príncipe, que se confundia com o próprio Estado, quando se fala de modernidade, talvez nenhuma instituição seja mais determinante para a construção deste mundo do que a nação, e nenhuma organização seja mais relevante do que o Estado. Pode parecer um truísmo afirmar que a nação é importante para o mundo das relações internacionais (afinal de contas, fala-se de relações *entre* nações) e muito disso se deve justamente à proximidade entre estas duas instituições imprescindíveis para o funcionamento *deste* mundo. Karl Deutsch, Kedourie, Gellner e tantos outros historiadores são categóricos ao afirmar que o advento da modernidade teria sido capaz de criar um mundo de nações e Estados-nação, permeados por uma ideologia nacionalista (SMITH, 2000, p. 60). A Revolução Francesa marca essa nova era missionária nas relações internacionais, pois traz à tona uma nova proposta de organização social. Esse momento é marcado pelo recrudescimento do

(...) culto da liberdade, a aspiração de nacionalidade una e indivisível, o anseio de uma nova coesão e um novo espírito nacionais, a ideia de um Estado fundamentado na concordância popular e apoiado na participação ativa do povo (...). (KOHN, 1962, p. 15)

Onuf (1998; 2002) colabora para o exercício de sopesar a relevância do componente estatal para o mundo das relações internacionais, defendendo que o último é bastante exclusivo: o protagonista neste cenário é o Estado. Isso não quer dizer que outros agentes não tenham relevância ou que suas interações não precisem ser levadas em consideração, apenas que, no século XXI, o Estado é a organização política que se constitui como maior depositária do poder (ARCHIBUGI, 2000, p. 137). Grande parte desse poder diz respeito à sua capacidade de definir os requisitos da cidadania, ação que contribui para a mitigação da heterogeneidade que lhe é intrínseca e pode ser percebida como impeditiva à sua ação ou, no mínimo, problemática. A visão do Estado unitário, indivisível e racional já foi superada nos debates epistemológicos das RI, e hoje se aceita que um conjunto de fatores sociais internos possui

grande influência na definição das políticas externas estatais. Agrupar indivíduos de etnias, idiomas, culturas e, principalmente, interesses diferentes, sempre foi seu maior desafio do ponto de vista doméstico. A homogeneização, ou controle da diversidade é a chave para garantir coesão e organização e até o presente momento nenhum outro fator obteve tanto sucesso quanto a nacionalidade.

A nação serve ao propósito de gerar esta homogeneidade sem necessariamente misturar as coisas (*Ibid*). Dá a um povo um elemento identitário comum e poderoso, capaz de gerar identificação em diversos níveis. É por esse motivo que Estado e nação poderiam ser tomados como componentes dependentes: o primeiro necessita do último para garantir um nível mínimo de coesão que permita sua sobrevivência como instituição. O termo Estado-nação surge como forma de unir estas duas pontas e definir estes novos organismos, diferentes e afastados dos cercados feudais, dos Estados absolutistas e westfalianos, dos impérios multiétnicos, que exerciam sua força organizativa a partir de outros elementos restritivos, mas quase nunca identitários. Afinal de contas, compartilhar um soberano não é o mesmo que compartilhar um hino nacional; lutar pela liberdade dos povos não é o mesmo que lutar pela vitória de uma casa nobre sobre outra. O Estado-nação seria pautado em conceitos distintos da *personae* e mais focados na coletividade e identidade, precisas o suficiente para se fazer “(...) entrar na *Lebenswelt* de homens e mulheres modernos (...)” (BAUMAN, 2005, p. 26).

Como debatido na seção anterior, um mundo será sempre o produto de uma série de imposições conceituais (DEVITT, 1997, p. 235). Levando em consideração que uma dessas imposições se desenha com nuances de nacionalidade, e esta é basilar para os organismos políticos que atuam neste mundo, é plausível afirmar que a nação ajuda a desenhar o mundo das relações internacionais. Ou seja, se nacionalidade é elemento formador do Estado, e estes organismos povoam o sistema internacional, a lógica leva a crer que nação e nacionalidade são alguns dos elementos que constituem o mundo das relações internacionais. Este mundo seria, portanto, constituído por muitos mundos nacionais, e não de maneira indireta, mas com sua influência total e inequívoca. É por assunções como essa que autores como John Breuilly, Hobsbawn e Terence Ranger não conseguem (nem tentam) dissociar Estado e nação: o objetivo máximo do nacionalismo seria, inclusive, subverter a realidade a partir do momento que conquista o aparato estatal, permitindo que o signo da nação continue marcando as relações internacionais, seja através de mecanismos políticos (BREUILLY, 1985), seja através da invenção de tradições (HOBSBAWN; RANGER, 2008).

O sistema de constituição conjunta explorado no construtivismo (ONUF, 1998; 2002; 2012; 2013; RUGGIE, 1998) evidencia o processo de construção do agente, das normas e regras, elementos que facilitarão a cristalização dos conceitos dentro de uma dada realidade. Ao se extrapolar essa relação, seria possível perceber a criação de sistemas de regras, que ao se emaranhar dão vida a uma teia de relações. Mais uma vez, a palavra *sistema* não foi aplicada em vão: esse conjunto de normas, regras e procedimentos, que emana dos mundos individuais dos agentes, se transforma na estrutura que daria forma ao que se chama em RI de *sistema internacional*. O ponto capital na construção deste raciocínio diz respeito à aproximação destes conceitos de uma natureza mais normativa e, por esse motivo, mais real. Jamais abandonando a liquidez da realidade social (BAUMAN, 2007), Onuf entende que regras e normas funcionam de formas diversas, em proporções diversas e, mais importante, são etéreas, difíceis de ver (1998, p. 14). É possível que as regras mais profundas ou complexas nunca sejam questionadas, mas tomadas como parte indissociável da realidade (*Ibid.*). Esse conjunto de regras determina as opções de escolha dos agentes em questão a partir do momento que desenham os limites da sua atuação, criando uma linha que, quando ultrapassada, gerará represálias. É possível perceber a normatização da nação e do nacionalismo, como instituição e ideologia globalmente difundidas (MAYALL, 1990), e a consolidação da nação como norma internacional de organização política (SMITH, 2001, p. 139). Um conjunto de conceitos identitários, linguísticos, territoriais etc, que não se pautam necessariamente numa realidade histórica precisa, dão forma a uma instituição capaz de definir o sistema internacional.

Nesse sentido, surge uma pergunta muito importante para nortear o restante da análise: quem ou o que teria capacidade para definir quais regras serão levadas em consideração? A resposta para esta pergunta encontra-se na centralidade do poder como elemento das relações internacionais. Indo além, compreender de que forma as relações internacionais se organizam com base nas assimetrias de poder e capacidades de seus agentes principais. O esforço primordial deste momento é tentar identificar como a nação permite que esta lógica seja mantida. Responder a esta questão ajudará na compreensão do nacionalismo como expressão de um desejo de emancipação e/ou manutenção da realidade.

4.1.1.2 O poder nacional

O conceito de poder passou por diversas modificações ao longo dos anos e toda sorte de discussões dão fôlego a questionamentos acerca da origem do poder, como o mesmo é exercido, se pode ser quantificado. Isso não significa, no entanto, que não houve resistência aos chamados novos temas: historicamente, a teoria política encara o poder como animal quase perfeito, que se mostra inalterado frente a anos de evolução social. A Guerra do Peloponeso e as disputas comerciais entre Estados Unidos e China poderiam ser explicadas tomando como base os mesmos teoremas.

A emergência de correntes teóricas mais pautadas na sociologia e psicologia, caracterizadas por um desapego às análises estritamente quantitativas bem como uma proximidade das questões ideacionais e intersubjetivas que envolvem e constroem as relações sociais marcam um desenvolvimento epistemológico que permite incluir novas nuances ao estudo do poder. É essa evolução que permite debater o poder imaterial exercido por conceitos e materializado a partir das relações sociais, fenômeno tão caro a este estudo: as mudanças no mundo estão ocorrendo, e as formas de dominação estão se tornando mais complexas e sofisticadas, partindo de locais e instrumentos que simplesmente não existiam (ou não eram percebidos) em tempos mais remotos.

Já que a análise conceitual do poder não se encaixa nos interesses deste estudo, evitar-se-á problematização excessiva, tomando-se este argumento como base suficiente para o lançamento de mais uma pergunta, que permitirá iniciar uma análise acerca das maneiras pelas quais a nação conformaria um elemento auxiliador para a manutenção deste tipo de relação, baseada em assimetrias de poder. Em primeiro lugar, retoma-se a já mencionada complementaridade entre o Estado, organização máxima da política internacional, e a nação, conceito que se refere ao compartilhamento identitário e cultural de uma determinada população. O Estado detém um aparato material que permite a execução de suas capacidades em relações internacionais (forças armadas, por exemplo), mas também um referencial de legitimidade, sendo a força um recurso acessível e normativamente garantido a estes organismos. Stephen Walt postula que "(...) security considerations take precedence over ideological preferences, and ideologically based alliances are unlikely to survive when more pragmatic interests intrude" (1995, p. 24). Apesar de não estar totalmente errado, Walt

desconsidera diversas variáveis que interferem diretamente na construção destes *interesses mais pragmáticos*. Com isso, espera-se que tenha ficado claro que em nenhum momento desta seção se defenderá que o poder material é menos relevante, ou mesmo que perde espaço para questões ideacionais. Na verdade, o objetivo é justamente contradizer o reducionismo realista em sua raiz, e aceitar sua visão ao mesmo tempo que se admite um ganho de complexidade nas relações de poder. Talvez os conceitos de poder tenham evoluído em sua complexidade, abrindo espaço para outros níveis de análise, mas continuarão sendo centrais para compreensão do comportamento dos agentes internacionais (EDKINS, 2007).

Se se toma o trabalho de Hans Morgenthau (2003, p. 4-28) como exemplo, percebe-se que a análise do poder leva em consideração elementos materiais em sua maioria, mas também questões imateriais altamente problematizáveis. Ao comparar a importância dada pelo autor a questões como índole nacional, é possível perceber a importância que determinados elementos identitários teriam na construção do poder de um Estado, mesmo a partir do ponto de vista de um autor essencialmente realista. Obviamente, o que Morgenthau define como *boa índole*, *bom governo*, ou mesmo *nacional*, partem de um conjunto opinativo que diz respeito à sua própria realidade. No entanto, não se quer desprezar essa relação: basear o poder estatal nesta capacidade nacional serve como elemento discursivo muito relevante para se criar uma narrativa em torno de um objetivo. Não é necessário procurar muito para encontrar momentos na história em que a índole nacional foi acionada através do nacionalismo visando aplacar invasões externas ou iniciar movimentos para conquista de novos territórios. Estes movimentos, assim como tantas outras mudanças nas relações de poder, não poderiam ser explicáveis se a esfera imaterial não fosse trazida à tona (ROSE, 2004). As teorias tradicionais não são capazes de ler e questionar estas nuances em profundidade, tomando determinados conjuntos normativos como dados ou perenes e isso acontece também nos primeiros paradigmas nacionalistas (OZKIRIMLI, 2000, SMITH, 2000)¹⁰. Ao tomar a nação como elemento basilar e incontestável do mundo das relações internacionais, se faz impossível pensar num mundo onde não exista uma alternativa para este arranjo. Como já foi dito anteriormente, a estrutura na qual os Estados se relacionam é primordialmente composta por ideias e conceitos; questioná-los significa abrir espaço para modifica-los; toma-los como realidade objetiva e imutável, significa trabalhar no sentido de sua manutenção.

¹⁰ A noção de fim da ideologia (MÉSZAROS, 2005; CHOWDHRY; NAIR, 2014), obscurece e disfarça as relações de poder e questões ideacionais no mundo moderno.

Aqui se chega à última linha de raciocínio desta seção, que permitirá amarrar alguns pontos já trabalhados com alguns fatos novos. Em primeiro lugar, é necessário compreender que não existe apenas um mundo material, mas que materialidade e ideia se confundem e constroem mundos diferentes, que não são perenes (1); e a nação faz parte da base constitutiva do sistema internacional (ou do mundo das relações internacionais), tratado em certos momentos como *este* mundo (2); que *este* mundo é povoado por Estados, que se utilizam deste conceito para unificar suas populações e garantir legitimidade de ação (3); as relações entre estas organizações se baseiam em poder (ideacional e material) (4); e, finalmente, que esta estrutura culmina na institucionalização de um modelo relacional desigual, baseado nas assimetrias de capacidades e garantido pela heterogeneidade nacional (5).

Salientar esta heterogeneidade é condição inicial para a manutenção desta lógica relacional: a similaridade entre a segunda e última proposições não é intencional, e por isso mesmo serve para demonstrar como um ponto de partida comum fabrica esta ideia de múltiplas faces de uma mesma realidade. O mundo das RI seria baseado na compreensão destes conceitos, no posicionamento do poder, racionalidade etc. como elementos primordiais. Esse movimento, por si só, já seria suficiente para construir uma narrativa que colaborasse para a reificação de determinadas estruturas hierárquicas e relações assimétricas. Quando se pensa que a maioria das teorias que formam o mundo das relações internacionais são essencialmente eurocêntricas (ou ao menos originadas no eixo Estados Unidos – Europa), se percebe a criação da mística por trás do encadeamento entre Estado, nação e relações sociais (CHOWDHRY & NAIR, 2014, p. 3). Porém, outros fatores (materiais e ideacionais) se agregam a esta questão, formando um conjunto normativo que não apenas permite, mas garante a existência de relações desiguais. Poder-se-ia falar do colonialismo, do imperialismo, do capitalismo e das lutas de classe. Exclusive o último caso, todos têm no componente nacional uma característica imperativa para sua existência. A temática da nacionalidade se confunde com tantas outras, mas parece se sobressair a todas elas nos momentos mais críticos, e mesmo o capitalismo parece se dobrar aos desígnios da nação em momentos-chave da história.

Ajustando o leme para um posicionamento mais direto à pergunta que dá origem a este debate, qual seja, de que maneira estas relações desiguais se legitimam e por que a nação é um elemento importante para a sua solidificação, recorre-se novamente ao arcabouço construtivista, que tende a permitir o transbordamento de características ideacionais em sua leitura de poder, adotando uma perspectiva intersubjetiva. A verdade é que estas visões são

muito mais abertas a questionar os processos de legitimação que levaram certas instituições, as vezes encaradas como dadas ou imutáveis, a se consolidarem como tal (GUZZINI, 2005, p. 507-8). Esse argumento é carregado de grande significado: as ideias e identidades seriam, na visão construtivista, mais importantes para determinar a natureza de relações internacionais do que a balança de poder ou distribuição de capacidades. Para melhor exemplificar estas questões, duas variáveis específicas serão trazidas à tona: a visão de imperialismo e colonialismo; e a problemática em torno de raça (CHOWDHRY; NAIR, 2014), ambos os pontos muito próximos do tema da nação e nacionalismo e de forma alguma auto-excludentes. Essas características estão interligadas entre si: os conceitos de raça estão intimamente conectados ao imperialismo, que por sua vez raramente aparecerá separado do colonialismo (CHATTERJEE, 1993).

One of the fundamental axis of this model of power is the social classification of the world's population around the idea of race, a mental construction that expresses the basic experience of colonial domination and pervades the more important dimensions of global power, including its specific rationality: Eurocentrism. The racial axis has a colonial origin and character, but it has proven to be more durable and stable than the colonialism in whose matrix it was established. Therefore, the model of power that is globally hegemonic today presupposes an element of colonality (QUIJANO, 2000, p. 533).

O argumento levantado na citação acima deixa clara a posição da questão étnica dentro das estruturas de poder, e as visões primordialistas e naturalistas do nacionalismo dão nuances de protagonismo à etnicidade, característica identitária fundamental. Porém, como já foi dito anteriormente e aproveitando o movimento iniciado pelos construtivistas, é possível extrapolar a visão essencialmente racial e adicionar componentes mais abrangentes do ponto de vista nacional, sem necessariamente perder de vista a estrutura engessada das relações assimétricas. A hierarquia que se inicia baseada em argumentos da natureza evolui e se sofisticada, mas não abandona seu apreço pela lógica de exclusão. Historicamente, as posições de privilégio conquistadas pelas aristocracias europeias permitiram o controle de bens e recursos que garantiram um desenvolvimento desigual. O trabalho forçado de indígenas e estrangeiros lastreou o enriquecimento das elites a nível global, destarte sua nacionalidade. Entretanto, a primeira fronteira é sempre essa, formada entre a metrópole e a colônia; a

segunda leva em consideração as nuances identitárias formadoras do indivíduo em questão (QUIJANO, 2000, p. 537). De maneira geral, a nacionalidade pode não ter sido o motivo do colonialismo, mas certamente foi o corolário que legitimou sua existência por tanto tempo.

A própria noção de progresso e desenvolvimento (majoritariamente econômico) dos países ocidentais foi garantido pela formação destas estruturas desiguais. Por conseguinte, a visão de retrocesso oriental leva em consideração mais do que características materiais, mas todo o discurso e produção de conhecimento baseado na centralidade das metrópoles coloniais. Jomo Kenyatta (1938) escreve sobre a prática Kikuyu de circuncisão feminina, definindo como arrogante e equivocada a ação europeia de julgar este procedimento como bárbaro, levando em consideração seu próprio ideário. A capacidade de espalhar uma visão do mundo ao mesmo tempo em que relega todas as outras ao barbarismo foi *modus operandi* comum da expansão europeia dos séculos XV a XX, procedimento que se reproduz hoje na tentativa de universalização de determinadas pautas. Arturo Escobar (1998) postula que a construção do “Terceiro Mundo” é outro exemplo desta questão, pois facilita o posicionamento subalterno do eixo dos países não alinhados. Roxanne Doty (1993) trabalha de maneira similar, sugerindo que a construção de determinadas instituições parte de um princípio de manutenção de uma lógica distribuição e acesso desiguais ao poder. A sensação que se cria ao se perceber a rigidez destas estruturas é uma espécie de naturalidade da desigualdade, que se torna ainda mais perniciosa quando solidifica a sensação de inferioridade e superioridade. Quijano explica esse raciocínio muito bem: “(...) the codification of the differences between conquerors and conquered into the idea of ‘race’, a supposedly different biological structure that placed some in a natural situation of inferiority to the others” (2000, p. 533). Ora, uma vez mais não se fala exclusivamente de estruturas opressoras soltas no éter, mas de um arranjo que permite que estas relações se consolidem. Mais do que isso, o arranjo nacional retém os agentes internacionais numa teia de normatividade que restringe seu espaço de atuação.

Isso posto, já há material suficiente para se trabalhar a análise seccionada citada acima, ou seja, a atuação do nacionalismo como ferramenta de emancipação e/ou manutenção dentro de um sistema internacional moldado pela influência conceitual.

Em suma, a agência dos indivíduos e Estados é determinada por limites institucionais produzidos e mantidos através de uma estrutura que prioriza relações de poder. Em função da profundidade destes conceitos, há certo grau de incapacidade de vislumbrar alternativas que o

extrapolem. Para os objetivos deste estudo as linhas mais visíveis são as nacionais. Ou seja: “(...) states are the product of long histories of arduous social construction. On the other hand, they exist only in formal relation to each other, and the ways in which they conduct their relations are also formally limited” (ONUF, 2002, p. 24). Por estar na base institucional da sociedade internacional, a nacionalidade perpassa e é atravessada por diversas outras normas e regras, o que só aumenta o nível de complexidade das relações internacionais.

O nacionalismo possui pouco ou nenhum compromisso com essa barreira e seu emprego se aproveita de sua capacidade de transitar e criar “mundos”, através de um quebra-cabeças de mitos e fatos que dão forma a realidades inventadas. Estas realidades contribuem de maneira sensível para a formação de uma normatividade específica, que permite, através de construções sociais mutuamente exclusivas, desenhar barreiras às relações universais, naturais nas visões de Locke e Grotius. Essa diferenciação social permite que estruturas hierárquicas se formem, relegando às assimetrias de capacidades e poder o dever de administrar as relações internacionais. O mundo das RI é um mundo de poder, e suas diversas nuances desenham um círculo virtuoso da produção e reprodução das instituições que controlam estas relações. Indo além da matéria, percebe-se que o poder é uma narrativa socialmente construída e fortalecida a partir das relações sociais, que, incluídas na estrutura da nacionalidade, garantem sua existência.

É importante ressaltar que, quando se parte do princípio que a nação é uma das bases do mundo, há um flerte com o perigo de cair em determinismo, mas não do tipo forte o suficiente para que se perca o norte metodológico. Não há assunção de irreversibilidade, não há certezas sobre o fato. Há sim um questionamento que busca, antes de qualquer coisa, responder se, ao se manter a lógica de organização mundial com base na nação, existe espaço para mudança real¹¹. Todos os discursos são contestáveis (CHOWDHRY & NAIR, 2014, p. 8) e a própria teoria se colocaria como ferramenta de resistência a discursos dominantes, justamente por ser

¹¹ Esta afirmação se baseia no extrato a seguir: “(...) teórico não busca separar-se do objeto que estuda, não atribui a seus próprios procedimentos investigativos uma postura desinteressada e neutra, limitada à mera quantificação, classificação e comparação de fenômenos observáveis. De saída, o olhar do observador está inserido no próprio objeto estudado, a sociedade, e, com consciência do lugar que nela ocupa, a teoria lida de forma reflexiva com os próprios contextos em que é formulada e aplicada. A teoria também é um “sujeito” do momento histórico dentro de uma totalidade social que o comportamento crítico pretende transformar” (MELO, 2011, p. 252).

capaz de construir uma espécie de contra-narrativa. É com essa ideia em mente que se inicia a construção do próximo tópico.

4.1.2 Emancipação

Para entender a função do nacionalismo como ferramenta de libertação optou-se por recorrer às teorias críticas, justamente por seu apego ao tema da emancipação. Afinal de contas, a orientação para a emancipação é o primeiro princípio fundamental das teorias críticas (NOBRE, 2004), que se dedicam “(...) à forma como a ordem existente surgiu e às suas possibilidades de transformação” (SILVA, 2005, p. 263). Para isso, serão necessários dois esforços. O primeiro diz respeito à conceituação do que poderia ser configurado como emancipação com base neste referencial teórico. Uma vez definido este ponto, seria possível partir para o próximo, e analisar se o nacionalismo teria ou não capacidade de gerar o tipo de ruptura social necessária para se caracterizar como elemento emancipatório. As teorias críticas se adequam a esta empreitada não apenas porque geram rico material conceitual acerca da emancipação, mas também por tratar, através da *práxis emancipatória* (MELO, 2011, p. 249-250), das correlações e processos externos que contribuem e atrapalham sua concretização. Essa relação entre teoria e prática, característica das visões de mundo advindas do marxismo, é o ponto de partida ideal para conceituar o que seria emancipação e analisar se o nacionalismo possui a força necessária para atingir este objetivo. No entanto, vale a pena chamar a atenção, já neste momento inicial, para a proximidade desta visão com a trazida acima: a relação entre teoria e prática presente nas teorias críticas de Horkheimer, Habermas, Cox e Linklater, não está tão distante do construtivismo de Onuf quanto uma leitura mais superficial poderia sugerir¹².

Quando se trata de lutas emancipatórias e revolucionárias, é possível afirmar que se fala de um elemento recorrente na História. Essa riqueza de possibilidades de emancipação não aparece nas primeiras versões das teorias críticas, que representavam uma variação do pensamento marxista, particularmente vinculada aos acadêmicos alemães da Escola de Frankfurt (SILVA, 2005, p. 251). Aqui se propõe um debate que vai além do senso comum: é relativamente aceito que o nacionalismo funciona como ferramenta de libertação, mas se busca verificar se esta libertação acontece de maneira substancial ou superficial.

¹² Foi justamente por perceber esta proximidade entre os referenciais que se optou por manter ambos, fazendo-os conversar sempre que possível.

Para o marxismo ortodoxo, a emancipação passaria obrigatoriamente pela via da revolução, ancorada nas assimetrias inerentes ao capitalismo, sendo o proletariado seu capitão social. Em outras palavras, o motivo da emancipação estaria sempre vinculado à superação do capitalismo, ou ao menos da exploração que sustenta este modo de produção. Logo, a mesma só seria completa uma vez que o subjugo do capital fosse extirpado¹³. Para os marxistas, o capitalismo é a base estrutural, sendo o trabalho (em todas as suas expressões) a mais efetiva forma de dominação social. O trabalho jamais poderia ser visto como elemento emancipatório, mas sempre como fator de dominação (BREUER, 1977 *apud* MELO, 2011, p. 257).

Não seria errado afirmar que a visão de mundo marxista carrega verdade. As relações sociais de fato se baseiam no modo de produção capitalista, e não há motivo para buscar fugir disso. Mas o automatismo da relação entre infraestrutura e superestrutura (característica dos primeiros trabalhos marxistas e de toda a teoria de Marx), bem como foco excessivo no papel da luta de classes e mais especificamente do potencial revolucionário do proletariado, acaba por causar certo nível de miopia a essa corrente, além de um bom grau de discordâncias internas. Wallerstein (2007, p. 70), por exemplo, avalia que as sucessivas derrotas dos projetos da Segunda e Terceira Internacionais estão mais ligadas à burocracia do que às relações de trabalho. É claro que uma coisa acaba gerando a outra, mas ao fim das contas, como defende Lenin, em muitos países a burguesia está tão aparelhada, que seria impossível atravessar para o lado da emancipação sem recorrer à revolução. Enfim, capitalismo não significaria automaticamente dominação, bem como um governo proletário não significaria emancipação. A crítica marxista levanta o ponto principal para a compreensão de emancipação: a necessidade de romper as amarras da dominação, afinal de contas, esse é o significado etimológico do verbo. Mas seria verdadeiro afirmar que o cadeado só poder atender pelo nome de capitalismo?

¹³ Isso se justificaria pela natureza da teoria marxiana. Esta doutrina enxerga os embates de classe como elementos capazes de dar mais fôlego ao ser social do que qualquer outro. Por este mesmo motivo, os marxistas não usaram muito do seu tempo em leituras nacionalistas. À medida que o capitalismo se globalizava, também a burguesia ganhava nuances internacionalistas. Se a exploração é global, a luta por emancipação também deveria ser: a nação estaria subordinada à classe seja ela opressora ou oprimida. O proletariado do mundo iria se unir sob a égide da revolução, independente de nacionalidade.

Horkheimer (2002), figura mais influente da Escola de Frankfurt (SILVA, 2005, p. 252) e o primeiro a se utilizar do termo “Teoria Crítica”¹⁴¹⁵, se propõe a tratar essa miopia quando sugere uma revisão da teoria como um todo. Seu trabalho é um monumento importante para este texto, pois inaugura a possibilidade de recorrer a outras questões que iriam além do capitalismo quando se trata de dominação e, por conseguinte, emancipação. Num primeiro momento, Horkheimer se preocupa em desmistificar ou simplesmente separar a metodologia das ciências sociais da racionalidade instrumental das ciências naturais modernas, simplesmente porque estes dois mundos estão dissociados em sua raiz. É nesse momento que se propõe uma ruptura epistemológica, visando empregar a *práxis emancipatória* em seu nível mais absoluto: a partir do momento em que se percebe que o afastamento entre o cientista e o objeto é nocivo ao desenvolvimento das ciências sociais, Horkheimer também percebe como esse movimento se coloca de maneira contrária à emancipação. Emancipação estaria, portanto, vinculada à capacidade de perceber o mundo a partir de uma lente crítica, levando em consideração a historicidade dos fatos analisados, nunca próxima da tentativa ascética do positivismo. A teoria crítica de Horkheimer seria radical na recusa da doutrina positivista axiologicamente neutra, afirmando que a proximidade com esta corrente significaria um movimento apologético aos objetivos institucionais da sociedade industrial, reduzindo “(...) a reflexão teórica a um humilde criado (...)” (HORKHEIMER, 1977 *apud* LÖWY, 2009, p. 168). “A percepção de que teorias estão fixadas nessas estruturas permite que os teóricos críticos reflitam sobre os interesses atendidos por uma teoria particular” (SILVA, 2005, p. 253). A teoria teria um papel tanto na identificação quanto na afirmação e atuação das políticas e ações necessárias para a emancipação.

Historicamente a emancipação se fez presente em diversas oportunidades, significando sempre o acesso a liberdade, não importa de que maneira, não importa de que tipo de dominação. Conforme exposto acima, o jugo colonial se comporta como uma das ferramentas de dominação mais agressivas e sofisticadas já inventadas pela humanidade, e o discurso do nacionalismo normalmente é empregado como arma para rebater argumentos étnicos (normalmente com outros de mesma natureza), para criar mitos que corroborem a necessidade de separação ou união, para provar a superioridade (ou ao menos a “não inferioridade”) de

¹⁴ Por esse motivo se evitará a generalização utilizada nos primeiros momentos deste texto. A partir deste ponto, o texto se referirá à Teoria Crítica, conforme iniciada por Horkheimer e continuada pela Escola de Frankfurt e seus afluentes.

¹⁵ Esse movimento se inspira em Linklater (2007, p. 45), que separa as teorias críticas de base marxista daquelas com viés pós-positivista. Passos (2013) vai além e adiciona autores de viés neogramsciano, cosmopolita, habermasianos, foucaultianos, feministas, construtivistas e pós-modernos.

determinado povo. Ou seja, aqui se fala de um tipo específico de luta por liberdade: indo além, de um tipo específico de *emancipação*¹⁶. Há uma clara vinculação com o capitalismo e o mundo moderno, mesmo na teoria de Horkheimer, que menciona a “sociedade industrial”, mas já é possível perceber um movimento de flexibilização no sentido de incluir outras nuances a estas formas de dominação mais evidenciadas pelas relações de classe.

O desenvolvimento dos sistemas de Estados que compõem a antiguidade seria um bom exemplo disso. A fusão entre as cidades-estado da Grécia com o Império Persa dá lugar à Macedônia, uma tentativa imperial sem precedentes, que rui em função da sua incapacidade de manter os elementos internos sob controle. A luta por liberdade e autodeterminação também seria um dos motores da dissolução do Império Romano, transformado, por um lado, em Império Bizantino, por outro numa multiplicidade de Estados independentes (WATSON, 2002, p. 24 - 119). Esse desenvolvimento pode ser interpretado como parte da evolução da sociedade no sentido da institucionalização e normatização das relações sociais, mas também pode ser encarada como a vitória de uma visão de mundo em detrimento de outra. No fim das contas, todas essas mudanças foram geradas no seio de movimentos disruptivos, sejam eles emancipatórios, revolucionários, civilizatórios, ou mesmo de conquista, não necessariamente vinculados à necessidade de substituição do modo de produção. Estes movimentos geraram alterações profundas no Estado de coisas, não raro criando novas estruturas relacionais que permitiam o avanço de novas ordens internacionais, não sendo responsáveis apenas pela destruição das estruturas do ordenamento, mas pela produção de novos sentidos funcionais (BULL, 2002, p. 8) ao conjunto a ser ordenado.

Avançando um pouco na História, é possível afirmar, à primeira vista, que a Revolução Francesa de 1789-1799 e a Revolução Russa de 1905-1922 não guardam nenhum tipo de semelhança. Uma análise mais aprofundada, como a trazida por Florenzano, evidencia o contrário: elas não apenas guardam similaridades, mas seria impossível compreender a última sem estudar a primeira (2008, p. 41). Um comunista francês, citado por Hobsbawm (1996b) chega a afirmar que os russos conheciam a Revolução Francesa melhor que seus próprios compatriotas. Lenin e Robespierre eram assemelhados na sua paixão pela revolução, mas

¹⁶ Este último ponto, por exemplo, poderia abrir espaço para discussões sobre separatismos, que por mais que possuam uma natureza disruptiva, não se pode dizer que carregam, automaticamente, motivações essencialmente emancipatórias per se. Nestes casos, há um desejo de se libertar/separar, mas não necessariamente porque a outra parte oprime os portadores do discurso nacional, sendo o contrário até mesmo mais comum (SNYDER, 1954; SMITH, 1983, 2001; BREUILLY, 1985; HOBBSAWM; RANGER, 2008).

também na sua cruzada interna pelo poder e contra a intransigência (FERRO, 1984, p. 56). Em ambos os casos, as estruturas sociais foram drasticamente alteradas, e um sulco ideológico foi aberto pelos gritos dos revolucionários que tomaram Paris e São Petersburgo. Se suas origens não remontam ao mesmo berço, seu final foi idêntico: redesenho do ordenamento social com base em pressupostos frescos, nunca antes testados. De um lado a democracia; do outro, o socialismo. É a oficialização da obsolescência da velha política em detrimento da nova, um discurso muito utilizado, mas raramente alcançado em sua essência original, entretanto.

A Teoria Crítica permite avançar mais nas análises destes elementos de dominação, contribuindo para a percepção do papel do conhecimento científico nesta balança. Mais uma vez, fala-se da mistura entre os mundos que Onuf (2002) se esforçou tanto para separar: os interesses impõem grande influência sobre a produção de conhecimento e este, por sua vez, possui papel fundamental na construção do(s) mundo(s). Jürgen Habermas (1993) assim como Andrew Linklater (1996) trabalharam no sentido de diminuir estas distâncias quando demonstram preocupação em compreender as relações entre ideias, valores, ideologias e poder material, fortalecendo o ponto que busca defender aqui. Em outras palavras, este novo momento da Teoria Crítica inaugura a assunção de que conceitos e ideias podem moldar realidades materiais e se transmutar em estruturas de poder, gerando, por conseguinte, relações assimétricas e potencialmente exploratórias. Este movimento de aproximação com um debate mais ao nível ideacional significa um abandono do paradigma produtivista advindo das primeiras correntes críticas, como bem defendem Melo (2011) e Devetak (1995), e colaboram para uma compreensão mais abrangente pois não abrem mão do componente material da dominação imperialista, apenas adicionam o nível ideológico tão caro à compreensão das relações coloniais. Dessa forma é possível perceber que se abre espaço para uma nova teoria, que prevê a necessidade de abandonar a rigidez e assumir a existência de outras maneiras de dominação, não necessariamente amparadas nas relações de exploração por meio do trabalho, mas também em outros princípios de estratificação social, dentre eles, a nacionalidade¹⁷ (COHEN, 1982, p. 193).

Ao precisar a dominação como algo em si (e não apenas como epifenômeno do capitalismo), ligando-a a produção e compartilhamento do conhecimento, se abre o debate dentro das

¹⁷ Mas também gênero, etnia, status, idade etc.

próprias teorias de base marxista, que ganham novas características. Essa defesa permite sugerir que o proletariado já não seria mais a única força detentora das ferramentas necessárias para iniciar a revolução. É uma clara aproximação com o problema evidenciado por Wallerstein e Lenin, mas sem configurar um abandono total do materialismo: mesmo mantendo uma posição iminentemente materialista, a interdisciplinaridade de Horkheimer abre um pressuposto para que se encaixem outras peças nesta dialética social, peças estas que poderiam facilmente trazer a nacionalidade consigo. Mesmo que não necessariamente da mesma forma que os autores pós-coloniais trazidos neste trabalho, não há como negar certa aproximação entre a ideia de imperialismo em Lenin (que percebe o imperialismo como uma fase dentro do processo de desenvolvimento do capitalismo) e a pressão e hierarquização formada pelas relações coloniais. A questão é que uma tem características bastante duras e visíveis, enquanto a outra está mais vinculada a questões de discurso, sem necessariamente abandonar a matéria.

Trazendo de volta outro pressuposto deste trabalho, afirma-se que a modernidade inaugura um período novo nesta luta por emancipação que, se se parece com os exemplos trazidos da antiguidade, se difere dos mesmos quanto à intensidade da atuação ideológica e conceitual. A *práxis revolucionária* se faz presente no dia-a-dia das lutas emancipatórias, travadas em três campos: ideológico, antissistêmico e acadêmico, todos relacionados e interligados¹⁸ (WALLERSTEIN, 2007, p. 60). Como defende Robert Cox (1995), a teoria é o conjunto de sinapses necessárias para traduzir a realidade nas nossas mentes, mas não se presta apenas a esse papel: a teoria também orienta a mente no sentido de construir um ideal. Logo, Cox entra no vácuo do trabalho de Horkheimer e se afasta das teorias tradicionais (HORKHEIMER, 2002) ou *problem-solving* (COX, 1995), assumindo o papel do conhecimento teórico na reprodução e transformação social. A teoria serve para compreender a realidade, mas também serve como molde e produto para a construção de novos mundos.

Dessa forma, os limites da ação individual e/ou coletiva são produtos da teoria (e ditados pelos eventos históricos). (...) A experiência histórica produz a ontologia das pessoas e incorpora-se ao mundo que estas constroem. É assim, portanto, que o entendimento que temos do Estado, desprovido de existência

¹⁸ “*The political history of the modern world-system in the nineteenth and twentieth centuries became the history of a debate about the line that divides the included from the excluded, but this debate was occurring within the framework of a geoculture that proclaimed the inclusion of all as the definition of the good society. This political dilemma was fought out in three different arenas – the ideologies, the antisystemic movements, and the social sciences. These arenas seemed to be separate. They claimed they were separate. But in fact, they were intimately linked the one with the others*” (WALLERSTEIN, 2007, p. 60).

física, apesar de produzir consequências reais e físicas, explica-se. As ontologias, por sua vez, são estruturas implícitas (subjacentes) de pensamento e prática. (SILVA, 2005, p. 257)

O foco escancarado da Teoria Crítica é a reforma social, a transformação da ordem internacional. Cox (1995) ataca, por exemplo, o princípio de perenidade das instituições internacionais, fortemente defendido pelos realistas. Segundo o autor marxista, Relações Internacionais seriam mais do que um eterno diálogo meliano (SILVA, 2005, p. 249), sendo suas bases conceituais passíveis de questionamento. Esse mesmo raciocínio é seguido por Andrew Linklater, que intensifica a atenção dada por outros autores ao tema da inclusão e exclusão já abordado acima a partir das visões pós-colonialistas. Sua teoria social da política mundial (SILVA, 2005, p. 269) se volta para a emancipação moral de um ponto de vista universal: quaisquer tipos de barreiras, relevantes o suficiente para separar pessoas, acabam por gerar relações assimétricas. Adicionando esta visão à já trazida acima acerca do papel do poder para as relações internacionais, mais uma vez se produz um raciocínio lógico acerca da relação entre o conceito de nação e a hierarquização do mundo. Obviamente, as fronteiras nacionais se configuram como barreiras físicas reais, além de reforçar diferenças étnicas e identitárias (LINKALTER, 1996; 1998; 2007).

A interligação entre conceito e prática é o que separa a luta emancipatória moderna das anteriores, pois é justamente o caráter ideológico que permite precisar o nacionalismo como ferramenta polivalente de convencimento. Levando em consideração os numerosos grupos sociais e seus pensamentos e estratégias de longo prazo, a ideologia se transforma no elemento propulsor da mudança. Quanto a isso ainda há mais duas coisas a se pontuar.

A primeira é que a menção de *numerosos* grupos sociais, não foi feita por acaso. A hipérbole traz consigo a necessidade de abandonar a luta de classes como fator primordial da contenda entre manutenção e emancipação e aceitar a existência de grupos competidores em diversas esferas, inclusive a nacional. Mas para além disso, também se faz necessário aceitar que o nacionalismo se configura como ideologia instrumentalizável, e por isso pode ser encaixado numa retórica materialista ou identitária com a mesma facilidade (SMITH, 2001; 2003). A Primavera dos Povos, um período de revoluções nacionalistas e guerras de ajuste (WATSON, 2002; HOBBSAWM, 1996c, 132-145), representa essa junção, já que a classe média insatisfeita com o sistema de Metternich se insurge, se apropriando do discurso nacionalista para ativar as massas no sentido da revolução. Assim como em outros momentos da história

os indivíduos se uniam em torno da religião, dinastias, crenças políticas ou mesmo a classe, na modernidade nenhuma ideologia teve mais capilaridade que o nacionalismo (KOHN, 1963). Na Europa do século XIX, a nação passou a ser vista como princípio político básico, e todas as outras lealdades deveriam se acomodar no seu entorno (WATSON, 2002, p. 244).

A autodeterminação dos povos significava um imediato afastamento do modelo de organização social com base no *stato* (WATSON, 2002). O rompimento do sistema monárquico e dinástico que caracterizava a Europa do século XIX teve, à exceção da Rússia, o nacionalismo como mola propulsora. Conforme demonstrado nas páginas iniciais deste trabalho, os primeiros teóricos do nacionalismo eram intelectuais orgânicos no melhor sentido gramsciano, pois defendiam a união e unicidade nacional como primordial para o bom funcionamento do Estado. Cada povo deveria ser organizado a partir de questões nacionais: um povo, um Estado. Os impérios multiétnicos começavam a se desfazer, um a um, e a emancipação nacionalista seguia seu rumo. Esse movimento é relativamente vitorioso, mesmo que não em 1848, ou mesmo até o final do século XIX. Mas, como defende Adam Watson, o germe do nacionalismo já estava plantado, e a ruptura provocada pela Primeira Guerra Mundial abre o solo social para os fertilizantes da mudança.

Though the revolutions of 1848 against princely absolutism seemed to fail, over the next quarter-century the middle class substantially achieved their aspirations in Europe, and especially in the centre. Most of Italy was united in a nation state under the leadership of Savoy, and most of Germany under the leadership of Prussia; while inside the defeated Habsburg Empire the German and Hungarian elements worked out their own bargain at the expense of other aspiring nationalisms. (...) . The new states adopted many west European features, especially constitutional monarchy in which the crown symbolized the sovereign nation and shared political power with its citizen-subjects (2002, p. 247).

O “novo”, como pontua Hobsbawm (1995) em diversos momentos de seu *A Era dos Extremos*, também é representado por esta mudança. O nacionalismo critica e participa das convulsões catabólicas que transfiguraram os mundos absolutistas e anda na esteira da construção do mundo liberal do século XIX, mas ao mesmo tempo dá forma a um sistema internacional único e vinculado à nacionalidade.

Em uma palavra, o momento de avanço do nacionalismo como ferramenta emancipatória era esse, justamente por se tratar de um discurso oposto ao *status quo*. Defender a organização da vida social com base na nação não se aproximava da realidade do momento, mas a um projeto

ideológico próprio e não necessariamente associado à realidade objetiva. Logo, o nacionalismo teria sido capaz, nesses primeiros momentos do século XIX, de desmontar a base absolutista do mundo político, abrindo espaço para que novas peças fossem encaixadas na engrenagem das relações internacionais.

Quando se revisita a literatura da Teoria Crítica trazida poucas linhas acima, se percebe a aplicação do nacionalismo como ferramenta emancipatória pois exhibe condições de questionar bases sociais injustas e trabalhar no sentido de alterá-las no mais basilar dos níveis. O Estado dinástico organizado em torno de um príncipe, do território, do idioma, da religião, passa agora a ser organizado pela nacionalidade e cidadania. O nacionalismo é seu paladino e lutou por mudança e emancipação, visando garantir a autodeterminação de povos nacionalmente organizados. Esta bandeira foi hasteada em diversos lugares do mundo, construindo uma realidade que possui espaço privilegiado para a nação. Logo, é possível adicionar também este argumento à afirmação de que a nacionalidade é um dos princípios basilares *deste* sistema internacional. Segundo a o próprio enfoque da Teoria Crítica, seria necessário quebrar essa base para que a emancipação acontecesse, o que impele o raciocínio a um impasse.

A teoria crítica prevê a possibilidade de mudança de qualquer realidade e traz essa mesma possibilidade no centro de sua epistemologia (LINKLATER, 2007): uma vez mais, não existe perenidade na vida social. No entanto, o atual estágio do sistema internacional não vê no nacionalismo seu rival, pois os mesmos advogam o fortalecimento do mesmo conceito, qual seja, a nação. Outrossim, o nacionalismo estaria andando ao lado do conceito de nação, e não de maneira contrária a ele, impossibilitando que qualquer movimento emancipatório se consolidasse. Robert Cox defende esse pressuposto quando afirma que “O mundo é visto de uma posição definida em termos de nação ou classe social” (1995, p. 87), e certamente não é o único cientista a verbalizar este pensamento. O nacionalismo, como expressão política da nacionalidade e identidade, possui grande relevância para a libertação do domínio colonial/imperial; talvez mesmo para o reposicionamento dentro do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2007), mas nunca mais terá a mesma capacidade que teve quando das revoluções dos séculos XVII e XVIII. O período do nacionalismo como ferramenta emancipatória acabou.

Quando se expõem os movimentos nacionais à realidade factual e os analisa a partir de lentes Críticas, se percebe rapidamente que não há *emancipação* de fato. Aparte os primeiros

movimentos de libertação nacionalista e questionamento de impérios europeus, que de fato lutaram contra o estado de coisas, criando uma nova realidade dos escombros do mundo antigo, os nacionalismos separatistas e anticoloniais não questionaram a *essência* de coisa alguma, independentemente de sua posição geográfica ou motivação pragmática (BREUILLY, 1985, p. 90-137). No máximo, se apegaram ao nacionalismo como discurso identitário unificador, necessário para facilitar os movimentos sociais numa mesma direção, permitindo a libertação de uma dominação formal, mas se reorganizando dentro do mesmo conjunto de pressupostos que permitiram esta dominação num primeiro momento. Uma vez livres do jugo do grupo que os oprimia, ou finalmente donos das vantagens que entendiam lhes pertencer por algum tipo de direito, não fizeram avançar estas reformas, e se posicionam na mesma estrutura que permitiu sua subjugação inicial. Libertaram-se dos chicotes, mas não de seus mestres.

Ou seja, um movimento emancipatório apenas se configuraria como bem-sucedido caso conseguisse quebrar o bloco histórico (GRAMSCI, 2000) vigente, responsável pela consolidação da nação como elemento basilar das relações internacionais e do sistema que as compreende. A base material reificada pelo Estado-nação, bem como as práticas político-ideológicas encabeçadas pela modernidade e suas afluências (dentre elas, o nacionalismo) sustentam esta ordem, e serão mantidas se a luta emancipatória se basear num discurso nacionalista. Em última instância, o discurso identitário ainda seria capaz de gerar novas lógicas de exclusão no interior dos agentes recém libertados: a separação e não a união, é o corolário frontal da nacionalidade. Excluir faz parte da sua natureza, pois de nenhuma outra maneira seria capaz de desenhar as nuances que permitem o compartilhamento de signos geradores de identificação.

A *práxis emancipatória* que o nacionalismo encampa na atualidade (mas desde a modernidade) traz em seu cerne uma relação umbilical entre teoria e prática. Como exposto nas seções anteriores, a capacidade criativa do nacionalismo permite que o mesmo se materialize em movimentos, ou se mantenha no campo do convencimento ideológico. Essa capacidade permite que o nacionalismo seja analisado à luz das teorias críticas, mas principalmente em seus produtos mais atuais, que fogem da relação automática entre infra e superestrutura, ao mesmo tempo que buscam compreender a relevância da normatividade para as relações sociais. Aqui se optou por unir a visão construtivista de Onuf à egressos da Escola de Frankfurt.

No entanto, quando se trata da capacidade do nacionalismo de gerar emancipação, o fim máximo a ser alcançado não condiz com as necessidades básicas elencadas por este referencial teórico para gerar a libertação completa dos povos: a destruição daquilo que colabora para a reprodução da lógica social. Isso parte do questionamento das estruturas ideológicas que possibilitaram a fixação deste conjunto de instituições, bem como a sugestão de um modelo normativo que substitua a velha estrutura. Para que exista emancipação se faz necessário destruir as regras do jogo. Porém, ao jogar de acordo, os nacionalismos conseguem fazer os povos respirarem, mas não os tira do mar que corresponde ao mundo do sistema internacional, pois não se cria um bloco histórico alternativo, apenas reformando ou mesmo se reforçando o bloco vigente. Esse ponto será explorado em mais profundidade na seção seguinte.

4.1.3 Manutenção

O debate acerca do nacionalismo como elemento de manutenção do estado de coisas pode parecer confuso; muitas vezes até mesmo contraditório. Como defender que um conceito tão íntimo às lutas de libertação possa contribuir para a manutenção de uma realidade?

O trabalho de Michael Löwy (2009) evidencia um debate epistemológico relevante, que se coaduna às já levantadas questões acerca do relacionamento entre teoria e prática, conceito e realidade, ideia e matéria. Na obra *As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen*, Löwy satiriza a capacidade de reinvenção do positivismo ao compará-lo com o personagem fantástico do folclore alemão que parece viver num mundo próprio, onde seu heroísmo e potência superam os limites da realidade. Sua mais famosa anedota remonta ao dia em que se viu atolado num pântano junto com seu cavalo, conseguindo escapar do charco após puxar os próprios cabelos. O positivismo teria essa mesma capacidade, de criar um mundo próprio onde seria possível se puxar para fora dos problemas que o acometem apenas pela força de vontade de seus defensores.

Historicamente, essa questão estaria conectada à Revolução Francesa e seus desdobramentos, um momento de efervescência nacional que pautou a nova organização social no conceito de

cidadania (KOHN, 1962, p.16; SMITH, 2000). Na esteira destas convulsões sociais, surge um contra-movimento, que defendia que os ideias da Revolução seriam algo como um desastre social completo (WALLERSTEIN, 2007, p. 61). Essencialmente, os conservadores seriam, pelos anos seguintes, reacionários, contrarrevolucionários, que defenderiam o retorno às tradições e instituições anteriores a uma ruptura abrupta da ordem de coisas (*Ibid.*). Se faz perceber o nascimento de uma ideologia conservadora, diretamente oposta à ascensão do nacionalismo e, na visão de Löwy (2009), já irmanada com o positivismo.

O que Wallerstein (2007) parece deixar passar é a natureza epistemológica dos conflitos ideológicos que se cristalizam nos séculos XVIII e XIX, coisa que Löwy (2009) não faz. O último consegue perceber o papel do positivismo como ferramenta de libertação contra os dogmas da Igreja Católica, para logo mais se desenhar como a expressão da ciência pura e inquestionável, movimento que o autor chama de doutrina da neutralidade axiológica (*Ibid.* p. 19). Essa visão de mundo passaria de utopia para ideologia a partir dos trabalhos de Augusto Comte, que sistematizam a ideia no positivismo propriamente dito, que influenciará toda uma corrente de pensamento dentro das ciências sociais por diversos anos à fio. Comte tenta se distanciar dos preconceitos revolucionários de seus mestres e precursores e, visando ao fortalecimento das ideias de homogeneidade epistemológica, inaugura uma nova fase, onde “(...) o otimismo generoso do Iluminismo congelara-se numa inquietude ansiosa para com a estabilidade social” (LICHTHEIM, 1965, p. 169 *apud* LÖWY, 2009, p. 25-6). Inicialmente ligada à revolução social, a ideologia positivista passa a tentar manter o mundo estacionado, fazendo valer suas regras.

Seria possível inferir que a ideologia positivista demonstra uma nuance mutável, que poderia estar presente em outras visões de mundo e, levando em consideração que o nacionalismo se configura como um movimento político-ideológico (SMITH, 2000, p. 9), seria possível compreender, a partir do debate promovido por Löwy (2009), como o mesmo poderia ser usado num movimento de emancipação e redesenho da realidade para imediatamente se transformar num bastião do conservadorismo. As lutas emancipatórias que posicionaram a nação como elemento formador do sistema internacional deram corpo a uma ideologia contrária ao estado de coisas, mas o mesmo não poderia ocorrer uma vez que a nova realidade estivesse consolidada. É importante frisar que este movimento não necessariamente descaracteriza a base epistemológica da ideologia, pois muda apenas seu motivo de ser. A

questão não diz respeito à “qualidade” dos axiomas, mas à sua instrumentalização por determinadas elites políticas visando à consolidação de uma realidade.

Seguindo neste ritmo, os nacionalismos de reforma (BREUILLY, 1985) poderiam ser encarados como iniciativas reacionárias, de manutenção de certas estruturas, tomando como base a necessidade de cumprimento de determinados interesses. É importante salientar a natureza pragmática desta iniciativa: o objetivo não é romper, mas manter. Por esse mesmo motivo, os movimentos devem ser vagarosos, mas constantes (*Ibid.*, p. 251). Estes movimentos se dariam quando da mudança de instituições internas, que gerariam alterações na organização social e posicionamento de elites, exatamente como descrito na seção anterior quando se tratava da capacidade de emancipação que o nacionalismo detinha no Iluminismo europeu.

A junção entre a ideia de Löwy (2009) e a realidade objetiva e material do mundo das relações internacionais, se dá quando se pensa que, mesmo que normalmente posicionadas de maneira avessa a movimentos emancipatórios, as classes ou grupos dominantes tradicionais também podem ser reinventadas (HOBSBAWM; RANGER, 2008), gerando possibilidade para que, em situações específicas, desempenhem papel crucial em movimentos nacionalistas (BREUILLY, 1985, p. 307). A lógica e a leitura da Teoria Crítica levam a crer que estes movimentos visariam apenas garantir ou aumentar os espólios das relações sociais perpetradas por aquela elite, muito raramente significando emancipação *per se*. Em outras palavras, fala-se de uma tentativa de manutenção de privilégios a partir da instrumentalização do discurso nacional, que permite gerar a exclusão necessária com mínimo esforço. Exemplos disso podem ser retirados do Japão feudal, onde a nobreza tradicional foi crucial durante a restauração Meiji, mas também em Estados tradicionais (como a Prússia do século XVIII), grupos de elite colonial (como os Fulani, do norte da Nigéria) ou mesmo quando a autoridade religiosa desempenha papel central na política local e se alia ao discurso nacional para expulsar uma visão de mundo adversária (como ocorreu nos movimentos nacionalistas da Irlanda) (*Ibid.* P. 307-312).

Defender que os movimentos emancipatórios promovem reforma e não revolução, já é o começo da trilha para a compreensão de sua atuação no sentido da manutenção. Ao separar reforma de revolução, é possível compreender que na verdade o nacionalismo funciona como fator relevante para a libertação, mas apenas da dominação colonial ou outro tipo de relação

desigual. O que o nacionalismo é incapaz de fazer é *questionar* a nação: os movimentos nacionalistas que buscam a manutenção da realidade social vigente, não se dão ao trabalho de realizar essa autocrítica, pois seu questionamento significaria uma possível autodestruição. O que os nacionalismos de reforma buscam não é a criação de um novo mundo para as relações internacionais, um novo sistema internacional, mas a garantia das vantagens adquiridas a partir das relações de poder estabelecidas *neste* mundo.

Isso não se dá sem conflitos, é verdade, como escreve Étienne Balibar (1990), que compreende a nação como um palco de disputas sociais contínuas, e demonstra um certo fascínio pela sua capacidade de se manter e reproduzir *apesar* dos embates em seu interior (*Ibid.*, p. 334). Um dos motivos para essa capacidade é o que já foi defendido por Renan (2000): os cotidianos testes de pertencimento, impostos ao indivíduo diariamente por uma série de estímulos externos. Michael Billig (1995) define que estes testes são mais sistemáticos do que parecem, e é por isso que seu texto *Banal Nationalism* é tão relevante para compreender o nacionalismo como ferramenta de manutenção da ordem.

Perceber o nacionalismo como elemento disruptivo e associá-lo aos movimentos de libertação colonial que criaram novos Estados-nação na África e Ásia é lugar comum na historiografia moderna. Billig (1995) critica essa historiografia, propondo que o nacionalismo não é um fenômeno essencialmente terceiro-mundista, afastado do mundo ocidental e desenvolvido, no máximo uma expressão espasmódica, invocada em momentos de crise. O nacionalismo é diariamente produzido e reproduzido no ocidente com um fervor velado, metaforicamente estendido na bandeira que fica no quanto diagonal do prédio, e não na hasteada na final da Copa do Mundo de Futebol. Os símbolos da nação são absorvidos pela vida cotidiana e reforçados pelos mecanismos sociais levantados por Smith (1995; 2001): “These small reminders turn the background space into ‘national’ space” (OZKIRIMLI, 2000, p. 200). Figuras políticas, jornais de massa, comunicação de larga escala, são ferramentas que contribuem para solidificar um sentimento nacional e uma noção de identidade capaz de definir com precisão a linha entre “nós” e “eles”, tão importante na construção do conceito de “internacionalização do nacionalismo” (BILLIG, 1995, p. 78-9; SMITH, 2001). Em suma:

States have attempted to drum up support by fomenting nationalist or patriotic sentiment against a foreign menace or internal threat; they have tried to strengthen themselves internally through the creation of a unified cultural identity, drawing on the flag, national achievements,

even sports teams and television programmes. Other states, more enlightened, have looked for institutional devices to regulate, rather than homogenize, diversity; they have legislated for religious tolerance and, for over two hundred years, have developed forms of consensual government endorsed in constitutional charters. (ARCHIBUGI, 2000, p. 138)

Como não poderia deixar de ser abordado, o trabalho de Billig também trata do papel dos cientistas sociais para a manutenção da nação como elemento formador do mundo do sistema internacional. Conforme definido por Craig Calhoun (1993, p. 214), muito do discurso do nacionalismo está profundamente entranhado no cotidiano de qualquer cidadão; fugir disso seria praticamente impossível. Sugerindo que a academia teria tanto a capacidade de projetar quanto naturalizar o nacionalismo, o autor estabelece uma crítica àqueles que, em primeiro lugar, afastam a nacionalidade e nacionalismo do debate interno à sua realidade; bem como àqueles que reservam ao nacionalismo uma posição de naturalidade, inerente às necessidades humanas. Essa segunda assertiva traz consigo uma possibilidade de problematização muito relevante para Billig (1995), que a enxerga como última fronteira da falta de escrúpulos do nacionalismo banal: por se tratar de uma expressão tão endêmica, este “nacionalismo de manutenção” não apenas deixaria de ser considerado *nacionalismo*, como simplesmente não mereceria espaço de estudo e questionamento, sendo considerado necessário e válido, uma espécie de patriotismo. O nacionalismo propriamente dito estaria fadado ao selo da irracionalidade (*Ibid.* p. 17)¹⁹.

A visão de mundo positivista, por exemplo, contamina a construção de conhecimento nas ciências sociais como um todo, e as RI não ficam de fora:

The 1980s were unsettled times in the social sciences. The positivist quest for reliable, cumulative knowledge about the world came under assault, along with the positivist assumption that, deep down, nature and society have the same “nature.” Critics held positivist science, whether applied to nature or society, to be a central feature of what they called “the Enlightenment project” or, indeed, “modernity.” Looking back, we can see that this assault did not come out of the blue. (ONUF, 2002, p. 27)

¹⁹ Tanto Billig (1995) quanto Calhoun (1993) defendem a necessidade de honestidade por parte do analista. Enquanto o primeiro admite que torce para o time local, e lê as notícias de seu país com mais afínco, o segundo procura defender que é necessário levar as paixões nacionais em conta quando se busca fazer ciência (CALHOUN, 1993, p. 214).

A capacidade de criação de mundos a partir de conceitos positivistas pode ter sido relevante para que o nacionalismo adquirisse nuances de naturalidade em seus primeiros paradigmas, praticamente justificando as diferenças entre grupos sociais em função de características vistas como inquestionáveis, justamente por serem advindas da natureza. A nação foi, então, posicionada numa redoma impenetrável, protegida por uma espessa camada de fumaça epistemológica, incapacitando ou ao menos dificultando muito o trabalho daqueles que buscam sua problematização. Conforme explicitado no início do capítulo, a construção do mundo com base em ideias passa pela necessidade de reificar este discurso imaterial num construto normativo. As instituições desempenhariam papel crucial no fortalecimento dos processos e bases necessárias para a manutenção de uma determinada ordem estabelecida.

Difícilmente se fala de instituições que vão de encontro à estrutura de poder estabelecida, muito em função da sua natureza, que normalmente emana dos produtos destas mesmas relações de poder. As instituições seriam, portanto, escudos de uma determinada visão de mundo, que reificam uma imagem hierarquicamente compatível com um determinado modelo de relações. É como quando se pensa no conceito gramsciano de hegemonia, que considera, para além da coerção, também o consentimento. Mesmo as visões realistas são carregadas de um viés reprodutivo, voltado para a defesa de instituições, como o equilíbrio de poder (SILVA, 2005). Mas é em Gramsci (2000) que a hegemonia se constitui fundamentalmente como uma ordem política relativamente incontestada, tacitamente aceita, e exercida em última instância através do controle das organizações políticas, primordialmente o Estado. A coerção e poder duro formam um lado da moeda hegemônica, estando o outro tomado pela capacidade de gerar um contexto discursivo único. A manutenção dos valores nacionais se daria num ambiente já dominado por determinadas instituições e ideologia, que se traveste não mais como visão de mundo, mas como senso comum, mitigando as chances de emergência de questionamentos direcionados à mesma.

Abrindo o espectro da discussão para um campo mais crítico, seria possível dizer que instituições também podem colaborar para iniciar um processo de ruptura interna capaz de modificar uma determinada ordem. Ao transcender as relações normativas do cenário atual, uma instituição pautada na construção de um novo mundo pode sugerir a necessidade de rompimento de bases antigas. Há uma visão que defende o avanço de uma série de novas ideias, pautadas numa espécie de universalismo, que seria capaz de corroer as barreiras nacionais. A globalização econômica, a integração regional, o cosmopolitismo seriam

expressões desta visão, pois este conjunto conceitual teria a capacidade de questionar as barreiras nacionais e fazer avançar um discurso mais liberal em diversas instâncias. Empurrando o argumento ao limite, seria possível afirmar que a globalização, por exemplo, veria na nação uma barreira tanto conceitual quanto material. Nesse sentido, se se faz avançar este discurso, se afirma que a soberania nacional do Estado não seria ameaçada por tanques ou mísseis, mas por elementos que escapam à sua jurisdição de maneira espontânea (ARCHIBUGI, 2000); a primazia da nação se esvairia não por ter sido superada ou suprimida por outra, mais forte ou avançada, mas pelo cosmopolitismo das questões universais.

No entanto, mesmo algo tão etéreo quanto isso pode se prender no emaranhado institucional do mundo das relações internacionais, e se fazer menor e menos importante do que o componente nacional. Smith (2001), por exemplo, não concorda que a nação esteja perdendo seu espaço em função da globalização. Para isso, se apoia em Giddens (1991) para defender que a interdependência econômica (levada à cabo pelas corporações transnacionais) e a comunicação de massa (permitida pelo advento da internet e grandes conglomerados midiáticos) são responsáveis por um movimento aparentemente paradoxal: a “internacionalização do nacionalismo” (SMITH, 2001, p. 137-9). O pluralismo político-cultural da era da globalização traz como desafio a necessidade de salientar as exclusividades de cada nação: seu idioma, seus costumes, sua história. Longe de diminuir a influência do nacionalismo, de dissolver a matéria nacional, os processos de globalização acabam por disseminar a influência destas instituições na constituição do mundo das relações internacionais. Em verdade, a globalização encoraja a nação a manter e se mostrar cada vez mais distinta (SMITH, 1995).

Essa visão não poderia estar mais próxima da realidade atual, onde se vê um questionamento da integração regional via União Europeia e MERCOSUL, bem como um reposicionamento protecionista de grandes economias. Assim como o capitalismo parece recorrer ao Estado em momentos de crise, aparentemente o sistema internacional recorre à nação para se manter vivo, destarte o nível de globalização e interdependência. A globalização não se constituiria necessariamente na força capaz de questionar o conceito de nação em nível estrutural, estando a alternativa mais próxima de movimentos que questionem a construção da identidade e posicionamento da nação como fator primordial neste elemento. Os movimentos ecológicos e de gênero, para citar alguns exemplos, possuem mais proximidade com o que Smith (2001) entende ser necessário para questionar a nação, justamente porque os mesmos não a enxergam

como algo essencial, ou imune ao questionamento e problematização. A sua natureza emancipatória descansaria no pressuposto de que a nacionalidade não é determinante para definir a identidade de grupo. Mais ainda, que a nacionalidade não é algo perene ou imutável, já que os mitos e tradições são passíveis de modificação e reposicionamento. A política identitária trabalhada por Bauman (2005) volta à tona, assim como a aparente irrelevância da nação para estes movimentos: a opressão de gênero e o sexismo, por exemplo, acontecem num nível global, afastados do debate nacional e por isso são transversais a nacionalidade. O foco destes novos debates se mantém na estrutura de poder e assimetria de capacidades, mas extrapola as barreiras nacionais e posiciona o fator dominante em outras questões, que não dependem da nacionalidade.

O círculo virtuoso se fecha neste ponto. O nacionalismo pode ter tido influência direta nos movimentos de libertação de diversos povos, e está ligado à auto-determinação e libertação da dominação colonial. Mas este mesmo nacionalismo também é utilizado por elites locais como discurso para manutenção de suas estruturas opressoras, baseados do signo da nação, nacionalidade, identidade. Mais ainda, o nacionalismo faz avançar um ideal de nacionalidade como base da sociedade, algo que raramente é questionado.

The world of states has a remarkable capacity, through its agents and through its effect on observers, to reproduce itself in a form that has changed very little over the last two centuries. (...) world that would encompass most such relations would have to relegate states to the background. A variety of other institutions would come to the fore, and the number of agents whose world it is would increase dramatically (ONUF, 2002, p. 25).

Mas agora se abre espaço para o debate final deste texto, vinculado justamente à percepção produzida a partir do cruzamento entre as duas seções precedentes. Fica claro que o nacionalismo é uma ferramenta de manutenção de realidades; é historicamente comprovado que o mesmo foi empregado em lutas de libertação colonial, no entanto, como se discutiu acima, a emancipação produzida pelo nacionalismo é parcial, e forma novos agentes fadados à inclusão no mundo levando em consideração uma estrutura basilar nacional. O nacionalismo seria, portanto, uma ferramenta de *reprodução* da nação e nacionalidade, seja quando posicionado no discurso da manutenção, seja como combustível para a emancipação.

A discussão acima evidenciou alguns pontos acerca da relevância da nação para a construção do sistema internacional bem como do nacionalismo como forma de movimento político-

ideológico utilizado tanto em movimentos de emancipação quanto em iniciativas reacionárias. Visando finalizar o debate proposto neste estudo, deve-se apenas salientar de que forma estes movimentos aparentemente contraditórios se complementam, e qual seria o produto destas iniciativas.

De maneira geral, seria exagero afirmar que o nacionalismo perde sua utilidade quando comparado a outras iniciativas emancipatórias que, de fato, geraram libertação dos aparatos opressores que os constrangiam. A verdade é que o produto das lutas de emancipação colonial foi relativamente positivo do ponto de vista normativo, ao menos incluindo determinados atores, antes totalmente invisíveis, no mundo das relações internacionais. Mesmo que subordinados a determinados interesses, estes novos atores possuem voz e agência, sendo responsáveis pelos direcionamentos de suas políticas. Em outras palavras, uma vez emancipados do ponto de vista colonial, os novos Estados precisam se adequar à lógica do sistema internacional, baseado na nacionalidade e em tantos outros quesitos da modernidade, mas também ganham a possibilidade de questionar todos estes pressupostos de uma posição mais privilegiada do que a anterior.

Por outro lado, os nacionalismos reacionários não precisam ser vistos de maneira negativa, porque podem significar uma saída para a opressão sistêmica encampada pelo avanço da ocidentalização. Ora, mesmo que pautado em conceitos de nacionalidade importados do ocidente, seria possível questionar a homogeneização forçada liderada pelas potências ocidentais e sugerir a construção de uma realidade diferente da que está sendo imposta. Ou seja, esta luta nacional estaria vinculada à tentativa de manter vivo um conjunto de signos compartilhados, formadores de uma identidade exclusiva a um povo, ameaçada pelo modelo de desenvolvimento que embasa o sistema internacional.

O que precisa ser aclarado, porém, é a complementaridade obrigatória destes dois movimentos. Mesmo que acontecendo em momentos e locais separados, os nacionalismos de resistência teriam o mesmo efeito dos nacionalismos de reforma, estando as duas faces do nacionalismo sempre mirando o mesmo horizonte. Correndo o risco do reducionismo excessivo, o que se busca salientar é que a nacionalidade é uma das nuances que permitem a construção do mundo das relações internacionais, baseado em assimetrias de capacidades, mas também nas idiosincrasias de seus agentes. É essa construção social do “nós” perante ao “eles” que bloqueia a aproximação e garante o afastamento necessário para que relações

desiguais se mantenham. A nacionalidade funcionaria como uma espécie de prisão, usando como base o raciocínio desempenhado por Blainey e Tickner (2017). Ou seja, a construção desta estrutura estanque faria mais do que manter as coisas estáticas; faria mais do que gerar a ilusão da liberdade, pois uma vez destruídas as amarras anticoloniais, o povo livre não estaria emancipado, como defende o referencial teórico frankfurtiano. Essa interpretação fortalece a visão de que a emancipação nacionalista apenas reafirmaria uma posição subalterna, agora involucrada por uma normatividade alterada. Este movimento facilita que esta posição seja reforçada, e a legitima frente aos novos padrões do sistema internacional contemporâneo, que não mais comportaria relações coloniais formais. É nesse sentido que o nacionalismo, tomado aqui como doutrina política, serviria como catalisador de um esforço de sofisticação do sistema colonial, que carrega no seu discurso uma falsa promessa de emancipação. Se tanto a manutenção da ordem quanto essa *pseudo*-emancipação se dão no mesmo conjunto de regras, a verdade é que o movimento ideológico que corrobora com a permanência desta estrutura acaba por contribuir para a sua *reprodução*.

A modernidade solapa o espírito da nação pura, anterior muitas vezes à nação nos moldes ocidentais politizando e instrumentalizando questões identitárias, construindo mitos fundadores, imaginando comunidades. Esse movimento estaria sempre ligado a um interesse político, normalmente vinculado à necessidade de controle do aparato estatal. Portanto uma luta nacionalista deveria ser, em seu âmago, também uma luta contra a modernidade, pois apenas ao se questionar seus pressupostos seria possível sugerir a criação de uma nova realidade.

5. CONCLUSÃO

As últimas palavras deste texto serão curtas e objetivas. Ao longo de muitas páginas defendeu-se a importância dos debates menos lineares frente à exposição dos temas de acordo com sua importância para a construção do conceito de nacionalismo, mas esse não será o caso agora. Aqui deve-se retornar ao início, fazendo menção àquilo que se buscava alcançar e descobrir com esta pesquisa, e comparar essas intenções com aquilo que de fato foi descoberto e alcançado. Se procurava entender de que maneira o nacionalismo agiu no sentido de moldar a estrutura do sistema internacional, e qual seria a sua contribuição para possíveis reformas no mesmo, no sentido de diminuir as assimetrias entre Estados, ao menos no sentido normativo.

Logo nos primeiros momentos da pesquisa foi possível verificar que o nacionalismo não possui quase nada de único, seja em sua aplicação em forma de movimento político, seja em sua definição conceitual. Em uma palavra, não há consenso entre os principais autores sobre de que maneira este fenômeno social se manifesta. Isso deve ter ficado claro nas explicações trazidas ao longo do trabalho, pois mesmo buscando atingir um cerne conceitual, quase nunca era possível trazer à tona visões totalmente complementares. O debate sobre o nacionalismo é rico e contraditório, pouco conciliatório, tangencial para a maioria dos autores, e altamente problematizado para aqueles que o tomam como centro da sua pesquisa.

Nesse sentido, o que inicialmente era uma hipótese do trabalho acabou se transformando em premissa, que por sua vez abriu espaço para novas hipóteses ou para o enriquecimento (do ponto de vista do questionamento científico) de tantas outras. Estabeleceu-se assim que o nacionalismo possuiria, grosso modo, duas funções, que foram metaforicamente definidas como *faces*, e que conseguiriam, em função do caráter generalista atribuído a elas, resumir a atuação prática deste conceito ao longo dos séculos: mesmo quando revolucionário/anticolonial, o nacionalismo garantiria continuidade de uma estrutura opressora, pois mantém a lógica basilar do sistema inalterada: sua organização nacional.

Essa premissa foi construída tomando o material conceitual trazido nos textos centrais utilizados neste trabalho, que não se preocupavam em questionar se o nacionalismo é intrinsecamente reacionário ou revolucionário, pois já tomavam como certa a maleabilidade deste conceito. Foi a busca pela sofisticação da pergunta-problema que gerou a necessidade da transformação da hipótese em premissa, e da sugestão de novas hipóteses que tratavam

agora de tentar perceber os efeitos dessa maleabilidade e função dupla dos movimentos nacionalistas. O interesse central passaria a ser não o de provar se o nacionalismo responde a um tipo específico de interesse, mas como a flexibilidade de sua resposta pode ter resultados (aparentemente) diferentes no curto prazo, mas essencialmente similares no longo prazo. A exposição desta premissa às bases do sistema internacional cria uma pergunta-problema um pouco mais elaborada, preocupada em verificar o potencial de geração de continuidade através da reprodução de um elemento estrutural, qual seja, a fortaleza das instituições nacionais.

Naturalmente, essa busca por problematização no nível teórico fez surgir uma série de possibilidades e caminhos, dentre eles a via do debate sobre o nacionalismo metodológico. Basicamente, existia a possibilidade de trabalhar uma esfera mais crítica, abrindo espaço para questionamentos acerca da continuidade e reprodução de um tipo específico de nacionalismo através da pesquisa científica. Seria algo como buscar compreender de que maneira seria possível estudar nacionalismo sem necessariamente reproduzi-lo. Infelizmente, muitas escolhas e recortes precisaram ser realizados, e esse foi um tema pouco explorado no trabalho, por dois motivos principais. O primeiro, e talvez mais focado na parcimônia do que numa escolha essencialmente metodológica, diz respeito às restrições de tempo e espaço para realizar desconstruções e problematizações acerca de todos os temas identificados como relevantes para o nacionalismo. A avenida discursiva que se abriria é gigantesca, pois não seria possível desconstruir e questionar o nacionalismo sem levar em conta o Estado, a nação, o indivíduo, diversos elementos estruturais objetivos (instituições e regimes internacionais, organizações internacionais, o modo de produção capitalista etc.), mas também uma série de questões mais voltadas para o subconsciente humano, campo que também possui munição conceitual para contribuir na compreensão do poder do nacionalismo e, mais especificamente, do sentimento nacional, ao longo dos anos.

O segundo ponto, este sim mais pautado numa decisão teórico-metodológica, é formado pela visão clara do objetivo da pesquisa: aqui se buscava desenhar o nacionalismo “como é”, em sua atual fase evolutiva, sem se preocupar em desconstruí-lo, questioná-lo ou valorá-lo. É verdade que esse assunto foi levantando em alguns momentos, principalmente no primeiro capítulo, mas essas menções estariam muito distantes de uma problematização séria e abrangente. Essa escolha se deu principalmente porque só seria possível compreender de que maneira o nacionalismo influencia na reprodução das estruturas de opressão do sistema internacional se o mesmo fosse tratado a partir de sua expressão mais objetiva. Por isso se deu

tanta ênfase à construção do nacionalismo aplicado ao sistema internacional a partir de diversas visões, elaborando uma espécie de marco teórico original, mesmo que fortemente lastreado nos textos clássicos. Em uma palavra, não que o questionamento do nacionalismo seja irrelevante para compreender o sistema internacional, ao contrário: questionar este conceito significa pensar a ontologia das Relações Internacionais a partir de outros pontos de partida, e isso certamente é enriquecedor para a disciplina.

Seguindo neste ponto, também foi por este motivo que muitos autores do mundo colonial foram deixados de lado, e os selecionados não foram trabalhados de maneira aprofundada. Pensadores brasileiros e indianos, por exemplo, até foram mencionados, mas a ênfase foi dada aos pensadores europeus, notadamente os britânicos, centrais no estudo do nacionalismo na contemporaneidade. Mesmo as visões anticoloniais trazidas no trabalho eram fortemente inspiradas na mesma série de pressupostos trabalhados desde o início do texto, justificando sua seleção por esse motivo, e não por representar uma visão dispare do nacionalismo trabalhado no restante da pesquisa. Este caminho significa um grande risco de incorrer em reducionismos, mas entendeu-se ser este um risco controlável e, em certa medida, necessário.

Como ficou claro no parágrafo acima, a escolha de autores passou pela identificação dos textos monumentais que formaram o centro do pensamento nacionalista ao longo dos anos, pois o interesse era construir o marco conceitual do nacionalismo responsável por formar *este* sistema internacional. Questioná-lo não é o interesse central deste trabalho, e talvez este debate fique separado para outro momento.

Outro ponto que gerou alguma confusão quando da escrita do trabalho foi referente à primeira hipótese, que versava sobre a possibilidade de alteração da fonte da opressão e sua conexão a nacionalidade e nacionalismo. Ainda quando o estudo se pautava mais na análise dos nacionalismos anticoloniais, foi elaborada uma hipótese que deveria versar sobre a possibilidade de alteração da origem da opressão no sistema internacional, que passaria da metrópole para o sistema, uma vez que a emancipação nacionalista se consolidasse através da independência nacional. Todo um debate poderia ser realizado a partir desta hipótese (ou premissa) visando compreender esse processo de transferência através do foco na desconstrução da violência colonial como elemento essencialmente material.

Porém, o que se percebeu ao longo das leituras foi que o nacionalismo nem mesmo consegue atingir o nível de emancipação, o que significa que o sistema de opressão colonial não se rompe totalmente. Obviamente a premissa citada acima não perde potencial de

problematização, mas sua realização neste momento não seria totalmente adequada ao escopo do trabalho. Tendo sido falseada antes mesmo do início da escrita do texto, ainda na fase de delimitação bibliográfica, esta hipótese não perpassou a construção do texto de maneira contínua. Em outras palavras, o que se verifica é que não há uma transferência tão clara entre sistemas de opressão, uma vez que a fonte do poder continua se concentrando, em sua maioria, nas antigas metrópoles. Essa concentração é mais diversificada do ponto de vista territorial e não se assenta mais em relações formais, pois o sistema internacional atual não as comporta. Há sim, uma mudança na lógica relacional entre estes atores, não mais subjugados normativamente a outro Estado. A independência e reconhecimento internacionais permitem que estes novos atores atinjam novos níveis de mobilidade, às vezes garantindo acesso a privilégios que não gozavam antes. Todavia, como ficou claro na seção em que se analisava o potencial emancipador do nacionalismo, não há emancipação *per se*.

Continuando nesse mesmo caminho, outro esforço central para o sucesso da pesquisa girou em torno da precisa conceituação de emancipação, e de que maneira seria possível julgar o sucesso de determinados movimentos sem entrar em estudos de caso mais profundos. Mais do que isso, como este estudo não intendia entrar em estudos de caso de nenhuma maneira, elaborar um panorama deste conceito parecia o caminho mais próximo do ideal. Nesse sentido, a Teoria Crítica foi definida como marco epistemológico nesta fase do trabalho, e sua visão sobre a emancipação seria o referencial básico para a análise da face revolucionária do nacionalismo. Uma vez comparado ao que os autores desta corrente entendem como emancipação, foi possível verificar até que ponto o nacionalismo contribui para a consecução deste objetivo. Em uma palavra, o ferramental advindo da Teoria Crítica foi torcido no sentido de adicionar a nação como elemento estrutural do sistema internacional, justificando que a emancipação dos povos dependia, dentre outras coisas, do questionamento deste modelo de organização social. Dessa forma foi possível analisar que, mesmo independentes, os novos Estados não se encontravam emancipados, pois continuavam incluídos num sistema internacional específico, formado com regras, normas e procedimentos que, muitas vezes, não advinham de seus sistemas culturais, e altamente pautados no reconhecimento mútuo. Para que estes novos Estados pudessem se conformar a este sistema, a aceitação do “velho” era mais importante que a sugestão do “novo”.

Outro ponto central para a discussão foi a identificação de características histórico-temporais que contribuíssem para a elaboração do conceito de nacionalismo. O marco da modernidade foi o pressuposto tomado como mais indicado, já que figurava na quase totalidade das leituras

centrais do trabalho. Um dos primeiros cortes bibliográficos (um que acompanhou o trabalho quase em toda a sua extensão) girou em torno da relação entre nação, política e modernidade, dividindo os paradigmas que entendiam o nacionalismo como produto da modernidade, daqueles que já identificavam este conceito em outros períodos históricos. Resumidamente, os autores do primeiro grupo trabalham versões mais pragmáticas do nacionalismo, visualizando-o como ferramenta, doutrina ou ideologia política, promíscua e instrumentalizável. Por sua vez, o primeiro grupo adota uma visão mais focada na biologia, mas também compreende autores que trabalham com interpretações mais subjetivas, que posicionam o nacionalismo como uma espécie de sentimento, ou mesmo essência intrínseca ao ser humano. A união destas duas bibliografias possibilitou a inclusão do marco teórico do construtivismo das Relações Internacionais, principalmente quando se sugere a possibilidade da existência de um sentimento (ou essência) nacional, mais pautada nas intersubjetividades do ser humano, ao mesmo tempo em que existiria uma face objetiva do nacionalismo, que poderia, por exemplo, ser entendido como ideologia reificada através de movimentos políticos.

A visão mais naturalista do nacionalismo foi trabalhada no primeiro capítulo e debatida no segundo, e serviu para ilustrar o desenvolvimento histórico do conceito, que se cristaliza, neste texto, a partir da seleção dos pressupostos já citados. Como o caminho teórico escolhido foi o do nacionalismo mais pragmático e menos sentimental, seria contraditório afirmar que o grande papel do nacionalismo seria contribuir para a diminuição de tensões étnicas, ou que a suavização destas diferenças contribuiria para o equilíbrio das relações internacionais. Na verdade, se percebeu que o nacionalismo não possui uma característica geográfica própria, e os conceitos de etnia são muito maleáveis para serem considerados como elementos definidores. Foi como ficou pontuado acima: há certa verdade nos trabalhos que interpretam as características subjetivas do nacionalismo, mas aqui se buscou hierarquizar a retórica e a instrumentalização política da doutrina nacionalista em detrimento dos sentimentos.

Outras três hipóteses desenhadas ao início da pesquisa trabalhavam a possibilidade de o nacionalismo ser um conceito relevante para a diminuição da opressão, uma vez que reposicionavam os novos atores em estruturas normativas que permitiam uma atuação mais independente, e menos assimétrica. Duas delas se pautavam nas mudanças ocorridas no sistema internacional no que tange à ascensão das instituições internacionais, enquanto a última defendia que não se pode vincular o nacionalismo à opressão de maneira direta.

As duas hipóteses que defendem que a opressão seria suavizada a partir da ascensão das instituições internacionais foram avaliadas frente à literatura construtivista, e alguns pontos precisam ser lembrados. Em primeiro lugar, a nação pode ser considerada como uma destas instituições e, assim como tantas outras, faz parte de um arcabouço específico, geográfica e temporalmente falando. Nesse sentido, defender que a diminuição da opressão parte do fortalecimento das instituições internacionais não somente é uma afirmação incompleta, pois não define exatamente de quais instituições se fala, mas também conceitualmente incoerente, já que as leituras apontam para o nacionalismo como um dos mais importantes pilares institucionais para a construção *deste* sistema internacional. Por fim, esta hipótese poderia ser reescrita no sentido de posicionar as instituições liberais e ocidentais não como um elemento refreador da opressão internacional, mas como catalisadoras desta mesma lógica, que surge invariavelmente dos celeiros da modernidade. Apesar deste esforço não ter sido formalmente registrado, fica claro que as seções do trabalho seguiram neste caminho.

Por esse motivo, seria verdadeiro afirmar que não há vínculo direto entre o nacionalismo e opressão, o que confirmaria a sexta hipótese desta pesquisa. No entanto, algumas ressalvas precisariam ser feitas. Mesmo que não existisse uma causalidade tão automática, de certa forma a construção do sistema internacional passa pelo conceito de nação, fortalecido, por sua vez, pelo nacionalismo. Este mesmo nacionalismo seria, portanto, um dos principais elementos para a construção das regras relacionais dos sistemas internacionais moderno e contemporâneo, justificando seu papel ao menos na construção de estruturas que permitissem (quando não legitimassem) relações de opressão. Nesse sentido, se não há ligação direta entre nacionalismo e opressão, é necessário pontuar que há sim uma conexão automática entre nacionalismo e exclusão ou diferenciação. Uma vez que o poder é adicionado à essa equação, há quase certeza de que estas relações se tornarão, invariavelmente, assimétricas.

Logo, por mais que todas as hipóteses do trabalho tenham sido debatidas e até mesmo partes tenham sido verificadas como verdadeiras, parece mais acertado cravar que a visão que trazia a normatividade mais para o centro do debate seja a que melhor representa os espólios desta pilhagem teórica. A independência e inclusão de novos atores no sistema internacional passa pela aceitação dos mesmos a regras pré-estabelecidas, que independem de questões internas e se apoiam totalmente num modelo de relações internacionais próprio destes tempos. A tendência à globalização das relações internacionais é fator primordial para a legitimação deste modelo, lastreado em preceitos e instituições próprias, que são pouco ou nada afetadas pelos atores recém-chegados. Estas normas seriam criadas no seio de instituições de base

ocidental, quando não colonial e, dessa forma, posicionariam novos atores em locais de fala menos privilegiados, contribuindo para a perpetuação de relações desiguais. De maneira geral, este modelo se assenta em relações assimétricas de poder, seja ele material (normalmente ilustrado pelas disparidades militares e econômicas) ou ideacional. Essa diferença foi debatida durante o texto, visando aproximar estes dois polos, principalmente no que tange à violência contida na dominação ideacional.

Enfim, o que se verificou em última instância foi que a emancipação nacionalista apenas reafirmaria a posição subalterna destes novos atores, contribuindo para que esta posição seja reforçada do ponto de vista da legitimidade normativa do sistema internacional contemporâneo, que não mais comportaria relações coloniais formais. O nacionalismo seria, nesse sentido, uma ferramenta de reprodução e sofisticação do sistema colonial, uma falsa promessa de emancipação, capaz de redesenhar a face das divisões políticas do globo, mas nunca a sua essência.

REFERÊNCIAS

- ACTON, Lord. *Nationality*. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Mapping the Nation*. London: New Left Review, 1996.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London and New York: Verso, 2006.
- ARCHIBUGI, Daniele. *Cosmopolitical Democracy*. New Left Review, vol. 4, Jul-Aug, 2000.
- BALIBAR, Étienne. *The Nation Form: History and Ideology*. New Left Review, vol. 13, n.3, 1990.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BARTELSON, Jens. *A Genealogy of Sovereignty*. Cambridge, 1995.
- _____. *Sovereignty as a Symbolic Form*. Routledge, 2014.
- _____. *Visions of a World Community*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- BENNER, Erica. *Nationalism: Intellectual Origins*. In: BREUILLY, John (Ed.). *The Oxford Handbook of The History of Nationalism*. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- BERLIN, Isaiah. *Three Critics of the Enlightenment*. Princeton: Princeton University Press, 2013.
- BILLIG, Michael. *Banal Nationalism*. London: SAGE, 1995.
- BLAINEY, David; TICKNER, Arlene. *International Relations in the Prison of Colonial Modernity*. SAGE Journals, vol. 31, n. 1, 2017.
- BLOOM, William. *Personal Identity, National Identity and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- BRASS, Paul. *Elite Groups, Symbol Manipulation na Ethnic Identity Among the Muslims of South Asia*. In: TAYLOR, D. YAPP, M. (eds). *Political Identity in South Asia*. London: Curzon Press, 1979.
- _____. *Ethnicity and Nationalism: Theory and Comparison*. New Delhi and Newbury Park: SAGE, 1991.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Nacionalismo Econômico e Desenvolvimentismo. Econ. Soc., Campinas, v. 27, n. 3, p. 853-874, Dec. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.ph>

p?script=sci_arttext&pid=S0104-06182018000300853&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 de dezembro de 2018.

BREUILLY, John. *Nationalism and the State*. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

_____. *Approaches to Nationalism*. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Mapping the Nation*. London: New Left Review, 1996.

BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica: Um Estudo da Ordem na Política Mundial*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BURKE, Peter. *Nationalism and Vernaculars, 1500-1800*. In: BREUILLY, John (Ed.). *The Oxford Handbook of The History of Nationalism*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

CAMPBELL, David. *Violent Performances: Identity, Sovereignty, Responsibility*. In: The Return of Culture and Identity in IR Theory. LAPID, Yosef; KRATOCHWIL, Frederick. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1996.

CALHOUN, Craig. *Nationalism and Ethnicity*. *Annual Review of Sociology*. Vol. 19, 1993.

_____. *Critical Social Theory: Culture, History and the Challenge of Difference*. Oxford: Blackwell, 1995.

CARR, Edward Hallet. *Nationalism and After*. London: Palgrave Macmillan, 1968.

CERVO, Amado. In SARAIVA, José Flávio Sombra. *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da Sociedade Internacional do Século XIX à Era da Globalização*. São Paulo: Saraiva, 2007.

CHATTERJEE, Partha. *Nationalist Thought and the Colonial World: a Derivative Discourse*. London: Zed Books, 1993.

CHOWDHRY, Geeta; e NAIR, Sheila. *Power, Postcolonialis and International Relations*. London and New York, Routledge, 2014.

COHEN, Jean. *Class and Civil Society: the Limits of Marxian Critical Theory*. Massachusetts: University of Massachussets Press, 1982.

COX, Robert. COX, R. W. *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*. In: KEOHANE, Robert. *Neorealism and Its Critics*. New York, Columbia University Press, 1986.

_____. *Critical Political Economy*. In: HETTNE, Björn (org). *International Political Economy: Understanding Global Disorder*. Nova Scotia: Fernwood Books, 1995.

DEVETAK, Richard. *Critical Theory*. In: BURCHIL, Scott; LINKLATER, Andrew. *Theories of International Relations*. London: Palgrave, 2017.

DEVITT, Michael. *Realism and Truth*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

DOTY, Roxanne. *Foreign Policy as Social Construction: A Post-Positivist Analysis of U.S Counterinsurgency Policy in the Phillipines*. *International Studies Quarterly*, 1993.

EDKINS, Jenny. *Poststructuralism*. In: GRIFFITHS, Martin (Ed.). *International Relations Theory for the Twenty-First Century: an Introduction*. New York, Routledge, 2007.

ESCOBAR, Arturo. *Power and Visibility: Development and the Invention and Management of the Third World*. *Cultural Anthropology*, Vol. 3, No. 4, 1988.

FERRO, Marc. *O Ocidente diante da Revolução soviética*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FLORENZANO, Modesto. *A Revolução Russa em Perspectiva Histórica Comparada*. Lua Nova, São Paulo, n. 75, 2008.

FORSTER, Michael, *Johann Gottfried von Herder*. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2018 Edition). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2018/entries/herder/>>. Acesso em: 03/10/2018.

FRATESCHI, Yara. *A Física da Política: Hobbes contra Aristóteles*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

GEERTZ, Clifford. *The Interpretation of Cultures*. London: Fontana, 1973.

GELLNER, Ernest. *Thought and Change*. Chicago: University of Chicago Press, 1978.

_____. *Culture, Identity and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

GIDDENS, Anthony. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1991.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

GREENFIELD, Liah. *Nationalism: Five Roads to Modernity*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

GROSBY, Steven. *Religion and Nationality in Antiquity*. *European Journal of Sociology*, 1991.

GUZZINI, Stefano. *Structural Power: The Limits of Neorealist Power Analysis*. *International Organization*, Vol. 47, No. 3, 1993.

_____. *The Concept of Power: a Constructivist Analysis*. *Millennium: Journal of International Studies*, Vol. 33, No. 3, 2005.

_____. *On The Measure of Power and The Power of Measure in International Relations*. DIIS Working Paper, Copenhagen, Danish Institute of International Studies, 2009.

_____. *Uma Reconstrução do Construtivismo nas Relações Internacionais*. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v.2, n. 3, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>>.

HALLIDAY, Fred. *Revolution and World Politics: The Rise and Fall of the Sixth Great Power*. London: Macmillan, 1999.

HASTINGS, Adrian. *The Construction of Nationhood: Ethnicity, Religion and Nationalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

HAYES, Carlton. *The Historical Evolution of Modern Nationalism*. New York: Macmillan, 1955.

HERDER, Johann Gottfried von. *Philosophical Writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: O Breve Século XX. 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Ethnicity and Nationalism in Europe Today*. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Mapping the Nation*. London: New Left Review, 1996.

_____. *Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

_____. *The Age of Revolution: 1789 – 1848*. New York: Vintage Books, 1996c.

_____. *A Era das Revoluções: 1789 – 1848*. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

_____. *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*. New York: Cambridge University Press, 2013.

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Orgs). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

_____. *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

HORKHEIMER, Max. *Der Neueste Angriff na die Metaphysik*. Kritische Theorie, Studienausgabe, S. Fischer, 1977.

_____. *Critical Theory: Selected Essays*. New York: Continuum, 2002.

HUTCHINSON, John. *Modern Nationalism*. London: Fontana, 1994.

JAMES, Paul. *Nation Formation: Towards a Theory of Abstract Community*. London: SAGE, 1996.

KEDOURIE, Elie. *Nationalism*. London: Hutchinson & CO., 1961.

- LICHTHEIM, George. *The Concept of Ideology*. History and Theory, vol. 6, 1965.
- LINKLATER, Andrew. *The Achievements of Critical Theory*. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia. *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- _____. *The Transformation of Political Community*. Oxford: Polity Press, 1998.
- _____. *Critical Theory and World Politics Citizenship, sovereignty and humanity*. New York: Routledge, 2007.
- LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2009.
- MAYALL, James. *Nationalism and International Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- McDONALD, Jason. *American Ethnic History: Themes and Perspectives*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.
- MELO, Rúrion. *Teoria Crítica e os Sentidos da Emancipação*. Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. 62, 2011.
- MÉSZÁROS, István. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MOORE, Gregory. *Addresses to the German Nation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- MORGENTHAU, Hans. *A Política entre as Nações*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- NAIRN, Tom. *The Break up of Britain: Crisis na Neo-Nationalism*. Londres: Verso, 1977.
- NOBRE, Marcos. *Teoria Crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- NIMNI, Ephrain. *Marxism and Nationalism: Theoretical Origins of a Political Crisis*. London: Pluto, 1991.
- KALANT, Amelia. *National Identity and the Conflict at Oka: Native Belonging and Myths of Postcolonial Nationhood in Canada*. London: Taylor & Francis e-Library, 2005.
- KEDOURIE, Elie. *Nationalism*. London: Hutchinson University Library, 1961.
- KENYATTA, Jomo. *Facing Mount Kenya*. London: Harvill Secker, 1938.
- KITCHING, Gavin. *Nationalism: The Instrumental Passion*. SAGE Journals, Capital and Class, Feb 1, p. 98 – 116, 1985. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/030981688502500105>>. Acesso em: 29/10/2018.

KOHN, Hans. *A Era do Nacionalismo*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1963.

KRASNER, Stephen. *Structural Causes and Regime Consequences: Regime as Intervening Variables*. International Organization, vol. 36, n. 2, 1982.

ONUF, Nicholas. *Making Senses, Making Worlds: Constructivism in Social Theory and International Relations*. London and New York: Routledge, 2012.

_____. *Constructivism: A User's Manual*. 1998. In. ONUF, Nicholas. *Making Senses, Making Worlds: Constructivism in social theory and international relations*. London and New York: Routledge, 2013.

_____. *Institutions, Intentions and International Relations*, 2002. In. ONUF, Nicholas. *Making Senses, Making Worlds: Constructivism in social theory and international relations*. London and New York: Routledge, 2013.

_____. *Worlds of our Making*. In. ONUF, Nicholas. *Making Senses, Making Worlds: Constructivism in social theory and international relations*. London and New York: Routledge, 2013.

ORWELL, George. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OZKIRIMLI, Umut. *Theories of Nationalism: a Critical Introduction*. New York: St. Martin's Press, 2000.

PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos. *Gramsci e a Teoria Crítica das Relações Internacionais*. São Paulo: Novos Rumos, vol. 50, nº 2, 2013.

QUIJANO, Anibal. *Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America*. Duke University Press, 2000.

RAE, Heather. *State Identities and the Homogenisation of Peoples*. New York: Cambridge University Press, 2002.

RENAN, Ersnt. *What is a Nation? In BHABA, Homi (Ed.). Nation and Narration*. London and New York: Routledge, 2000.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introducción a la Historia de las Relaciones Internacionales*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

ROSE, Nikolas. *Powers of Freedom*. Cambridge, Cambridge University Press, 2004.

ROSENBERG, Justin. *International Relations in the Prison of Political Science*. SAGE Journals, vol. 27, n. 1, 2016.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O Contrato Social ou Princípios do Direito Político*. São Paulo: Editora Escala, 2006.

RUGGIE, John. *What Makes the World Hang Together? Neo-Utilitarianism and the Social Constructivist Challenge*. International Organization, vol. 52, n. 4, 1998.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da Sociedade Internacional do Século XIX à Era da Globalização*. São Paulo: Saraiva, 2007.

SELLS, Michael. *Religion, History, and Genocide in Bosnia-Herzegovina*. In DAVIS, Scott. *Religion and Justice in the War Over Bosnia*. New York: Routledge, 1996.

SHILS, Edward. *Primordial, personal, sacred and civil ties*. British Journal of Sociology, vol. 8, no. 2, 1957.

SILIOTTI, Alberto. *Antigo Egito*. Barcelona: Ediciones Folio, 2006.

SILVA, Marco Antonio de Meneses. *Teoria Crítica em Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Contexto Internacional, vol. 27, nº 2, 2005.

SMITH, Steve. *Positivism and Beyond*. In: International Theory: Positivism and Beyond SMITH, Steve; BOOTH, Ken; e ZALEWSKI, Marysia (Orgs.) (Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

SMITH, Anthony. *Theories of Nationalism*. London: Duckworth, 1983.

_____. *Nations and Nationalism in a Global Era*. Cambridge: Polity Press, 1995.

_____. *Nationalism and the Historians*. In. BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). *Mapping the Nation*. London: New Left Review, 1996.

_____. *The Nation in History. Historiographical Debates about Ethnicity and Nationalism*. Cambridge: Polity Press, 2000.

_____. *Nationalism: Theory, Ideology, History*. Cambridge: Polity Press, 2001.

_____. *Nationalism and Modernism*. New York: Taylor & Francis e-Library, 2003.

SNYDER, Louis. *The Meaning of Nationalism*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1954.

_____. *The New Nationalism*. Ithaca: Cornell University Press, 1968.

VIOTTI, Paul; KAUPPI, Mark. *International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism and Beyond*. Boston: Allyn and Bacon, 1998.

WAEVER, Ole. *The Rise and Fall of the Inter-Paradigm Debate*. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken; ZALEWSKI, Marysia (Orgs.). *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham and London: Duke University Press, 2007.

WALT, Stephen. *Alliance Formation and the Balance of World Power*. In: BROWN, Michael E; LYNN - JONES, Sean M; & MILLER, Steven E. (Orgs.). *The Perils of Anarchy - Contemporary Realism and International Realism*, Cambridge, MIT Press, 1995.

WALKER, R. *The Double Outside of the Modern International*. *ephemera* 6(1), 2006.

WENDT, Alexander. *Anarchy is What States Make of It. The Social Construction of Power Politics*. *International Organization*, n. 46, 1992.

_____. *Collective Identity Formation and the International State*. *American Political Science Review*, n. 88, 1994.

WATSON, Adam. *The Evolution of International Society*. New York: Taylor & Francis e-Library, 2002.

ZIZEK, Slavoj. *Violência*. São Paulo: Boitempo, 2014.